



Assembléia Legislativa de São Paulo

# Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

## Cidadania



Assembléia Legislativa de São Paulo

# Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

## Cidadania

### Índice

23.03.2000	003
16.10.2000	029
30.11.2000	091

## Cidadania

**23.03.2000**

- .Sr. Claury Alves da Silva – Deputado e Coordenador do Grupo Temático Cidadania
- .Dr. Belisário dos Santos Júnior – Secretário da Justiça
- .Sr. Marco Aurélio Martorelli – Membro da Relatoria da Organização do Fórum
- .Dra. Ivette Senise Ferreira – Diretora da Faculdade de Direito da USP
- .Dr. Delton Esteves Pastore da Justiça – Representante do Dr. Filomeno, Procurador-Geral
- .Sr. Décio Granja Fernandes – Nossa Caixa Nosso Banco - Representando o Fórum de Conselhos de Representação da Nossa Caixa
- .Sra. Dina Lida Kinoshita – Professora

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – Cumprimento a todos os presentes e saúdo o Dr. Belisário dos Santos Júnior, nosso competente Secretário da Justiça; Dra. Ivette Ferreira, nossa querida Diretora da Faculdade de Direito da USP; Dr. Delton Esteves Pastore, que está neste ato representando o Dr. Filomeno, DD. Procurador-Geral da Justiça; Sr. Décio Granja Fernandes, da Nossa Caixa Nosso Banco, que representa o Fórum de Conselhos de Representação da Nossa Caixa; Professora Dina Lida Kinoshida, sempre presente nas reuniões do grupo; Sr. Marco Aurélio, que tem dado um grande apoio ao Grupo Temático Cidadania.

Quero lamentar a ausência do Desembargador Ricardo Lewandowski, que, por problema de nojo na família, está impossibilitado de comparecer, e da Sra. Leila de Menezes Stai, que também se desculpou pelo não-comparecimento. Quero justificar, ainda, a ausência do Deputado Dimas Ramalho, que está fora da Capital, atuando na CPI do Narcotráfico.

Passo a palavra a Marco Aurélio, para que ele exponha as propostas do seminário, e assim possamos sair daqui com alguma coisa definida.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Boa tarde a todos. Agradeço, em nome da Relatoria da Organização do Fórum, a presença de todos.

Quero aproveitar essa oportunidade para dizer como o Fórum está-se desenrolando. O Grupo de Cidadania, por uma série de fatores, deixou de se reunir nos dois primeiros meses deste ano. Como os outros grupos já realizaram algumas reuniões, o ideal seria que todos eles, dentro do Fórum, fizessem um seminário de volume, com uma abrangência bastante grande.

Há um desejo especial, não só dos coordenadores deste Grupo, Deputados Claury e Dimas Ramalho, da Presidência e da Relatoria, de que o Grupo de Cidadania tenha uma importância fundamental para os outros grupos e funcione como um norte conceitual do próprio Fórum. Isso porque se está desenhando a elaboração do índice de desenvolvimento humano do Estado de São Paulo.

Para que se tenha noção, a Fundação SEADE está sendo contratada pela segunda vez. Na primeira etapa, foi contratada para elaborar os diagnósticos, que hoje, inclusive, estão sendo discutidos pelos senhores, conselheiros componentes do Grupo.

A Fundação SEADE também está sendo contratada para dar continuidade à segunda etapa deste trabalho, que é o acompanhamento dos grupos, porque alguns demandam fornecimentos de dados muito próprios, e há uma condição de especificidade de estatística. Assim, do conjunto das informações, será possível tirar uma coerência das propostas e fazer uma amálgama desses assuntos que estão sendo discutidos no Fórum.

Quero lembrar os senhores que o objetivo do Fórum não é construir um programa sistematizado de governo, mas dar orientações, para que os Deputados, como legisladores, e os governantes, ou candidatos a tal, tenham nessas propostas um norte seguro, uma vez que foi discutida profundamente, com a sociedade, a forma de conduzir as políticas públicas – o impacto tanto na elaboração do orçamento quanto nas outras questões de conceituação dessas políticas.

O grupo de Cidadania compõe o que poderíamos chamar de macrotema de Cidadania; une o cidadão do século 21, que trabalha especificamente com a questão das minorias, com a questão demográfica do Estado, o número de idosos, de crianças, do crescimento e a projeção para os próximos 20 anos.

O grupo de Terceiro Setor cuida das organizações não-governamentais (ONG) e da participação organizada da sociedade em políticas de interesse público não governamentais – eventualmente, podem até ter parceria com o governo –, como no caso de fundações, organizações, institutos, que fazem ações de interesse público, independentemente dos programas estatais.

Tem também Reforma do Estado. Necessariamente, para se exercer essa grande mudança, tem que se pensar em uma maneira de reformar o Estado, para que ele fique mais permeável aos reclamos e demandas da sociedade.

Se juntarmos esses grupos em um macrotema, Cidadania seria o meio de cultura, a fonte onde todos vão beber. Daí, a responsabilidade que este grupo tem em fomentar uma discussão mais conceitual.

Eu acredito que o Caderno, para quem teve oportunidade de analisar um pouco mais a fundo, traz esse subsídio de forma bastante interessante. Hoje, seria uma reunião para que discutíssemos um pouco desse Caderno, mas, já dando um encaminhamento, poderia ser pensado um seminário, como os outros grupos estão fazendo. Esse seminário, necessariamente, vai impactar nos outros grupos.

Para que vocês saibam o que está acontecendo, houve uma reunião do grupo de Reforma do Estado na casa do Professor Gofredo, onde foi discutida justamente a questão das várias interfaces que a reforma do Estado tem que ter. Não há como pensar uma reforma do Estado sem pensar em uma participação social muito mais abrangente, muito mais aguda, incisa, da sociedade organizada.

Não tem como pensar a Cidadania se ela não estiver preocupada com a inclusão; não tem como pensar o cidadão se não pensarmos o perfil demográfico que esse cidadão terá num determinado momento.

Existe uma proposta da Coordenação do que poderia ser uma discussão dentro desse meio. Nas conversas entre os grupos, foi feita uma sugestão que talvez fosse do interesse de todos, ou seja, discutir o papel da cidadania dentro da inclusão desse tema.

Há uma sugestão de temário e de palestrantes, mas obviamente todos os conselheiros têm liberdade para sugerir, criticar ou elaborar uma coisa completamente diferente. Para dar um encaminhamento na discussão do seminário, existe uma sugestão de tema: Credibilidade das Instituições.

Esse tema foi sugerido, porque o Professor Bolívar Lamonier, em 1995, participou de uma pesquisa bastante ampla, realizada no mundo todo, inclusive em todos os países da América Latina. O seu objetivo era medir a credibilidade que a população tinha nas instituições.

Partindo do princípio de que não dá para reformar o Estado, de que não dá para pensar cidadania sem pensar numa confiabilidade institucional, foi o criado o “latinobarômetro”.

Na Europa, esse instrumento foi e é bastante utilizado pela própria União Européia, para medir o rumo político que ela está tomando. Existe um instituto chamado “Eurobarômetro”, com sede em Bruxelas, que mede, anualmente, todas as instituições da União Européia e dos países da Comunidade.

Isso ajuda muito na elaboração de políticas públicas, porque se consegue, de uma maneira razoavelmente ágil, aferir a credibilidade das instituições e, portanto, sua legitimidade para a aplicação de determinada política pública.

No Brasil, só foi realizado em 1995, quando foi feita uma publicação interessante, que vamos passar para os senhores. Como exemplo, o Brasil era o segundo país que menos acreditava no regime democrático; para 52% das pessoas, não fazia a menor diferença o regime de ditadura e o democrático. A Venezuela e o Peru eram os países que mais acreditavam no regime democrático. De 1995 para cá, isso deu uma guinada bastante grande; as notícias e a realidade mostram isso.

Seria interessante discutir o porquê da credibilidade ou incredibilidade das instituições e reafirmar como isso está sendo feito no Brasil. Poderia ser uma sugestão do Fórum para retomar esse tipo de mensuração.

**SRA.** – Seria o SEADE ou algum outro instituto?

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Seria interessante que o Professor Bolívar, responsável por essa aferição, por essa metodologia de pesquisa, viesse explicar o que encontrou, sua análise crítica, sua impressão nos últimos cinco anos, e se haveria possibilidade de retomar essa pesquisa, para que tivéssemos, até, um índice de desenvolvimento humano.

Uma prefeitura aberta, um Estado com órgãos de participação coletiva, conselhos de cidadania funcionando, comunidade participando aumentam a

transparência, a credibilidade das instituições. Isso é qualidade de vida, é desenvolvimento humano.

Portanto, há um norte muito claro. Não é simplesmente uma discussão do que seria mais interessante; não é um índice numérico, mas um índice que visa medir a qualidade de vida. Não tem como medir a qualidade de vida só pelo indicador econômico-financeiro. Isso é muito pobre.

A idéia da Presidência é que se institucionalize na Casa uma maneira de medir qualidade de vida, onde outros fatores sejam levados em consideração, e não só a renda familiar, que é o que normalmente acontece.

A sugestão do segundo tema é Cidadania Ativa como Sustentáculo da Democracia. Uma idéia de personalidade para discutir o tema seria a Professora Maria Vitória, que tem um trabalho bastante interessante na questão da cidadania participativa. Há também outras pessoas, mas o nome dela foi o que me ocorreu também por ter sido citada pelo grupo de Reforma do Estado.

Outro tema seria Acesso à Justiça e Mecanismos de Controle Social. Ontem, houve uma palestra com o Dr. Paulo Teixeira, Juiz federal e uma das personalidades pela luta da liberação das rádios comunitárias e da liberdade de comunicação dos meios de massa.

O Poder Judiciário, na leitura desse Juiz federal, está extremamente acanhado quanto à interpretação das normas, que são muito pouco utilizadas no sentido social. O Judiciário é mais um legalista, um leitor de leis, do que um intérprete; não usa o poder como poderia estar usando de acordo com as armas que a Constituição lhe dá. Existem outras correntes no Judiciário que têm uma visão de ampliar cada vez mais a participação popular nas decisões, para que tenha credibilidade.

Quanto a pessoas que lidam com esse tema – aqui temos vários conselheiros que podem citar nomes –, pensamos na Professora Maria Tereza Sadechi, uma estudiosa do assunto e no Desembargador Lewandowski, que é da Escola Superior



da Magistratura. São pessoas que poderiam discorrer sobre esse tema com muita tranquilidade, muita propriedade.

A idéia do tema seguinte seria: Uma Análise Crítica dos Três Poderes, a Participação dos Três Poderes.

Outro tema que poderia ser abordado é: A Participação Popular na Gestão Pública. Por proximidade, o nome lembrado foi o do Secretário Belisário, que poderia expor sobre os mecanismos que a gestão executiva encontra e o ganho social que se tem nos mecanismos abertos de participação, transformando o Estado em uma entidade não reativa, apenas, mas interativa junto à comunidade.

Há vários projetos, e digo de moto próprio, por exemplo, o Centro de Integração da Cidadania, que, inclusive, os senhores foram visitar; é um conceito de administração mais aberta, não só de mecanismo de controle social, mas da própria administração, ou seja, o povo tomando para si uma co-responsabilidade na gestão.

Outro tema seria para discutir a questão do Parlamento e da representatividade. Não nos ocorreu um nome específico; talvez os senhores possam sugerir alguém. A idéia seria fazer um seminário que discutisse o papel das instituições num mecanismo democrático e como qualidade de vida.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – Creio que o Marco Aurélio Martorelli expôs bem a intenção. O grupo temático já foi visitar o CIC, e o Dr. Lewandowski nos convidou também para visitarmos o “*trailer* itinerante”, mas seria interessante começarmos a falar sobre o seminário.

Encaminhamos o caderno 2, Cidadania, e o estudo feito pelo Dr. Belisário para os membros do grupo. Agora, poderíamos colocar em discussão a realização desse seminário.

**SRA.** – Acredito que a idéia do seminário é muito apropriada, mas, desde a primeira reunião, eu disse que a maneira como o Fórum havia sido concebido na

Assembléia era uma forma extremamente compartimentada. Com isso, acabamos divergindo e não conseguimos unir os esforços.

Creio que o seminário deveria ser feito junto com o grupo da Reforma do Estado e o do Cidadão, porque aí as coisas convergem; caso contrário, eles pensam em uma direção, nós, em outra. Pode ser que esse trabalho acabe nem tendo pontos de contato.

Eu proporia fazer já um seminário com todas essas comissões que têm temas afins.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Da mesma forma que fiz essa exposição em nome da relatoria, para mostrar a situação dos grupos e como o relatório deve ser encaminhado, este grupo pode fazer uma proposta; se for a de realizar um seminário conjunto com esses nomes ou outros mais, não tem problema. É até melhoria de esforços.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – Sua proposta é convidarmos o grupo Reforma do Estado e o Terceiro Setor?

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Exatamente, o Cidadão do Século 21.

**SRA. IVETTE SENISE FERREIRA** – Gostaria de apoiar essa proposta, por ser muito boa, mesmo porque não temos conhecimento do que se está passando ou sendo discutido. Provavelmente, só vamos ter idéia no documento final, quando muitas das coisas que estão ocorrendo nos outros grupos talvez até coincidam com as que estamos discutindo. Poderia até haver duplicidade de esforços para concluir a mesma coisa.

Paralelamente, seria interessante sabermos o que os outros grupos estão pensando, porque esses três segmentos – terceiro setor, participação da reforma do Estado e os problemas de cidadania –, como foi dito pelo Deputado Claury, são visões de um mesmo tema, são coisas interligadas.

Se um seminário puder reunir discussões nessas três áreas, será muito produtivo. Eu até posso colaborar, oferecendo a Faculdade de Direito como sede. É só marcar a data.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – Ótimo. Muito obrigado.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – O Terceiro Setor tem um seminário marcado para o dia 10 de abril. Eles, inclusive, já fizeram um primeiro seminário conceitual: “O Terceiro Setor, o Marco Legal”. Esse grupo tem uma característica especial; por ser composto de muitos empresários, é bastante objetivo e vai direto ao ponto da questão. Por exemplo, se o problema é a parte legal, trazem uma pessoa que entende da parte legal para discutir o assunto.

Eles ficaram muito empolgados com o primeiro seminário e já marcaram outro. Inclusive, demos a sugestão de trazer o Professor Silvio Caccia Bava, sociólogo do Instituto Polis, que elaborou o Caderno de Terceiro Setor.

Ele tem uma análise muito interessante sobre o que levou o mundo a pensar no Terceiro Setor; a visão européia, a visão norte-americana, os problemas encontrados no Brasil historicamente, os rumos que estão sendo tomados e como isso impacta diretamente na agregação de valores da cidadania de cada um de nós e de todo o país.

**SRA. DINA LIDA KINOSHITA** – A participação de um participante expondo em nosso painel é uma idéia. Uma segunda, que poderíamos discutir, seria oferecer, a cada um dos outros dois grupos, um painel específico, onde vários

membros exporiam e informariam tudo aquilo que precisamos saber ou que está sendo concluído nesses grupos.

Saberíamos, pelo painel deles, o que se está passando, e eles, por meio dos nossos, teriam conhecimento da discussão neste grupo.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – A questão que a Professora Dina expôs já foi analisada desde a primeira reunião. A intenção de dividir o Fórum em 16 grupos temáticos é justamente compartimentalizar as discussões, para que não fique uma discussão muito ampla. É difícil falar de cidadania, sem emprego; cidadania, sem moradia; cidadania, sem educação.

Certas atividades nossas vão até contrapor-se com algumas posições de outros grupos, só que isso vai ser discutido num relatório final. Assim, vamos tocar em nosso tema, e aquilo que entrar no campo de outros grupos será discutido em conjunto.

Aliás, nosso grupo é um dos que têm o maior desafio. É mais fácil discutir um tema específico, como educação, saúde, porque detectam-se os problemas, diagnosticam-se e apresentam-se propostas. Nosso grupo vai dar o norte para todos os outros.

**SRA.** – Por outro lado, nosso grupo é mais abrangente, pois envolve todas essas questões que estão sendo estudadas separadamente. Por isso que, sem entrosamento, é difícil.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – E sem que entremos na questão específica, porque aí não terminaríamos os trabalhos.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Grupo de Saúde, por exemplo, tem 64 conselheiros, foi dividido em quatro; Ciência e Tecnologia foi dividido em dois. O

que aconteceu? Ontem, houve um seminário sobre Comunicação de Massa – a importância dos meios de comunicação e a comunicação de massa para informação – como pressuposto de cidadania. Não há como pensar o cidadão sem uma informação fiel, transparente e real.

Não tem como o Grupo de Cidadania desvincular-se de qualquer outro. Por isso, quando pensamos no conjunto de todos os grupos, pensamos se não seria o caso de o grupo de Cidadania discutir as instituições. Ficou uma pergunta. O grupo de Cidadão do Século 21 estava com uma crise de identidade: qual é a nossa função? Ou seja, qual a diferença entre Cidadania e Cidadão do Século 21? Nem para nós, que estamos na Relatoria, isso é claro.

Ficou resolvido que o grupo Cidadão do Século 21 lidará com as questões das minorias, dos direitos específicos da inclusão das minorias.

No conjunto do Fórum, não se está discutindo a questão institucional além da Reforma do Estado. Na reunião da casa do Professor Gofredo, foi discutida a questão macroeconômica, a questão da vinculação ao capital externo. O Professor Gofredo, com a cultura e inteligência que lhe são particulares, fez um apanhado das questões constitucionais antigas, uma comparação de Constituições, mas o grupo não pensou em coisas práticas. Em como, por exemplo, resolver o problema de participação no Poder Judiciário, nas decisões de políticas públicas, em como aumentar a transparência do Poder Legislativo, em como compartilhar, com a cidadania, a co-responsabilidade pela gestão das coisas que são de todos. Essas questões não foram tocadas nos mecanismos práticos, só no macro.

Precisamos lembrar que este Fórum pode ser um instrumento muito importante para os legisladores, como no momento da elaboração dos orçamentos. Ou seja, por que investir num Centro de Integração da Cidadania? Por que investir em várias distritais? Por que aumentar a contribuição das instituições filantrópicas como remanescente do orçamento?

Tudo isso, na verdade, orienta a Casa Legislativa de maneira muito objetiva. Aliás, essa é intenção do próprio Presidente; ter isso como subsídio para os

Deputados. Foi um documento elaborado com a sociedade, portanto, tem toda a legitimidade e seria um norte para os Deputados seguirem.

De outro lado, a Casa pode agir como agente político. O Presidente da Assembléia tem toda a legitimidade para pleitear em nome do povo, embasado e legitimado pelas discussões acontecidas aqui.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – O Dr. Lewandowski já tem uma proposta: nosso grupo apresentar uma sugestão em termos de procedimento para facilitar o acesso à Justiça.

**SR. BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR** – Somos pessoas vividas nesses dramas, nesses Fóruns, e fico muito preocupado quanto à forma. Seguramente, do conteúdo, iremos cuidar muito bem, mas, se não tomarmos cuidado com a forma, iremos conduzir a discussão à absolutamente nada.

Tão importante quanto os temas, penso que devemos trabalhar a maneira como as pessoas participam e até como os conferencistas participam. Tivemos uma experiência no Programa Estadual dos Direitos Humanos, em que, para alguns participantes da segunda Conferência, divulgamos nossas angústias para que eles respondessem.

Acredito que precisamos estabelecer um roteiro das coisas que devemos preencher, das pessoas que se apresentarão num primeiro momento; disso tudo que vai ser falado, excluir ou colocar um tema.

Poderíamos pensar o que extrair disso para orientação de políticas públicas, para geração de leis necessárias ou de apoio à cidadania, para recomendação de ações de cidadania que deverão ser cumpridas não pelo poder público, mas pelo conjunto da sociedade, para geração de leis federais de apoio à cidadania, para geração de propostas de reexame do orçamento.

O ideal é que, antes do seminário, decidamos os tópicos que devemos preencher no relatório final. Por isso, proponho políticas públicas, geração de leis, orçamento, ação de cidadania, leis federais.

Como em arquivos de um programa, podemos ver onde devem cair essas sugestões, eliminando as coisas que não cabem. Talvez os Deputados Claury, Dimas, e também você, possam-nos orientar, dizendo os arquivos que vocês precisam. À luz disso, poderíamos dizer “Parlamento e Representatividade”; temos várias coisas a falar sobre isso, como, por exemplo, os vícios do sistema de representação. Mas será que o Congresso vai acatar tudo o que o Fórum da Cidadania de São Paulo tem a falar a respeito dos mecanismos? O tema é muito importante.

Não colocamos aqui, claramente, o tema da Educação e Cidadania. Como vamos trabalhar no formal e no informal com a cidadania? O que recomendamos para a escola? O que recomendamos para o ensino informal? O que vai ser convertido em Lei do Projeto 3/99 do Congresso Nacional?

Definidos esses arquivos, teremos uma condição melhor de desenvolver os temas; todos são importantes, mas parece que não pensamos um pouco nisso. Talvez pudéssemos refinar um pouco à luz do que for apresentado, o que, certamente, facilitará nosso relatório final.

Tenho essa proposta e, certamente, os companheiros têm outras. O Dr. Lewandowski é muito objetivo, ele disse: “Vamos fazer o seminário de Justiça, para apurar que lei podemos criar para melhorar a situação.” É isso que os Deputados estão esperando de nós.

É ter claro como queremos o relatório – se um relatório de ações concretíssimas, de propostas etc. Como você falou de uma forma muito gentil, a conversa no escritório do Professor Gofredo pode ter ido à estratosfera e foi muito importante. Mas em que isso contribuiu? Não sei. De repente, até ajudou.

Se ficar claro antes o que queremos, sairá uma coisa melhor, mais estruturada. Proponho que se verifique o pensamento de cada um sobre como deve ser trabalhado o produto desse seminário e de outros que, certamente, virão.

Poderemos pedir estudos a pessoas determinadas sobre temas específicos. Estamos concentrando aqui um Desembargador, um membro do Ministério Público,

professores da área não jurídica, a universidade, núcleos de cidadania. Podemos pedir a certas pessoas que façam uma explanação sobre algo específico, por exemplo, a lei tal.

Eu gostaria de ouvir a opinião das pessoas.

**SRA. IVETTE SENISE FERREIRA** – Creio que nosso Secretário tem toda razão, porque aqui nos foi sublinhado que há um propósito prático dos resultados, que servirá de norte, de subsídio, aos Deputados, para reformas futuras e discussão em âmbito legislativo.

Todas essas questões já têm sido estudadas sob o ponto de vista acadêmico. Esse debate é feito na universidade, nas instituições, pelos especialistas. Na verdade, debater tudo de novo não seria o caso. Mesmo que esses especialistas viessem para repetir seus conceitos, estaríamos perdendo tempo.

Acredito que o Secretário tem razão no sentido de que temos pouco tempo e tudo deveria ser encaminhado para que se apresente um relatório com sugestões práticas. A maneira de fazer deve ser mais ou menos como ele diz, mas elaborada, partindo da visão de que precisamos oferecer sugestões, e isso deverá ter um efeito prático de utilidade para o que se destina.

**SR. BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR** – Ontem, em Araçatuba, fui falar sobre Reforma Agrária, Direitos Humanos e Cidadania, e um Delegado de Polícia falou o seguinte: “Nossa legislação é muito boa, está tudo certo, mas demos muita ênfase à proteção policial da mulher e nenhuma para as questões civis, que são as fundamentais para a mulher. A mulher apanhou, a Delegacia da Mulher age imediatamente; a Procuradoria, o Ministério Público estão presentes. Mas, de repente, para a separação de corpos, que é fundamental, esbarramos em algumas questõezinhas.” Ele sugere um programa para isso e são coisas muito concretas que podem ser pontuadas.



A partir dessas preocupações que listássemos, poderíamos fazer requisição. Algumas instituições ficariam arruadíssimas em preencher um questionário com padrão de qualidade, que você domina e que pode sugerir. Aos esforços dessas 16 pessoas, poderíamos agregar várias outras coisas.

Não devemos perder de vista o seminário, mas precisamos estabelecer os pontos que nos interessarão no final. Podemos pedir algumas coisas à Faculdade de Direito e a outras entidades. Dos temas que vierem, poderemos escolher alguns e faremos, inicialmente, os mais importantes, ou até todos. Tudo isso já adequado ao padrão de relatório final.

Para nosso grupo, que é conceitual, o SEADE até esmerou-se e preparou algumas coisas, mas vamos precisar de outras entidades, de outros estudos; pedir o mesmo estudo para mais de uma pessoa.

Tenho medo de que se estabeleça prazo e que o relatório seja feito de maneira superficial só porque a entrega é em junho.

Gostaria de saber das pessoas o que seria o relatório ideal, para, inclusive, nortear o próprio seminário.

**SR.** – Muitas vezes, gosto de ouvir, porque aprendemos ouvindo. Nessas primeiras conversas que estamos tendo, vieram algumas idéias, sempre com o intuito de colaborar para o relatório final. Quando pensamos no tema Cidadania, imagino como devemos fazer para que a cidadania passe a fazer parte da formação do ser humano em nosso país.

Esse tema é de muitos desconhecido. Talvez a grande parte da população brasileira não saiba de seus direitos básicos, porque isso nunca fez parte de seu cotidiano.

Certa vez, na Secretaria da Justiça, em uma conversa informal, houve a seguinte indagação: por que não percorrermos as escolas e falarmos sobre cidadania para os alunos que estão começando nos bancos escolares?

Não podemos tomar atribuições de outras Secretarias, mas uma das idéias que eu gostaria de trazer à consideração de todos seria esta: de que forma podemos incluir, na formação das pessoas, o tema cidadania? Será que isso não poderia fazer parte de uma matéria do currículo do ano letivo?

**SRA.** – Já existe toda uma legislação a respeito disso.

**SR.** – Tem um projeto de lei que é específico no ensino formal, inclusive nas universidades: atividades complementares, interativas.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Uma coisa que poderia ser conversada é como fazer isso no Estado. O próprio Programa Estadual de Direitos Humanos, no item 1, coloca a questão da educação transversal. Objetivamente, a Secretaria da Justiça elaborou, junto com o FDE – Fundação pelo Desenvolvimento da Educação –, um manual de auxílio aos professores de como trabalhar sugestivamente as questões da cidadania de maneira transversal.

**SR.** – Não é um manual que trate dos temas em si, mas a maneira pela qual os temas podem ser tratados. É preciso não fazer uma coisa formal dos direitos humanos, como seminário, mas, sim, atividades.

Que as escolas não promovam exclusivamente isso, que não fique na cabeça que são somente concepções teóricas, mas concepções teóricas ao lado de atividades práticas. Não pensamos em dar nota para isso, porém envolver as pessoas em atividades.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Há o curso de formação de agentes multiplicadores. É um conceito de formar equipes abertas que tenham capacidade

de multiplicação dos conceitos de cidadania, dentro da realidade local, dentro de sua identidade cultural.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Isso vem sendo aplicado na Secretaria da Justiça desde 1995.

**SR. BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR** – A idéia é trabalhar com os professores, ajudar a formar os professores. Partimos da concepção de que a relação professor/aluno é muita preciosa; o aluno recebe melhor o que vier do professor do que de elementos estranhos, como, por exemplo, um policial falar de drogas.

Ideal é que ajudemos a formar os professores para que eles, de maneira transversal, em português, analisem a bula do remédio; em matemática, analisem se aquela estrutura de preço atende à cidadania. É trabalhar essas grandes questões de forma transversal.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Isso seria um elemento a analisar, pensando num público-alvo bem amplo, numa teleconferência. Do ponto de vista prático, seria um ponto para se discutir numa discussão aberta, num seminário aberto interativo? Quanto ao Terceiro Setor, foi colocado como, objetivamente – por isso sou fã do meu Secretário, por sua objetividade –, podemos levantar esses pontos e colher a experiência de quem já está fazendo, para que não fique um Fórum estadual, restrito à cidade de São Paulo. Por que não ouvir a população?

Essa foi a discussão colocada na casa do Professor Gofredo. Cidadania é ouvir, é receber, e não simplesmente ditar. Talvez isso pudesse ser um tema. Por exemplo, como educar para a cidadania? Como educar para os direitos humanos?

**SR.** – Está para ser aprovada uma lei. E se isso não for aprovado?

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Poderia regulamentar isso estadualmente. Seria um mote importante para justificar um esforço da Casa?

**SR.** – Sem dúvida. Envolveria universidade, envolveria escola, envolveria ensino privado.

**SRA. IVETTE SENISE FERREIRA** – Essa idéia é interessante. Do ponto de vista da Universidade, de uma atividade de nível universitário, isso se orienta para o caminho que está sendo aberto por essa lei, por essas atividades transversais. A recente orientação da Reitoria é no sentido de privilegiar, também, no ensino universitário, as atividades de cultura e extensão.

Foi criada na Universidade de São Paulo, por inspiração da Pró-Reitoria de Cultura, uma disciplina para ser introduzida nos currículos de graduação, que vai se chamar Cultura e Extensão. Abrangerá uma grande variedade de atividades, que nada mais são, muitas vezes, do que o exercício e participação de cidadania, e vão ter influência na formação do indivíduo, pois farão parte do currículo. Serão dados créditos, que se consubstanciarão em aprovação, em notas etc.

Cito, como exemplo, na Faculdade de Direito, os estágios realizados no Departamento Jurídico XI de Agosto, uma de nossas principais atividades de extensão comunitária, onde a população carente, que não tem acesso à Justiça, é atendida gratuitamente, o que proporciona assistência jurídica a inúmeros casos dessa população marginalizada.

Isso consistia, simplesmente, em uma atividade de extensão que não era valorizada na universidade. Agora, passaremos a atribuir créditos na participação dos alunos nesses estágios. Todas as iniciativas da faculdade, da universidade, relativas à extensão cultural, extensão de serviços à comunidade, poderão ter essa valorização e entrarão no próprio sistema de ensino. Essa é uma forma de a universidade participar, a sua maneira, dessa questão.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – Na qualidade de ex-presidente do XI de Agosto e em nome do Deputado Dimas, que está ausente, agradecemos à Professora.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Caberia pensar num seminário sobre Educação para a Cidadania?

**SR.** – Essa, na verdade, deve ser uma preocupação constante de quem lida com essa área. É nítido o absoluto desconhecimento que as pessoas têm de seus direitos. Vivenciamos isso no dia-a-dia, no exercício da profissão, nos Fóruns, e é lamentável que, já alcançando o século 21, isso ainda aconteça.

No que tange à proposta da Professora Dina de trazer outros Fóruns para participar do seminário, penso que todos os grupos cabem dentro do grupo da Cidadania, porque há um estreito relacionamento com o nosso. Não sei se seria o caso de elencar alguns e deixar os demais de fora, ou seguir nessa linha “quanto mais progressista melhor” de conceber uma idéia de cidadania já pensando que cidadania é a participação em todas as matérias que estão sendo discutidas em outros grupos.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – O grupo de Cidadania é o substrato de todos os grupos.

**SR.** – Talvez os outros grupos deversem se preocupar em nos chamar, para que falássemos alguma coisa sobre o acesso aos outros temas.

**SRA.** – Dentro da pergunta que o Dr. Belisário nos fez, tenho uma visão diferente da dele. Acredito que seja até uma questão de profissão. Há várias pessoas, aqui, da área jurídica, que tem essa coisa pragmática de ter resultados.

Minha primeira profissão é física, ciência da natureza, então, não tenho essa coisa pragmática.

É óbvio que temos de ter resultados, mas, por outro lado, o mundo está mudando muito rapidamente e acredito que isso não tem condição de parar. Ou seja, coisas que levavam séculos para acontecer, agora, acontecem em décadas e, às vezes, em menos tempo do que isso.

A idéia do Secretário, de formar os CICs, é altamente importante e louvável, no momento em que a situação de nossa população é a que nosso colega expôs, isto é, a maioria do povo brasileiro não sabe de seus direitos.

Será que nós queremos que essa situação perdure por 20 anos? Sabemos, exatamente, o que acontecerá daqui a 20 anos? Creio que o relatório deveria dar diretrizes mais gerais e não muito pontuais, porque, se fizermos coisas muitas pontuais, elas podem-se esvaziar muito rapidamente.

**SR. DÉCIO** – Não tenho um conhecimento muito vasto e esta é a primeira reunião de que estou participando. Pelo que pude verificar aqui, a cidadania é a consciência que a pessoa precisa ter de seus direitos.

O pessoal estava falando do Terceiro Setor, e eu conheço isso, porque participo de atividades lá. Provavelmente, o Terceiro Setor deve estar discutindo coisas muito além do que dar conscientização ao pessoal. Eles devem estar falando em como elaborar projetos, como agilizar a máquina – liberação de verba estatal, porque, na empresa privada, isso é rápido. Portanto, eles devem estar discutindo outros assuntos.

Esse grupo deveria direcionar-se para assuntos como, por exemplo, a conscientização das pessoas sobre seus direitos dentro da área jurídica, dentro da área da educação; dentro, inclusive, da área das Câmaras Municipais, do Estado, das Assembléias das quais participam.

É muito diferente o cidadão que frequenta universidade e o que frequenta escola pública estadual no Itaim Paulista, em São Miguel, em Guarulhos, em bairros afastados.

É preciso ensinar o pessoal a usar mais a Justiça Itinerante, por exemplo, que é uma coisa excelente. Mas quantos sabem? Que consciência a pessoa tem?

Este grupo deveria levar a questão para o ângulo de conscientizar não só o cidadão que não sabe de seus direitos, mas também o que tem consciência. Quantas pessoas dentro de uma Câmara Municipal, de uma Assembléia, dão direito ao outro de participar de alguma coisa? Então, deveríamos focar o direito.

Por exemplo, Reforma do Estado. Poderíamos entrar nesse tema, sugerindo como cada empresa do Estado está informando o cidadão dos seus direitos. Eu partiria pelo caminho da cidadania mesmo.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Acredito que a questão conceitual jamais excluiria a pontual. Não tem como pensar uma coisa excludente da outra, e, no seminário, cabem perfeitamente as duas discussões, tanto a conceitual quanto a propositiva.

**SR. BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR** – O que a Professora Dina sugere é que fixemos grandes linhas, mas faremos isso num determinado momento.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – O relatório começa com o conceito de cidadania.

**SR. BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR** – Você está indicando o início de nosso trabalho; você colocou a primeira orientação e nós temos que nos preocupar com as grandes pistas que queremos no ano 2020. Que metas vamos cumprir?

Para chegar a essas metas, hoje, já sabemos que precisaremos de algumas outras coisas; podemos ter alterações legislativas ou não, há a questão da educação e dos direitos humanos. Os conceitos, as metas, os avanços necessários são os arquivos a que me referi. Alguns poderiam dizer “embricar”, um termo horrível.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Secretário, qual é a forma que poderia ser usada, já que a preocupação é a forma?

**SR. BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR** – Acredito que um pouco do que todos falaram. Precisamos lembrar que estamos pensando no século 21; o quadro que queremos para a cidadania no ano 2020; as grandes linhas conceituais, as metas, o que seria razoável ousarmos.

Por outro lado, os passos que podemos dar imediatamente, em termos de políticas públicas, de educação, de avanços legislativos e de ações para cidadania. Políticas públicas, evidentemente, precisamos cobrar do governo.

Já nas ações de cidadania, em que são comuns parcerias, precisamos pensar os setores que devemos conclamar para que se agreguem. São cinco ou sete grandes vertentes e, a partir daí, desenhamos melhor o seminário. O Instituto Paulista da Qualidade pode ajudar a desenhar um questionário para as pessoas que venham para o seminário e pode ser pedido para entidades que julgemos importantes.

Por isso que, em vez de participarmos só do encontro, deve haver uma correspondência freqüente entre nós para a troca de idéias. Isso não precisaria ser feito aqui na reunião; cada um poderia separar cinco minutos de seu tempo, trocar *e-mail*.

O Instituto Paulista de Qualidade pode ajudar a preparar esse questionário, os meninos da DC, que você já chefiou, podem elaborar um questionário, vocês desenvolvem, passam a proposta do seminário para nós, e podemos, inclusive,



listar algumas outras pessoas, para falar sobre algum assunto ou escrever uma contribuição. Assim, teremos uma capacidade de crescimento brutal.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – Acredito que todas as propostas são válidas; uma coisa não exclui a outra. Essa correspondência entre todos, que o Secretário falou, é muito importante. Segundo dados do Banco Mundial, mais da metade da população vive com menos de 60 dólares. Essa, por exemplo, é uma situação que temos de avaliar. Como é praticada a cidadania? Como é essa sociedade?

Poderíamos compensar esse trabalho que estamos fazendo e elaborar alguns contatos ou questionários.

**SR. BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR** – E usar o potencial que esse grupo tem, que é muito importante. Temos aqui professores de universidade, a Faculdade de Direito, o Ministério Público, o Terceiro Setor. Usar esse potencial, por meio dessa capacidade de comunicação que vamos estabelecer, e crescer com o seminário, com os resultados.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Se o Deputado e a assessoria estiverem de acordo, podemos elaborar uma proposta de trabalho, não necessariamente um seminário, mas uma situação interativa.

O Presidente Macris e o Relator Jardim passaram a preocupação de “contaminarmos”, no jargão do Secretário, o Estado com a discussão. Em muitos casos, ela está-se restringindo à capital. Ontem, foi inaugurado um *site* completamente interativo e convido a todos para o acessarem, porque está interessante, com coisas novas.

Vamos pensar num mecanismo interativo. Essa teleconferência, sugerida pelo Professor Lewandowski, pode ser muito útil; vou conversar com os grupos do Terceiro Setor, de Reforma do Estado e do Século 21, para saber se há

possibilidade de contribuir num seminário mais amplo, para que se discuta cidadania com o Estado inteiro, com cinco ou seis pontos sediados nas universidades. Grupos poderiam realizar esse debate sobre cidadania e interagir via fax, via *e-mail*, para que os palestrantes fizessem essa troca de informação e colhessem mais experiências.

No Terceiro Setor, pretendemos fazer isso com a Fiesp e o Senac, que têm seus centros estaduais. Queremos colher experiências, tanto grandes, como pequenas. O CIC congrega uma série de pequenas microexperiências de ONG, de cidadania, que agregam um grande valor à qualidade de vida da população, facilmente realizáveis. Às vezes, as pessoas perdem esse norte, imaginando que Terceiro Setor é fazer uma megafundação, e não é; que cidadania é fazer um megatrabalho, e não é.

**SR.** – Fazer do seminário uma oportunidade em que as grandes sugestões cheguem para nós, por meio da palavra das pessoas e dos papéis que pediremos.

Seria um seminário em que romperíamos aquela relação estática de platéia. Seria uma coisa muito criativa, própria do “Pensando São Paulo no Século 21”.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – Tem mais alguma sugestão, Professora Ivette?

**SRA. IVETTE SENISE FERREIRA** – Isto aqui já é o germe de algo que se vai transformar numa reflexão maior e na preparação da ação que está sendo proposta. Creio que só é preciso definir o *timing*, já que temos o relatório final com prazo. As colaborações têm que começar a ser pedidas, para as pessoas terem tempo de preparar.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – Marco Aurélio Martorelli, com relação aos outros dois grupos citados aqui, vou pelo que o Dr. Delton estava dizendo.

Poderíamos convidá-los, mas não fazemos em conjunto, porque poderá conturbar nossa discussão.

**SRA. IVETTE SENISE FERREIRA** – A preparação do seminário é deste grupo. A idéia é convidá-los a participar.

**SR.** – Quanto mais diversidade, melhor é.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – A idéia é essa mesma, dar liberdade total, todos os conselheiros terem sua chance de criar uma identidade.

De acordo com o lembrete da assessoria dos Deputados, estamos marcando uma data-tentativa para fim de abril, começo de maio, lembrando que, para maio, está previsto um painel geral sobre representação.

O Presidente Macris está com intenção de convidar todos os Presidentes de Assembléias Legislativas de todos os Estados e fazer um seminário sobre representatividade. Mas é um outro foco, que tem o empenho político da Casa.

**SRA. IVETTE SENISE FERREIRA** - Temos de lembrar que há dois limites, que são parâmetros para a escolha da data, que é a Semana Santa em abril, e o 1º de maio, que é uma segunda-feira. Temos, como possibilidade, 26, 27 de abril, ou na primeira semana de maio.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Creio ser um pouco temerário, porque, terminando o seminário, teríamos só o mês de maio para elaborar o relatório.

**SRA. IVETTE SENISE FERREIRA** – Então, tem de ser entre a Semana Santa e o 1º de maio.

**SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI** – Já está indicado. Vou conversar com o Presidente.

**SR. CLAURY ALVES DA SILVA** – Quero agradecer a presença e a participação de todos os senhores.

**16.10.2000**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA-** Estamos reunidos para mais um seminário organizado pelo Fórum São Paulo Século 21, a reforma do Judiciário e Advocacia.

Convidamos o nobre Deputado Claury Alves da Silva, Coordenador do Grupo Temático Cidadania do Fórum São Paulo Século 21 para presidir essa Mesa, o palestrante Deputado Federal Dr. José Roberto Bartochio, advogado e ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e ex-Presidente da OAB São Paulo, o debatedor convidados Dr. Edson Kosac Bortolai, Conselheiro da OAB São Paulo, representando nesta ocasião o Dr. Rubens Aprobato Machado, digníssimo Presidente da OAB de São Paulo, debatedor Dr. Roberto Ferreira, advogado e ex-Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, Dr. Raimundo Hermes Barbosa, advogado e ex-Secretário Geral da OAB São Paulo.

Passo a palavra ao nobre Deputado Claury Alves da Silva para dar início a esse seminário.

**O SR. PRESIDENTE CLAURY ALVES DA SILVA-** Boa tarde a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer a presença de todos os senhores, especialmente a presença dos membros da Mesa cujos nomes já foram nominados pelo protocolo.

Gostaria de fazer uma introdução dizendo que este evento faz parte do Fórum São Paulo Século 21 e fazendo um resumo do que é o tema e todo esse trabalho do Fórum São Paulo Século 21 a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo tem se debruçado aos diversos problemas e a todas as questões relativas ao nosso Estado praticamente há um ano e meio em discussões com todos os setores da comunidade e foram formados dezesseis grupos temáticos. O Grupo Temático

Cidadania chamado Grupo 2 tem discutido essa questão com as universidades, com as entidades de classe das chamadas minorias, fizemos eventos na Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco e estamos para fazer um grande evento através do circuito fechado de TV onde teríamos acesso a todas as regiões do Estado e estamos tendo um trabalho com bastante progresso com o Tribunal de Justiça no que se refere ao tema Acesso à Justiça por parte da população, enfim esse grupo temático tem abordado questões e, no seu relatório, que deverá ser elaborado dentro dos próximos dias e levará alguns dias para ser complementado cujas propostas apresentadas serão bastante interessantes no que refere a esse tema Cidadania e especialmente na questão da justiça e como também uma proposta que deveremos apresentar, cujo Relator é o nobre Deputado Dimas Ramalho, de inclusão na grade curricular de forma transversal dessa questão da cidadania.

Para nossa alegria recebemos informações que estão sendo checadas que algumas escolas a passaram a adotar, a partir deste anos, essa questão, e a solicitação do Deputado Cícero de Freitas para que esse grupo abrigasse um evento como este uma vez que estamos na iminência de escolher uma nova diretoria para uma entidades mais importantes do Brasil porque não dizer do Estado de São Paulo, aceitamos essa proposta e estamos incluindo no Grupo Temático 2 Cidadania essa discussão cujas propostas colocadas pelos ilustres participantes mas que na verdade esse Grupo Cidadania receba na noite de hoje e também esta reunião está sendo gravada e deverá ser emitida uma ata na íntegra quando estaremos então estudando todas as questões, as propostas e as críticas recebidas nesta tarde.

Mais uma vez agradeço a presença de todos os participantes e dando seqüência à reunião passo a palavra ao ilustre Deputado Federal Dr. José Roberto Batorchio que nos honra com a sua presença para fazer as suas colocações.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BARTOCHIO** - Eminente Deputado Claury Alves da Silva que preside esta conspícua mesa de trabalhos, agradeço primeiramente a oportunidade que me concede de aqui comparecer na gloriosa Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo para que possamos fazer uma reflexão conjunta acerca de um tema tão momentoso que diz respeito tão proximamente à cidadania como é a questão da reforma do Poder Judiciário. Agradeço a V.Exa., a seus pares, a esta Casa de antigas e grandiosas tradições por mais esta contribuição que dá a conscientização do nosso povo em relação à necessidade de estabelecermos os parâmetros de um aparato judiciário que possa verdadeiramente atender aos anseios de justiça da população do nosso país.

Eminente Dr. Roberto Ferreira digno advogado militante, ex-dirigente maior da casa de assistência dos advogados, sem dúvida nenhuma a presença de V.Exa. ilustra e confere a esta Mesa brilho ímpar. Agradeço portanto a honra e o privilegio de tomar assento ao lado de V.Exa.

Eminente advogado Raimundo Hermes Barbosa, líder da classe dos advogados, ex-Secretário Geral da nossa entidade oficial no Estado de São Paulo, a quem também tributo as minhas mais autênticas e genuínas homenagens ao tempo em que não posso deixar de revelar o genuíno privilégio que considero o fato de participar dos trabalhos desta sessão conjuntamente com V.Ex.a.

Eminente jurista Edson Cosaco Bortolai também dirigente de classe e membro da Ordem dos Advogados do Brasil, professor de direito, sem dúvida nenhuma uma das estrelas mais cintilantes da constelação jurídica do nosso Estado, é uma honra participar dos trabalhos com V.Exa.

Advogadas, advogados, deputadas, deputados, minhas senhoras, meus senhores. Para que nós possamos ferir a temática complexa e apaixonante da reforma do Poder Judiciário é preciso, em primeiro lugar, que nós situemos em contexto se situa, se hospeda o Poder Judiciário, digamos assim no cenário institucional do nosso estado democrático de direito.

É preciso que nós nos lembremos das lições do pensamento clássico vertidas pela mente privilegiada do estagirita Aristóteles para que nós nos debrucemos sobre esse antigo mas sempre novo conceito segundo o qual o poder nunca deve ser concentrado, mas ao contrário deve ser dividido e ser exercido em compartimentos estanques mas ao mesmo tempo que são estanques que se comuniquem harmoniosamente entre si para que o sistema de governo e o sistema de gestão da coisa pública na sociedade não se degenerem numa autocracia ou autoritarismo.

Estas idéias de Aristóteles foram retomadas no iluminismo através da fenomenal obra deste grande pensador francês que foi o Charles Louis de Seconda, o Barão de Montesquieu e De La Brede que escreveu um livro que continua sendo atual e eu diria mesmo atemporal o "L'Esprit de Lois", o Espírito das Leis, onde estes enfoques são colocados muito antes do Lord Acton dizer que o poder absoluto corrompe absolutamente, nós encontramos na obra de Charles Louis de Seconda, o Barão de Montesquieu, exatamente este conceito que o poder concentrado tende necessariamente a se degenerar. Por esta razão o engenho à racionalidade humana concebeu o sistema de governo dito democrático consubstanciado na tripla tripartição dos poderes, na divisão da soberania do Estado, tudo isso se concentrando na teoria que depois os pensadores de origem saxônica condensaram naquela máxima de um governo de um sistema de "Checks and Balances" ou seja freios e contrapesos. Cada um dos poderes, cada um dos segmentos do Estado controlando e limitando o outro para que exatamente isto tudo não se degenerem num sistema autocrate.

Portanto, temos que entender, em primeiro lugar, o poder judiciário como um dos três braços em que se divide a soberania do Estado e que tem provação em função precípua fazer a composição dos conflitos de interesses verificados no corpo social, segundo normas concebidas adrede formuladas que expressam no mais puro conceito do célebre pensador genebrino Jean Jacques Rousseau a vontade geral do povo, das idéias do contrato social de Rousseau se hospeda o



embrião da teoria, segundo a qual o conjunto de normas consubstanciadoras do ordenamento jurídico expressão da vontade geral da nação.

O Poder Judiciário resolve os conflitos de interesses verificados no corpo social segundo as normas anteriormente fixadas pela vontade geral do povo exercida esta vontade através dos seus representantes no poder legislativo, no parlamento.

Em primeiro lugar, o judiciário não é um serviço. O Judiciário é com efeito um poder de Estado, embora no Brasil raramente ele se assuma como poder, digamos fica mais na esfera da atuação institucional de realizar a composição desses conflitos e interesses verificados no corpo social.

Em se tratando de um poder de Estado obviamente temos que dotar o Poder Judiciário das características essenciais que tipificam, que identificam um trecho da soberania estatal, um poder que tem que ter autonomia, não que deva ter uma autonomia retórica, teórica, mas uma autonomia concreta para que possa desencumbir-se bem da sua tarefa institucional e vem daí os predicamentos constitucionais da autonomia orçamentária do Poder Judiciário, os predicamentos específicos dos membros do Poder Judiciário enunciados nas três garantias fundamentais da inamovibilidade, da irredutibilidade de vencimentos e da vitaliciedade, em suma tudo isso como prerrogativas não de um corpo de funcionários do Estado que exercem uma função altamente relevante qual seja a de aplicar a lei ao caso concreto, mas sobretudo aos agentes políticos que são os juízes, que são agentes políticos, com uma tarefa estatal específica. Este serviço do Estado desenvolvido por este segmento da soberania nacional e não preciso dizer aos senhores é fundamental para a sobrevivência da própria sociedade, posto que todos nós sabemos, a exemplo da criação do mundo, quando lemos o antigo testamento que no início era o caos e o Criador então estabeleceu a ordem colocando cada uma das leis físicas, cada uma das suas normas éticas, cada um dos seus mandamentos para ordenar aquilo que se considerava uma desordem, inclusive peço venia para lembrar o nosso Mestre Godofredo da Silva Telles que

sempre para nos aguçar o espírito dizia: "A desordem é uma ordem que nós não conseguimos compreender." Apenas isso.

Realmente a sociedade humana no estado bruto ela precisamente é um estado de anomia, ou seja, ausência de normas disciplinadoras do comportamento do homem no grupo social, ausência de regras para convivência no grupo gregário, portanto a racionalidade humana, a razão humana foi concebendo formas para tornar mais pacífica essa convivência, para tornar mais viável a evolução, o progresso humano dentro deste corpo social em que as pessoas convivem.

Não tenho nenhuma dúvida que na nossa pré-história o Homem de Neandertal conhecia uma lei só, uma vez que a sociedade era muito primitiva, muito rude. A lei da sobrevivência. A partir do momento em que se estabeleceu a consciência através da racionalidade que o Homem de Neandertal que abatesse uma caça era o proprietário dessa caça. Ele devia colocar o pé em cima dessa caça abatida para demonstrar no mais puro estilo a posse. O Homem de Neandertal abatia a caça e botava o pé em cima como que avisando a tribo: Olha, fui eu que abati essa caça portanto ela me pertence. Vem daí o embrião do direito de propriedade.

A partir do momento que alguém ameaçou este homem querendo arrebatá-lhe a caça houve um conflito de interesses e a tribo passou a entender a necessidade de se estabelecerem regras para que uns não matassem os outros membros desse mesmo grupo primitivo, desse mesmo grupo gregário, daí a origem das leis, daí a origem das normas que foram se sofisticando na mesma velocidade em que o espírito humano foi evoluindo e as relações interpessoais foram se acrescentando, foram se multiplicando e foram se sofisticando. Chegamos a tal ponto que o conflito de interesses na sociedade se tornou de tal ordem numeroso que nos deparamos nos dias em que vivemos com outro fenômeno que é o atulhamento, o abarrotamento, o entupimento dos tribunais fazendo a justiça mais lenta, paquidérmica, morosa e insatisfatória de modo a não atender as necessidades da sociedade.

Assim sendo o nosso país há décadas e nesta parte vimos tentando fazer reformas no Poder Judiciário no sentido que ele possa desincumbir-se da sua tarefa institucional que é distribuir justiça, aplicar a lei aos casos concretos verificados na sociedade. As ações demoram dois, três, cinco, dez anos, os processos não andam nos tribunais e se acumulam e tudo isso não é um tema novo. Há pelo menos trinta anos tentamos reformar o Poder Judiciário no Brasil. Lembremo-nos da última e frustrada tentativa no Governo Geisel através do Projeto Rodrigues de Alckmin em que se tentou fazer, traçar o novo perfil para o Poder Judiciário de molde a fazê-lo a responder aos anseios de justiça da sociedade. Todas as tentativas que foram feitas inclusive a reforma do Código de Processo Civil de 1973 é uma tentativa também de reforma do Poder Judiciário de forma a torná-lo mais ágil e mais satisfatório.

Recentemente chegamos a esta proposta de emenda constitucional que tramitou na Câmara dos Deputados e que se encontra hoje no Senado Federal que é a proposta da Emenda Constitucional que trata da reforma do Poder Judiciário de autoria do Deputado Hélio Bicudo. Foi retomada em 1999, na Câmara dos Deputados pela base do governo porque majoritária, indicou como relator uma comissão especial desta proposta de emenda constitucional com o deputado dá absoluta e estrita confiança do governo que era o Deputado Aloisio Nunes Ferreira, nosso querido amigo e hoje Ministro da República. Surgiu então a constituição desta comissão especial da Apec da reforma do Poder Judiciário com a relatoria do Aloisio Nunes Ferreira e com cinco sub-relatores dentre os quais eu, o Deputado Fleury Filho de São Paulo e mais alguns que não vou nominá-lo neste momento, cada um com um trecho específico. Coube a mim sub-relatar o trecho do acesso à justiça dentro deste projeto de reforma.

A primeira abordagem que fiz do tema foi verificar de qual perspectiva nós deveríamos propor uma reformulação do Poder Judiciário no Brasil. Constatei que há trinta ou quarenta anos se tenta reformar o Poder Judiciário pela via processual, sempre são reformas de leis processuais. O que se quer no Brasil na verdade não

é uma reforma do Poder Judiciário, é uma reforma processual que imprima maior serenidade aos processos que impeçam um grande número de feitos de chegarem aos tribunais superiores, em suma, uma mudança de rito, de liturgia pura e simplesmente.

Cheguei à conclusão e digo aos senhores com toda franqueza e honestidade que isto é uma perspectiva equivocada. O mal hoje não reside mais na reforma do processo para se alcançar o efeito desejado ou para se aumentar a performance do Poder Judiciário no Brasil. Isto é um assunto surrado e malfadado quantas vezes este método foi tentado. Vale dizer, procurei partir de outra perspectiva, uma perspectiva de reformulação orgânica estrutural e funcional do Poder Judiciário. Chamei os meus colegas na sub-relatoria e disse-lhes: Quantos brasileiros nós éramos na década de setenta? Inclusive fiz uma brincadeira. Se vocês não se lembram vou lembrar! Eram noventa milhões em ação... Não era isso?! De fato eramos noventa milhões. Hoje somos cento e setenta milhões aproximadamente. Estamos chegando ao cento e setenta milhões. O nosso aumento demográfico não é um fator a ser desprezado. Quando se pensa em reformular o Poder Judiciário porque é um número maior de pessoas oferecendo litigiosidade ao Judiciário e pedindo solução, pedindo entrega de prestação jurisdicional.

Quero pedir aos senhores o seguinte raciocínio, a seguinte metáfora. Imaginemos que um cidadão vá uma cidade de dois mil habitantes e construa, todos eles católicos, ou todos eles evangélicos, mas todos eles da mesma religião, um templo para abrigar os dois mil habitantes, os dois mil fiéis, as duas mil almas daquele lugar. Passam-se os anos, esta cidade cresce e se multiplica. Os dois mil já são dez mil. Será que aquele mesmo templo, com aquelas mesmas dimensões físicas seriam suficientes para acolher os dez mil fiéis num edifício planejado num templo para acolher dois mil fiéis? É claro que não. A resposta é não. Perguntei-lhes: Vocês concordam comigo? Responderam: Sim, concordamos. Portanto, de nada adianta mudar a liturgia da missa porque num lugar feito para dois mil não vão

caber dez mil nem que se mude a liturgia, o rito da missa. A nossa reforma é outra. Nós temos que aumentar a igreja para caber todo mundo senão não vamos fiéis rezando aos domingos. Ou nosso aumentamos a estrutura do Poder Judiciário sobretudo alargando as bases do Poder Judiciário no primeiro grau para ensejar o acesso à justiça, à população ou então tudo isso é uma grande piada processual.

Os processualistas inclusive podem entrar em êxtase porque ficam maravilhados: Olha, vamos arrumar uma forma processual que vai eliminar com a tardança. Não haverá mais processos serodios nos tribunais. Serão todos rápidos e céleres. Vamos fazer um rito, vamos acabar com as formalidades. E junto com as formalidades vão escoar pelo ralo as garantias, muitas garantias constitucionais inclusive. Ou então, vamos construir um rito sumaríssimo. Quais são os princípios? Para que escrever todos aqueles volumes? Por exemplo, princípio da oralidade. Processo integralmente falado e só é bom para aqueles advogados que gostam de falar, não é? Outro princípio que vai acabar com a demora é o da dessacralização do processo. Vai acabar com essa liturgia porque não vai ser preciso o juiz dar o despacho de síntese para o escrivão emitir um mandato, o juiz assinar, o oficial de justiça ir lá para fazer a citação, marcar hora certa e levantar na hora certa. Citação pode ser feito por telefone, fax, microfone, telefone enfim o diabo, vamos simplificar tudo isso. Tem mais, vamos acabar com essa história de marcar a primeira, a segunda, a terceira, a quarta audiência ou seja o princípio da concentração do processo, todos os atos processuais numa mesma audiência. Que maravilha! Vamos também para o princípio da imediatidade ou seja, tudo se produz perante o juiz e tudo mais. Parece uma maravilha teoricamente e foi o que fizeram com os processos nos juzgados especiais. Só que nos processos especiais nesses ritos sumaríssimos já estão demorando, aqui em São Paulo, um ano, ano e meio o que é uma piada. É preciso acordar para essa realidade! Querem fazer uma reforma no judiciário para valer? A coisa é muito simples. Numa comarca onde tem um juiz cujo processo demora dois anos para ser julgado, se colocarmos dois juizes lá o que acontece? Não venham me dizer que matematicamente o processo vai

demorar só um ano. Vai reduzir pela metade porque isto não tem exatidão matemática. Pode não ser exatamente a metade do prazo mas lhe garanto que dois juizes fazendo o serviço que um só faz hoje os processos vão demorar bem menos tempo. Não sei se metade. E se colocarmos três juizes?! Com certeza vai reduzir mais ainda. Portanto, é esta a reforma que eu quero. Férias de dois meses nos tribunais para quê? Se os tribunais precisam andar depressa não é possível dar dois meses de férias! Os juizes podem ter um mês de férias para quem acha que devam ter férias coletivas mas sessenta dias de férias coletivas não tem nenhum sentido. Tirem férias individuais aqueles que tiverem o direito e tudo mais. Não é nenhuma crítica aos privilégios deste ou daquele setor mas precisamos efetivamente ser coerentes com o diagnóstico que fizemos em relação ao desajuste ou à má funcionalidade de uma instituição e as propostas que precisam ser feitas para corrigir esses desvios. Ou seja, a relação da causa e efeito numa relação de causalidade entre uma coisa e outra. Falei: No meu substitutivo não vou fazer propostas só de acesso à justiça mas vou apresentar uma proposta de substitutivo completo de reforma do Poder Judiciário e assim foi feito. Fiz um substitutivo completo. Apresentei uma proposta do novo capítulo da Constituição Federal para o Poder Judiciário e comecei assim: Primeiro lugar: Se no início do século o Supremo Tribunal Federal tinha onze ministros depois passou para dezesseis e depois voltou a onze e a nossa população do início do século cresceu tanto é preciso aumentar o número de ministros do Supremo Tribunal Federal e temos que outorgar-lhes mandatos limitados no tempo. Essa história de vitaliciedade de juiz constitucional no Supremo Tribunal Federal é uma coisa que não tem muito sentido. O cidadão vai lá serve oito anos e depois vai para casa. Mandatos temporários no Supremo Tribunal Federal! Vamos aumentar o número de ministros no Supremo. O primeiro a reclamar foi o próprio Supremo. Mas como? Isso ataca as tradições mais antigas da nossa centenária corte! Isso vai dividir, isso vai banalizar, isto vai.... olha, ministro, não estou aqui legislando para os senhores, estou legislando para o povo. Se isso atende mais ao povo vou propor nessa

direção como de fato propus. Superior Tribunal de Justiça, a nossa corte de cassação. O tribunal que tem por finalidade unificar a interpretação do direito federal em todas as unidades da federação tem apenas trinta e três ministros. Trinta e três ministros para unificar via recurso especial de todo o direito federal, em todos os Estados da federação brasileira fora as competências originárias como julgar governador, mandado de segurança contra governador, ou seja, está errado. Temos que aumentar o número de ministros do Tribunal Superior de Justiça.

Vamos tomar o exemplo da Itália. A Itália é um país com sessenta milhões de habitantes. Um terço praticamente da nossa densidade demográfica. A Itália tem uma corte de cassação com trezentos e noventa e dois ministros. E fazem exatamente a mesma tarefa de interpretar o direito federal nas diversas províncias da Itália, da Sicília até o Piemonte. Os ministros do Supremo Tribunal Federal foram os primeiros a protestar. Propus cento e dezessete ministros para o Supremo Tribunal de Justiça. Mas como? Vai banalizar, ministro vai virar lugar comum, vai virar carne de vaca essas coisas e tal. Como podem fazer isso?! Precisamos efetivamente possibilitar para que o povo tenha acesso à justiça no nosso país. Essa é a nossa proposta nessa reforma. Inclusive fiz uma brincadeira com o Ministro que me interpelou: Mas ministro a casa é grande, a família pode ser numerosa, me referindo ao magnífico edifício sede do Superior Tribunal de Justiça que levantou alguma polêmica nesta Casa. Ele não gostou muito mas em todo caso...

Portanto, esta é a perspectiva correta da otimização do Poder Judiciário. Dentre as minhas propostas três apenas foram acolhidas. A primeira proposta foi a de justiça vinte e quatro horas. Plantões ininterruptos no primeiro grau. Justiça funcionando dia e noite. Hospital tem plantão, pronto-socorro tem plantão, polícia tem plantão e porque não o judiciário de plantão permanentemente? Vamos imaginar o seguinte. Por exemplo, um feriado longo e um senhorio, um proprietário de um imóvel fosse na noite da véspera do feriado e tirasse o seu inquilino "mano militares" do imóvel e colocasse para fora, numa violação clara da

lei que rege o tema. A quem esse inquilino iria reclamar no sábado ou no domingo à noite? Iria dormir na rua com a sua família se estivesse chovendo por exemplo? Nada mais justo do que ter um plantão judiciário onde possa receber uma provisão judicial de urgência enfim possa se atendido na sua urgência jurídica. Esta foi uma proposta que eu consegui fazer penetrar no projeto e faz parte do texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Outra proposta apresentada por mim foi a redução das férias coletivas no segundo grau. Outra proposta apresentada por mim foi a da antinepotismo que depois ganhou uma dimensão muito grande e se espalhou para os outros poderes porque começamos a discutir neste meu substitutivo a proibição da contratação de parentes em linha reta colateral ou afim até o terceiro grau dos membros ressalvados os casos de concurso público etc. mas a base do governo nos esmagou, inclusive o Deputado Claury pertence ao PTB, que não pertence à base do governo, ou não compõe a base do governo mas fico pensando, quando chega a época das eleições o eleitorado despeja votos na base do governo e tudo mais, mas será que o povo tem esta ligação com o que se passa nas votações do congresso? Por exemplo, salário mínimo. Cobrar novamente contribuição previdenciária daqueles que já estão aposentados ou seja, nós que somos da oposição só apanhamos porque vem a base e esmaga, não é? Depois quando chega as eleições o povo vota nos partidos da base e elege o pessoal. No meu caso como sou novo em política, é o meu primeiro mandato, e isto é uma coisa que ainda vou decifrar. Eu ainda vou decifrar com certeza.

O fato é que além dessas propostas do nepotismo apresentei outra proposta e na ocasião em que a apresentei foi tomada como preciosismo por parte de alguns colegas, sobretudo de alguns juristas, mas o tempo se incumbiu de demonstrar que eu tinha razão. Inseri no artigo 93 da constituição onde se descreve as prerrogativas da magistratura um dispositivo que eu decalquei da emenda número um da Constituição dos Estados Unidos da América do Norte em relação ao direito da liberdade de imprensa com a seguinte redação: "É vedado ao Congresso



Nacional e ao Poder Executivo editar leis, medidas provisórias ou quaisquer atos normativos que impeçam os juizes de qualquer grau de jurisdição de concederem medidas liminares cautelares e antecipatórias qualquer que seja a matéria submetida à sua cognição." Pouco tempo depois veio o governo proibindo a concessão de liminares em matéria tributária etc. Também coloquei outro dispositivo mais ou menos com a seguinte redação: " O juiz é inviolável por suas sentenças, decisões e despachos no exercício da função jurisdicional nos limites da lei." Também foi uma profética proposta porque tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que trata dos crimes dos juizes quando ele decide contra o Estado é o apelidado crime de hermenêutica, ou seja, o juiz interpretar a lei contra determinados interesses etc. é fato ilícito do ponto de vista penal que é o que eu queria exatamente nesta fidelidade ao pensamento de que o poder judiciário é um poder do Estado, e o juiz é um agente político de acordo com a minha proposta apresentada da inviolabilidade do magistrado no exercício da tarefa da atividade jurisdicional. Já imaginaram se durante o governo Collor existisse esse tal crime de hermenêutica quem é que liberaria os ativos apreendidos pelo Plano Collor? Todos os juizes poderiam ter sido enquadrados, não é verdade?

Nesta ordem de pensamentos elaboramos uma proposta absolutamente democrática, absolutamente refundante da estrutura orgânica do Poder Judiciário, alargando a base do Poder Judiciário, multiplicando nas comarcas os juizes de primeiro grau, multiplicando e descentralizando nos Estados os tribunais. Em todos os tribunais de segundo grau os cargos não seriam vitalícios e sim por mandato, permanências limitadas temporariamente para oxigenar e fazer efetivamente a alternância democrática também no seio dos tribunais. Só poderiam ir para os tribunais quem tivesse vinte ou mais anos de judicatura ressalvados os casos do quinto constitucional onde também se pressupunha o exercício da advocacia ou das funções típicas do ministério público por um prazo equivalente, depois de oito anos o sujeito se aposentava e deixava o cargo abrindo espaço para o arejamento, para a oxigenação dos tribunais. Claro que tudo isso foi rejeitado.

O que me causa realmente espanto e a palavra é essa foi o fato de que vindo eu com uma proposta de uma justiça democrática pulverizada com amplos poderes para o juiz natural ter cognição plena de todas as matérias no primeiro grau de jurisdição tanto assim que eu cercava o juiz de primeiro grau com as garantias da inviolabilidade do ponto de vista penal, cercava o juiz de primeiro grau com a garantia da cognição plena nas tutelas jurisdicionais de urgências amparáveis pelas medidas liminares cautelares e antecipatórias, com idéia verifiquei que a concepção do governo era completamente diferente. O governo não estava querendo fazer uma reforma do Poder Judiciário para o povo. O governo estava querendo fazer uma reforma do Poder Judiciário para ele e para o capital internacional. É curioso. O governo veio com uma proposta absolutamente contrária a esta que estou expondo aqui com breves palavras epidermicamente aos senhores. O governo veio com uma proposta altamente concentradora e conservadora para reestruturação do Poder Judiciário. Vejam os senhores, ressuscitou a avocatória de triste memória do período autoritário através de nome novo, com uma roupagem nova - Incidente de Inconstitucionalidade - no Supremo Tribunal Federal ou Incidente de Interpretação de Lei Federal para o caso do Superior Tribunal de Justiça. Vale dizer para aqueles que não são advogados, por exemplo, o juiz de Itapeirica da Serra está examinando uma questão previdenciária. Entra um aspecto constitucional na decisão, o governo fala: Opa, se o juiz de Itapeirica da Serra conceder ao José da Silva salário mínimo, este benefício, esta equiparação, esta correção que está pleiteando vai gerar uma reação em cadeia cujo efeito será ciclópico, ou seja, todos os segurados da mesma situação vão poder pleitear isto, o que poderá formar jurisprudência. Assim sendo, o governo estabeleceu o tal incidente de inconstitucionalidade, o Supremo falaria para o juiz local lá de Itapeirica: Olha, essa questão inconstitucional você não julga, não examina porque eu avoco. Teríamos então com a quebra do princípio constitucional natural, com a quebra do princípio constitucional do duplo grau de jurisdição o julgamento numa única instância irrecorrível do Supremo Tribunal

Federal e aí o governo se sentia protegido porque ia falar: É um julgamento só no Tribunal onde eu nomeio os ministros que são só onze porque é mais fácil falar com onze ministros e explicar as razões de Estado como os problemas da estabilidade econômica, a necessidade de se decidir heterodoxamente para se salvar o interesse maior do que explicar isso para os quinze mil juizes espalhados pelo território nacional. Portanto, a minha proposta era piramidal e a do governo era cônica. Um pedacinho bem pequenininho na base e tudo o que é mais importante lá no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça. Daí o incidente de inconstitucionalidade, o incidente de interpretação de lei federal.

Tinha também a questão da barreira para os recursos especiais, os recursos extraordinários a denominada repercussão geral: Só poderá cessar o Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal causas em que haja violação negativa de vigência à lei federal em que haja dissídio jurisprudencial com os tribunais outras unidades da federação, mas se além disso se não tiverem repercussão geral não poderão ser reexaminadas num juízo de revisão no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.

Isto é denegação de justiça. Isto é proibição do cidadão de discutir a sua causa nas hipóteses previstas na constituição nos tribunais superiores. O governo propõe a súmula vinculante. Esta sentença pré fabricada "fast food" em que o cidadão, os tribunais têm a pretensão de imaginar que eles conseguem fórmulas miraculosas sintéticas, onde conseguem colocar dentro destas fórmulas toda multifariedade, a poliformia dos conflitos das relações humanas, quer dizer, são decisões pré-moldadas, "pret-a-porter" como diria no mundo da moda, prontinha. O sujeito vá até o tribunal pega, veste e estamos conversados e para isso não é preciso juiz, não é? Bastaria armarmos um silogismo jurídico cibernético, me permitam, a divagação e colocaríamos no computador a premissa maior, o texto da lei. A premissa menor que são os fatos nós condensaríamos por semelhança todos os parecidos, não idênticos e enfiaríamos a premissa menor e o computador dá a solução ou síntese ou o silogismo, a resposta, a conclusão.

Verificamos, portanto, que tudo isto na verdade era uma proposta que não queria mudar coisa nenhuma apenas uma reformazinha processual criando dificuldades para o povo chegar aos tribunais e garantir as causas do governo no Supremo Tribunal Federal e garantir as causas do capital internacional, as privatizações, as concessões, as questões relativas aos serviços que implicam na violação da soberania nacional, isto o governo queria decidir só no Supremo Tribunal Federal, pelas razões que já expliquei aos senhores.

Acabamos derrubando a súmula vinculante no Superior Tribunal de Justiça, nos tribunais superiores e ficou no Supremo Tribunal Federal depois de uma dolorosa negociação. Me perdoem, mas a oposição se mostrou mais técnica neste ponto e conseguiu efetivamente avançar, inclusive estou lembrado que nas negociações de liderança entre os líderes, estávamos discutindo em dado momento disse: Tá bom, não vai ser assim, mas vamos ficar meio. Eu proponho "assado". A base do governo dizia: Vamos telefonar para o Supremo Tribunal Federal para saber se aquilo era aceitável ou não. É a realidade! Estou falando aqui publicamente porque é a realidade.

Quando nós tínhamos as respostas prontas, na mesa de decisão da liderança, eles tinham que fazer as consultas. Era um tal de ligar para o Supremo, ligar para a advocacia geral da União e não sei mais aonde que chegou a um ponto que fui obrigado a falar: Você não decidem? Tem que pedir ordem? Como é isso? Vamos resolver o assunto aqui que está demorando a reunião? Qual é a razão disso? A razão é que na verdade a reforma do Poder Judiciário tal como foi planteada pelo governo federal atendia a uma exigência do capital internacional. O capital internacional que vem aplicar aqui no Brasil tem medo das decisões dos juizes federais de primeiro grau, porque volta e meia sai liminar contra privatização, aliás muito bem dada, volta e meia saem liminares contra planos governamentais, aliás muito bem concedidas também e o capital internacional falou: Pô, pera um pouco. Nós vamos verter milhões ou bilhões de dólares, nós confiamos no Executivo e o governo brasileiro é neoliberal, é globalizador e estamos tranquilos.

Mas tem o tal do judiciário que dá umas decisões que pode nos deixar a pé. Então vamos nós propor um modelo de reforma do Poder Judiciário para o Brasil. Quem quiser checar isso acesse o Banco Mundial na Internet. Tem lá uma proposta de reforma do Poder Judiciário para os países em desenvolvimento sobretudo para os países da América Latina.

E o modelo é esse modelito nessa orientação, quer dizer, tirando os poderes dos juizes, tirando a difusidade da justiça, afastando o juiz natural em causas reputadas de alta significação econômica e concentrando isso nos tribunais onde o diálogo com o Executivo é mais direto e mais fácil.

Será que o Banco Mundial está com pena da Dona Maria da Silva que se separou do Sr. João Pereira que está desempregado porque esta política econômica o desempregou e está demorando muito o seu divórcio? Será que os banqueiros do Banco Mundial estão se condoendo desta situação? Será que esses banqueiros afinal se humanizaram e estão achando que os órgãos que não recebem as pensões, os proventos dos pais que morreram, as viúvas não recebem as suas pensões porque a justiça é muito lenta para julgar esses casos da Previdência? Será que eles se humanizaram e querem reformar o Poder Judiciário no Brasil para resolver estas questões? Eu não acredito e acho que eles estão defendendo o seu capital e é por isso que o governo aceitou o modelo de uma justiça dicotômica. A justiça das grandes causas concentradas nos tribunais superiores e a justiça do resto, do zé povinho que não vai mudar grandes coisas porque não aumentam o número de juizes, uma alteraçãozinha cosmética aqui, outra acolá como essa minha proposta da justiça 24 horas, acabar com férias duas vezes por ano na superior instância. O nepotismo nós perdemos no plenário da Câmara. Inclusive disse para um deputado que estava defendendo o nepotismo que dizia: Se não vou poder nomear os meus parentes, vou nomear quem? Eu confio nos meus parentes! Respondi: Ora, deputado, nomear parente é como queijo rockfort. É muito saboroso mas cheira mal. Na verdade, apesar de tudo, isto acabou sendo derrubado e nós conseguimos uma reforma que ficou mais neste

modelo concentrador, neste modelo conservador que não alargou as bases do Poder Judiciário, não facilitou o acesso do povo à Justiça e como dizia o Manoel Bandeira: É uma reforma que teria sido, mas não foi. Obrigado.

**O SR. CLAURY ALVES DA SILVA** - Agradeço as palavras do nobre Deputado Federal José Roberto Bartochio e gostaria de propor o seguinte: Ouvirmos todos os debatedores e em seguida abriremos para perguntas. Temos um problema de tempo, portanto, devemos abreviar o máximo possível. Tem a palavra o representante do Dr. Rubens Aprobato Machado, Presidente da OAB, Conselheiro Dr. Edson Cosaqui Bortolai.

**O DR. EDSON COSAQUI BORTOLAI** - É uma honra para mim estar presente nesta Casa ao lado de tão ilustres figuras, principalmente representando o Dr. Rubens Aprobato Machado e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Realmente é uma satisfação ter como companheiros os dignos Drs. Roberto Ferreira, Raimundo Hermes Barbosa e o nosso ex-Presidente, Dr. José Roberto Bartochio que teve uma das melhores gestões tanto a nível estadual quanto a nível federal a quem agradeço as belíssimas palavras a mim dirigidas das quais não sou merecedor data venia.

Dividiria a minha exposição em duas partes. Uma relativa a parte cível e uma relativa a parte não cível que englobaria matéria penal, inclusive vou entrar na área do Deputado Bartochio.

Concordo plenamente com o diagnóstico dado pelo nobre deputado. O problema do judiciário brasileiro é o de número de juizes que realmente é insuficiente. O nosso Código de Processo Civil de 1973 é uma obra de lógica feita pelo Professor Buzaid e só foi conseguida ao tempo da revolução que foi muito criticada que havia sido teoricamente imposto. Na realidade não, é um código lógico, um código muito bom, moderno e um dos melhores do mundo. O que tem sido feito infelizmente, nos últimos anos, a partir de 1973 para cá, são alterações de

membros dos tribunais superiores que o tem desleixado e o tornado um pouco aleijado. Infelizmente está perdendo muito da sua lógica.

Discordo do nobre deputado quando diz que o problema está em primeiro grau quando deveriam aumentar o número de juizes de primeiro grau e para tanto apresento uma estatística. Um processo cível em primeiro grau demora em média dois anos. Temos mil duzentos e trinta e quatro varas em São Paulo. Em dois anos diríamos até que seria tolerável. É verdade que em 1973/74 um processo para demorava para julgamento seis meses e o código era novo. Com todas essas modificações havidas a primeira em 1981 pelos Procuradores da República que criaram a Lei das Opções Fiscais para dar mais celeridade aos processos de execução, os executivos fiscais e isso tanto não é verdade que hoje os executivos fiscais demoram mais que uma execução normal. Portanto foi um remendo mal feito porque está mais do que provado. Quais são os problemas? Os problemas são em segundo, terceiro e quarto graus de jurisdição porque um processo para ser distribuído nos tribunais superiores ou qualquer tribunal demoram cerca de dois anos mais seis meses para ser julgado totalizando dois anos e meio. Realmente o problema é material. Faltam pessoas, faltam juizes, falta material mas em segundo grau. Se um demora dois anos em primeiro grau mas tão logo esse processo chegue e é processo logo distribuído num tribunal para ser julgado, digamos em noventa dias, seria um prazo tolerável, mas ficar aguardando dois anos e meio só na distribuição do processo é vergonhoso. Temos cento e trinta e seis desembargadores no Tribunal de Justiça de São Paulo, sessenta juizes no primeiro de alçada, mais ou menos sessenta e qualquer coisa no segundo de alçada e temos ainda o Tribunal de Alçada Criminal e esse número é infinitamente pequeno. Tive a honra de presidir a Comissão Tripartite juntamente com o Ministério Público e a Associação Paulista de Magistrados da reforma do judiciário e captei nos debates por ocasião desses estudos que há um grande medo dos juizes e do Ministério Público em se aumentar muito o número de colegas. Por quê? Porque poderiam no futuro quebrar o Estado com o problema da aposentadoria. Ou seja, se contratam

hoje quinhentos juizes algum dia esses juizes vão se aposentar e serão quinhentos juizes a mais para serem sustentados pelo Estado isso vale para o Ministério Público. Esse raciocínio na realidade estão protegendo a aposentadoria deles porque se realmente aumentar consideravelmente o número de participantes e o Estado quebrar vão perder com certeza. Inconscientemente existe o desejo de não aumentar esse número de juizes, até porque, como bem lembrou o nobre Deputado porque sentiu essa resistência já nos tribunais superiores o aumento do número de colegas nos tribunais, como membro do Ministério Público, está diretamente ligada à paralisação da produção da atividade de juiz. Portanto, se nós temos no Estado de São Paulo mil e novecentos juizes é diferente em termos dezenove mil. Por exemplo, na Alemanha, um juiz atende um determinado número de processos digamos quatrocentos e cinquenta, na realidade a Constituição do Estado de São Paulo fala trezentos desembargadores, trezentos processos por desembargador, ficaria criada uma nova vara como acontece na Alemanha, mas isso não acontece. A Ordem dos Advogados do Brasil na primeira reunião já captando todo esse problema buscou uma solução e qual é o problema do judiciário? O problema é financeiro. Aliás, V.Exa. deve ter tomado conhecimento com a suspensão do artigo XX que estava destinando seis por cento do fluxo corrente líquido para o Judiciário. O que acontece? Sugerimos que as custas arrecadadas nos processos tocassem diretamente o judiciário. Hoje em dia quando recolhemos um por cento do valor da ação, por ocasião da distribuição, um por cento por ocasião do recurso e um por cento por ocasião da execução, portanto, na média não são três por cento, vamos colocar dois e meio ou dois por cento, mas o volume de ações no Estado de São Paulo, a grandeza dos valores envolvidos são incomensuráveis, ou seja, esse número deve ser tão grande que a Secretaria do Estado se nega a dar essas informações. Para fazer uma tese de livre docência pedi informações oficiais através da Ordem dos Advogados dos Advogados e a Secretaria de Estado não respondeu qual é o valor da arrecadação das custas, enfim trabalhei sem



elementos porque deve ser um valor tão vultoso que o Estado se nega a fornecer esse número.

Aliás essa sugestão foi aceita inclusive tínhamos sugerido alteração do artigo 99 da Constituição com uma pequena modificação dizendo exatamente isto que as custas judiciais tocarão ao judiciário. Esse problema toca mais diretamente ao particular, porque é uma questão de litígio privado, mas o que me preocupa realmente e agora vou me despir da posição de representante da Ordem e vou falar em meu nome porque não consultei os colegas da Ordem. O que me preocupa é o problema da segurança pública. Por exemplo, temos mais Bósnias e Ezergovínias, mais guerras como essas da Bósnia aqui em São Paulo e no Rio de Janeiro do que na própria Iugoslávia. O que está acontecendo? Fui informado que no dia de ontem pessoas estavam sendo assaltadas na Avenida Dom Pedro lá no Guarujá e na própria balsa de Santos e a polícia completamente impotente para agir. Este é apenas um exemplo.

Nobre deputado é preciso fazer uma modificação legislativa e por isso vou tomar a liberdade para entrar na área de V.Exa. Não sou criminalista mas como cidadão tenho senso de observação. Precisamos realmente tornar efetiva a justiça. É preciso fazer alguma coisa.

Nisso, Deputado, nós precisamos fazer uma modificação legislativa, e por isso eu vou ousar a entrar na área e Vossa Excelência. Eu não sou criminalista, mas, como cidadão, nós temos um senso de observação. Nós precisamos, realmente, tornar efetiva a Justiça, não só aumentando o número de Juizes Criminais, mas penalizando o menor infrator reincidente. Então, o menor infrator que reincidir no mesmo delito, ele é julgado como o maior perante o Juizado de Infância e Juventude. Nós não podemos ser omissos nesse ponto. Nós estamos criando uma sociedade de monstros. Nós não podemos tratar um filhote de cobra coral como nós tratamos um filhote de jibóia. Um é inofensivo. Ou outro não. O outro é venenoso.

Então, nós temos de tomar algumas medidas, e isso vai competir ao Legislativo.

Vejam, precisamos devolver a moralização ao policial. Hoje em dia o policial é alvo. Ele tira a roupa, para não ser identificado como tal.

Então, vamos fazer uma lei: Atirou em policial fardado, a pena é dobrada, não tem direito a “habeas corpus”, não tem direito á progressão. Enfim, nós precisamos engrossar isso daí. O policial se identificou como tal, o investigado tem de levantar os braços, sob pena de, se o policial atirar, aquilo ser considerado legítima defesa putativa. Porque se não moralizarmos a polícia, eles vão ficar sempre servindo de alvo aos bandidos. Então, nós temos de fazer alguma coisa.

Vocês vejam que em Singapura, um país asiático, o número de pobres é grande, 60% da população. E nem por isso nós temos esses fatos que ocorrem aqui atualmente.

Então, quero aproveitar aqui a presença do nosso Batonier, e grande Presidente que foi, e hoje Deputado, para que leve esta mensagem ao Legislativo Federal. Porque senão nós vamos ver os nossos filhos continuarem morrendo, sem que possamos fazer nada.

Senhores, eram estas as considerações que eu tinha a fazer, pedindo desculpas pela parte emocional.

Obrigado. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE CLAURY ALVES DA SILVA** – Quero agradecer as palavras do Dr. Edson Kosac Bortolai.

Passo agora a palavra ao Dr. Roberto Ferreira, advogado, ex-Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo. Tem Vossa Senhoria a palavra, pelo tempo necessário.

**O SR. ROBERTO FERREIRA** - Mais uma vez, boa tarde a todos.

Quero de início cumprimentar o eminente, o nobre Deputado Claury Alves da Silva, por esta feliz iniciativa, de se discutir temas dessa importância, que também dizem respeito à cidadania, à democracia, quando tratamos de Justiça, tratamos de cidadania e de Justiça ao mesmo tempo.

Dizer também da alegria de estar ao lado do eminente Deputado, esse sempre Advogado, nosso sempre Presidente da OAB-São Paulo e Nacional, e que é a grande liderança da advocacia de São Paulo e quiçá do Brasil, o Deputado José Roberto Batocchio.

E também cumprimento o Deputado Claury por esta iniciativa de convidar especialmente o Deputado Batocchio, que participou diretamente da Reforma do Judiciário, portanto, se não bastasse isso, ele já teria todas as condições de falar sobre o tema. E por ter participado efetivamente, conhece todos os detalhes da questão.

Cumprimento o Advogado Edson Bortolai, que representa o Presidente da Ordem, e o nosso colega, eminente Advogado e líder, repito, da Advocacia de São Paulo, Dr. Raimundo Hermes Barbosa, ex-Diretor Secretário Geral da Ordem.

Aos colegas, um boa tarde especial. Obrigado pela presença de todos. Vejo aqui entre nós um número expressivo de colegas que integram a Chapa que é a Força da Oposição Unida nas próximas eleições. Obrigado pela presença.

Agradeço também a todos os demais presentes, Senhores, Senhores, Amigos e convidados.

Lamento de início a ausência do Advogado Carlos Miguel Aidar, pois seria uma oportunidade, como disse o Deputado Claury, para nós também discutirmos algumas questões da Advocacia, até porque o tema abordado hoje é a Reforma do Judiciário e a Advocacia, não é verdade? De maneira que seria uma oportunidade muito interessante.

O tempo é curto e eu queria fazer uma observação de início, em relação a essa questão da Lei das Responsabilidades Fiscais, Artigo 20, que destina 6% para o Poder Judiciário, como foi mencionado pelo Advogado Edson Bortolai. Esses 6%,

a meu ver, são absolutamente insuficientes para um Estado como o de São Paulo. De maneira que eu discordo totalmente nesse aspecto de Vossa Excelência.

Outra coisa também que me chama a atenção na abordagem do eminente Advogado, se me permite discordar, concordo em parte de que o policial, de que a polícia tem de ter melhor aparelhamento, melhor treinamento, melhores condições de trabalho, respeito à polícia, de pleno acordo. Agora, eu quero saber a recíproca. E a violência que se pratica contra o cidadão, contra a cidadã, pela polícia, nós também precisamos verificar. (Palmas). Obrigado.

De maneira que isso é uma coisa muito perigosa. Nós precisamos achar o tempero disso, o equilíbrio, porque, se por um lado, a polícia precisa efetivamente se modernizar e se aparelhar, nós precisamos tomar cuidado, porque o tom que foi dado foi muito de precisamos proteger o policial. Eu concordo. Mas ele também precisa estar orientado, ele precisa passar por uma reciclagem, para respeitar o povo, o cidadão, porque esta é a condição inicial dessa relação.

Outro aspecto que me chama a atenção, e agora já abordo a questão quando fala da Reforma do Judiciário e da Advocacia, são as questões próximas da advocacia propriamente dita, que é a questão, por exemplo, do campo de atuação do Advogado, no que diz respeito ao Poder Judiciário diretamente. Por exemplo, nessas leis e mais leis que são criadas e que desobrigam a presença do Advogado, começando pela Lei nº 9099/95. Eu gostaria até de fazer uma pergunta a respeito disso ao eminente Deputado José Roberto Batocchio, porque nós, Advogados, temos intercedido com ele, decididamente, pedindo a ele que tome uma série de providências em defesa da classe. E depois dessa lei, outras portas se abriram. Na Justiça do Trabalho também agora, no processo sumaríssimo, que é federal, em que a conciliação é feita entre o sindicato e os empregados, não precisa de Advogado. Tem o tal Portal IG, consulte o seu Advogado virtual, tire as suas dúvidas pela INTERNET. Daqui a pouco não precisa de Advogado para mais nada. Eu acho que a presença do Advogado, inclusive no Juizado Especial, que é essa lei que estamos mencionando agora, ela é fundamental para a democracia e para a

cidadania. Se o cidadão vai com o argumento de que, ele não necessitando de Advogado, ele tem acesos mais fácil á Justiça, isso é mentira, isso não é verdade. Isso não tem o menor fundamento. Porque de outro lado, as grandes empresas comparecem nessas audiências com os seus melhores Advogados. (Palmas). Obrigado. E é obrigação do Estado, sim, dar assessoria jurídica, não para que o pobre e o carente paguem Advogado, mas para que o Estado, através do convênio da Assistência Judiciária, remunere os Advogados.

Então, eu pergunto se Vossa Excelência poderia falar alguma coisa sobre quais foram as iniciativas que foram tomadas nesse sentido.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCCHIO** – Em primeiro lugar, eu quero deixar muito bem sublinhado o fato de que a presença do Advogado nos Juizados Especiais não é reserva de mercado profissional. A presença do Advogado, nos Juizados Especiais, em quaisquer Juizados e em quaisquer Juízos ou Tribunais é uma questão de cidadania. Falar que isso é defesa de mercado é a mesma coisa que dizer que a questão da mulher é uma questão do sexo feminino, a questão da igualdade da mulher. É uma questão da cidadania. Não é só porque interessa mais de perto à mulher que é uma questão exclusivamente feminina. Não é porque também interessa ao Advogado a presença dele nesses Juizados, é uma questão essencialmente corporativa. Não. É uma questão de cidadania. Disse bem o Dr. Roberto, no questionamento sob o ângulo do direito do consumidor, de um defeito de um aparelho liqüidificador, que custa quarenta reais se tanto, portanto abaixo dos 40 salários mínimos que definem o teto da pequena causa. Aliás, 40 salários mínimos é pequena causa para quem, cara pálida? Porque para quem ganha salário mínimo são 40 meses de trabalho. Espere um pouquinho aí. São 3 anos e alguma coisa de trabalho de um operário brasileiro. Então, que negócio é esse de causa pequena e causa grande, pequenas causas!

Bem! Mas já que se cometeu essa heresia jurídica de definir, numa sociedade em que o salário mínimo é de R\$151,00, causa pequena é aquela de

valor inferior a 40 salários mínimos, já que se cometeu essa besteira, vamos ver se o Advogado deva ou não estar presente num litígio que versa sobre o direito do consumidor de um aparelho liquidificador, que saiu com defeito de fabricação em série. É claro que ele vai lá, o José da Silva salário mínimo, ele vai lá sozinho, não precisa de advogado, ele não tem dinheiro para Advogado. A lei diz que o Estado não precisa colocar obrigatoriamente um Advogado para assisti-lo. Ele vai lá perante o conciliador ou o juiz não togado e diz: Olha, eu comprei este liquidificador aqui Westinghouse ou General Electric, seja lá o que for, e veio com defeito, e eu quero um liquidificador novo e tal. A General Electric não vai mandar um funcionário de décimo escalão dela, não. Vai manda o melhor Advogado. Em primeiro lugar, porque se isso for um defeito de fabricação, isso pode significar que milhões de liquidificadores apresentem o mesmo defeito e obriguem, não naquela causa, que faz coisa julgada nos limites das partes, mas que pode constituir um sério precedente, que pode gerar até uma “class action”, uma ação de classe, uma ação coletiva. Então, a General Electric vai mandar o seu melhor Advogado. Então, nós teremos o melhor Advogado da multinacional General Electric contra o José da Silva salário mínimo desacompanhado. Que que os senhores acham que vai acontecer? Não preciso responder, não é?

Então, já que o Estado tem obrigação constitucional, expressa na Constituição, de dar assistência jurídica aos necessitados, que o José da Silva salário mínimo não pague um tostão ao Advogado, mas que ele tenha um Advogado de graça para defender os interesses dele.

Mais ainda. Professor Bortolai, o senhor que é processualista civil. Qual é o sentido que faz não se exigir o Advogado até a sentença, mas para a fase recursal ser obrigatória a presença do Advogado nesses mesmos Juizados? Não tem lógica. Isso é um jogo de aparências. É uma demagogia jurídica, uma demagogia processual, que atinge fundo o direito do menos favorecido economicamente, do hipo-suficiente. E esse mal ganha já, digamos assim, aspectos epidêmicos, já se alastrou para a Justiça do Trabalho, já penetrou na Justiça Federal, Juizados

Especiais, tudo isso numa grande enganação de que esses Juizados, sem a presença dos Advogados, são mais rápidos, mais céleres e que fazem justiça mais prontamente. É a justiça ao estilo Napoleão. Napoleão é quem dizia, do alto do seu autoritarismo: “Quisera que todos os Advogados da França tivessem uma só língua, porque com um golpe só eu cortaria esse inimigo tão impenitente que são os Advogados.” É claro, os Advogados são sempre os defensores da liberdade, os inimigos fundamentais do autoritarismo, das autocracias.

Então, o que é que tem sido feito?

Essa Lei nº 9099 nasceu em São Paulo, infelizmente. Ela nasceu em São Paulo. Isto aqui não é crítica a ninguém. É um projeto que foi concebido pela Ada Pelegrini Greenhower, Michel Temer, enfim pelo pessoal que formava aquele grupo ali da Ordem dos Advogados do Brasil naquela época. E foi levado. Tanto é que eu encontrei sérias resistências quando eu quis derrubar isso na Câmara, através de projetos, do meu substitutivo na Comissão de Constituição. O Ministro Jobim disse que não, disse que isso seria um crime contra a celeridade dos processos e tal. O próprio Michel Temer não gostou muito. Houve uma reação muito grande. Porque o que eu fiz? Quando eu percebi que o discurso era o de que se eu apresentasse um dispositivo, na Reforma do Poder Judiciário, no sentido de banir a ausência do Advogado ou revogar a Lei nº 9099, através de um texto na Constituição, eu seria chamado de corporativista, que eu estava fazendo reserva de mercado para os Advogados. Então, o que eu fiz? Eu fui ao artigo 98, inciso II, da Constituição, que trata dos Juizados Especiais, meu velho conhecido, uma vez que quando eu era Presidente nacional da OAB, nós conseguimos aprovar a Lei nº 8906, de 4 de julho de 1994, que repetindo, ou digamos assim, regulamentando o Artigo 133 da Constituição, obrigava a presença do Advogado em qualquer julgamento. Isso já tinha sido derrubado no Supremo, numa ação direta de inconstitucionalidade, numa liminar concedida nessa ação, ação de inconstitucionalidade essa aforada pela Associação Brasileira de Magistrados. Eu até disse; Puxa! Nós, da Advocacia, que defendemos tanto os Juizes, na época do Ato Institucional nº 5, pedimos a volta dos

seus predicamentos e tal, não encontramos a recíproca agora quando se trata do nosso Estatuto. Bom! Mas isso são águas passadas.

O fato é que eu fui ao Artigo 98, onde está escrito: A União, no Distrito Federal e Territórios, e os Estados criarão Juizados Especiais compostos por juizes togados e leigos, com competência para apreciar causas de pequeno valor... Enfim, eu coloquei vírgula, observado o disposto no Artigo 133, com competência e tal para apreciar infrações com menor potencial ofensivo. Eu inseri, no meio do Artigo 98, inciso II, a obrigatoriedade de se observar, nos Juizados Especiais, o disposto no Artigo 133. Ora, o que diz o Artigo 133? Diz que a presença do Advogado é obrigatória.

Isso passou na Comissão, tranqüilamente, camuflado ali, ninguém se deu conta e tal. Mas quando chegou em Plenário, o Supremo, que orientava a bancada do Governo, apontou: Olha aqui. Olha o Batocchio aqui colocando os Advogados nos Juizados Especiais. Vamos cortar isto aqui. Então, aí a base do Governo veio e derrubou e tal. Mas cometendo, a meu ver, um pecado contra a cidadania.

Eu acho que no momento em que no Brasil se desperta a consciência dos direitos difusos, se desperta a consciência do consumidor, é importante que cada vez mais os cidadãos vão ao Juiz, vão aos Tribunais, para resolver os conflitos de interesse.

Eu me lembro que no Mato Grosso do Norte, quando eu comecei a advogar, há 33 anos atrás, havia um Advogado antigo que dizia: Olha, Doutor. As coisas estão melhorando aqui no Mato Grosso. Antigamente, o melhor Advogado aqui era o Dr. Schmidt. Eu dizia: quem é essa cidadão de origem germânica? Ele falou: Não. Não. Não. É o Schmidt mesmo. É para resolver aqui na bala o assunto.

Então, no momento em que no Brasil nós abandonamos, nas áreas mais remotas, esses costumes de impor o direito pela própria força, em que o cidadão reconhece o Judiciário como uma instância adequada para restabelecer o seu direito violado; em que o consumidor não vai mais reclamar ao Dom Paulo Evaristo Arns, hoje não é mais o Arcebispo de São Paulo, não vai mais reclamar ao Bispo,



mas vai reclamar ao Juiz a violação do seu direito, seria importante nós abrirmos o Judiciário, escancarmos o Judiciário para o povo e darmos um Advogado para assisti-lo. O Advogado é que vai saber se o cliente decaiu, se o direito do litigante está prescrito ou se ele decaiu do direito de promover a ação. Ele não tem condições pessoais para identificar essas questões prejudiciais, digamos assim, da discussão do mérito do seu direito, ou digamos assim, prejudiciais do próprio processo, que são institutos processuais que só os Advogados conhecem. Mas, lamentavelmente, nós estamos andando na contramão da história neste passo.

Eu tentei recolocar o Advogado nos Juizados Especiais, não por causa dos Advogados, mas por causa dos cidadãos, por causa da cidadania.

Eu acho que eu respondi a sua pergunta.

**O SR. ROBERTO FERREIRA** – Obrigado.

Eu achei que era importante que todos os presentes tivessem conhecimento desses fatos que estamos procurando evidentemente acompanhar, tudo isso em prol da Advocacia e da cidadania.

De minha parte, eu quero reiterar os meus agradecimentos e os meus cumprimentos ao Deputado Claury pela iniciativa. E eu sei que o meu tempo já passou, e se eu prosseguir, o meu eminente Advogado Dr. Raimundo Hermes Barbosa não fará uso da palavra. Então, eu encerro por aqui e agradeço a oportunidade. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE CLAURY ALVES DA SILVA** – Pela programação, agora estaríamos ouvindo o Dr. Carlos Miguel Aidar, que não compareceu e não justificou, não mandou representante.

Eu passo, portanto, a palavra ao Dr. Raimundo Hermes Barbosa.

**RAIMUNDO HERMES BARBOSA** – Eminente Deputado Estadual Claury Alves da Silva, parabênizo Vossa Excelência pela oportunidade de realizar este debate, com a presença de tão ilustres convidados. Eminente Advogado e ex-Presidente do Conselho Federal, hoje Deputado Federal José Roberto Batocchio. Desde já quero agradecer as palavras carinhosas de Vossa Excelência, que só o fruto da amizade poderia brindar-me com essas palavras. Ilustre e querido amigo, eminente Advogado Roberto Ferreira, ex-Presidente da Caixa de Assistência e candidato à Presidência da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados, meus cumprimentos. Ilustre Advogado e Professor Edson Kosac Bortolai, eminente Professor, hoje representando aqui o Presidente da OAB e a própria Ordem. Meus colegas Advogados e Advogadas. Meus Senhores e minhas Senhoras.

Eu prometo que serei breve, até porque o tempo já foi, o tempo já está exaurido.

Mas eu gostaria aqui de fazer algumas reflexões.

Em primeiro lugar, não há que se falar em Reforma do Judiciário, Advocacia e deixar ao largo a Cidadania.

Esse tema da reforma, o seu esforço histórico já foi amplamente aqui explicitado pelo nosso Deputado Federal José Roberto Batocchio. Então, eu gostaria simplesmente de lembrar aos eminentes colegas e aos presentes que a indispensabilidade e a inviolabilidade do Artigo 133, tratando propriamente da Advocacia, dentro dessa Reforma do Judiciário, surgiu na Conferência Nacional de Belém, se não me falha a memória. E foi uma proposta apresentada pelo então Presidente da Associação dos Advogados, que à época era o Dr. José Roberto Batocchio.

Isso caminhou, tramitou e conseguimos esse avanço extraordinário, com a Constituição de 1988, apesar de surgir alguém para colocar aquela bendita vírgula, nos limites da lei. E não tinha nada daquilo na redação original. Mas mesmo assim foi um avanço a indispensabilidade. Daí para frente começou a grande confusão. Ou seja, o tripé da Justiça, hoje, na minha avaliação, está capenga. E quando ele está

capenga, a cidadania começa também a ficar capenga, porque não existe o respeito ao Advogado, o que ele merece. Porque Os Juizes se distanciam, os Promotores ficam de um lado. Um aparece, o outro aparece e procuram afastar o Advogado, como se ele fosse nocivo à Justiça. E hoje isso foi aqui muito bem colocado pelo nosso Deputado Federal, quando ele diz “Por que simplesmente a reforma processual, se nós temos necessidade de uma reforma estrutural?”

Ora, se eles têm medo de aumentar o número, como nós vamos ficar, se hoje nós já somos 180.000 no Estado, e eles querem manter essa casta dos 1.400, 1.500? Não. Eu acho que deve haver, sim, a reforma estrutural. Nós temos de buscar, resgatar esse respeito, essa dignidade do profissional do Direito, da Advocacia, porque senão a cidadania continuará, Presidente Claury, sendo desrespeitada.

Então, este era o aspecto principal que eu queria abordar com referência a essa situação e dizer ao meu sempre eterno Presidente que não são águas passadas, não. Elas continuam atuais, porque o nosso Estatuto continua lá.

E, recentemente, eu estive em Brasília, e por curiosidade fui saber que a liminar que concedeu a suspensão de alguns artigos nem sequer foi assinada por todos os Ministros da Turma. Vejam que descaso com a Advocacia.

Agora, quando precisam dos Advogados, eles são os melhores, são os mais interessantes.

Tudo é assim. Precisou, chama o Advogado, chama a OAB, ela está presente em tudo. Agora, quando não, afasta, tira. Foi boa para os predicamentos, não para as prerrogativas que não são dos Advogados e aqui já realçadas, são prerrogativas da cidadania, dos cidadãos, das cidadãs.

Mas, Presidente Claury, é evidente que esta matéria, e o meu tempo urge, e eu realmente não quero cansar o auditório. Mas eu fiz algumas anotações, e eu vou-me permitir fazer as colocações, e desde já pedindo vênias ao eminente Professor Edson Bortolai, porque as colocações foram feitas por Sua Excelência. Por exemplo, a comissão tripartite, OAB, Ministério Público e Magistratura. Acho

excelente. Excelente. Acho que tem de caminhar nesse sentido. Mas cadê a Comissão da Ordem dos Advogados de São Paulo para tratar do assunto Judiciário? Esta é uma observação que eu gostaria de fazer. E me desculpe, Professor, a veemência, mas é somente uma observação.

Agora uma outra observação. Quanto a este problema, eu concordo, apontado por Vossa Excelência, que é a questão financeira do Judiciário. Claro que o Judiciário arrecada muito mais do que o que gasta. E o Executivo, que é mau parceiro, aliás, ele é mau parceiro em tudo, e me permito porque estou falando aqui dentro do Poder Legislativo, e se estivesse lá dentro do Palácio do Governo, iria dizer a mesma coisa, porque ele é mau parceiro em tudo, então ele acaba não repassando as verbas devidas para o bom funcionamento do aparelho do Judiciário.

Agora, aqui me permita, Professor, essa realmente eu vou tirar a representação da OAB, porque Vossa Excelência fez questão de dizer que falava em nome próprio e não como representante da classe. E ainda bem. Porque eu fiquei espantado com a colocação de Vossa Excelência quando Vossa Excelência falou em majorar a penalização do menor, como se fôssemos resolver o problema. Até onde iríamos parar? É 18, 16, 14, 12, 10, 8? Iríamos punir também o nascituro? (Palmas). Então, que me desculpe, mas esta observação eu precisaria fazer.

Agora, outra, Professor, que me deixou mais espantado ainda foi a supressão do “habeas corpus”, porque aí eu me lembrei que nós teríamos de voltar ao tempo da ditadura, ao tempo do regime Vargas.

Eu não sei, acredito até que Vossa Excelência tenha, talvez até no momento, sido infeliz na colocação. Porque, hoje, no estado de direito em que nós vivemos, em que procuramos viver, querer suprimir o “habeas corpus”, que me desculpe, mas é muito para a tarde de hoje.

Portanto, Senhor Presidente, feitas essas observações, agradecendo e desde já apresentando as minhas escusas aqui ao eminente Professor, porque nós estamos num debate político,. Fazemos parte do contraditório, eu quero agradecer a todos e dizer que estamos nesta luta, empenhados todos nós, creio, pela condução

da Ordem dos Advogados aos seus verdadeiros trilhos, ao seu destino, que é histórico e dele não pode estar fugindo.

Queria ainda registrar aqui a presença também do nosso eminente Vereador recentemente eleito, Dr. Eliseu, Professor Eliseu Gabriel, a quem eu peço uma salva de palmas. (Palmas). E ainda da eminente Terezinha Zerbini. E dizer que todos juntos vamos continuar participando e vamos participar dessa próxima eleição da OAB, porque ela não se refere só à eleição de Roberto Ferreira, ela refere-se, sim, ao resgate das prerrogativas dos Advogados, que nada mais é do que o resgate das prerrogativas da cidadania.

Era só, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE CLAURY ALVES DA SILVA** – Eu agradeço as palavras do Dr. Raimundo e volto a palavra ao Dr. Edson Kosac, que foi citado, e portanto com direito à réplica.

**O SR. EDSON KOSAC BORTOLAI** – Eu quero dizer que eu respeito profundamente a opinião do Dr. Raimundo Hermes Barbosa. Mas eu queria esclarecer o seguinte. No caso do menor, eu não falei em aumentar a penalização do menor. Falei, por exemplo, no aumento de pena para quem atirar contra um policial fardado. Ou seja, tem de haver uma diferença entre um policial que está em serviço e identificado como tal e um cidadão qualquer. Porque o policial fardado não pode ser transformado em alvo. Então, foi isso. Acho que Vossa Senhoria se confundiu.

Agora, nós não podemos ignorar o problema do menor. Até há umas duas semanas atrás, houve um caso de um assalto em que o menor ateou fogo em uma família de coreanos, vindo inclusive a matar um deles. Então, não me referindo evidentemente ao Doutor, mas é uma hipocrisia social querer tratar casos dessa ordem como se fossem casos comuns. A nossa sociedade está doente, e está doente porque as leis não estão atendendo às necessidades dos cidadãos.

E Vossa Excelência tinha dito mais alguma coisinha que eu não ...

**O SR. RAIMUNDO HERMES BARBOSA** – Quanto à supressão do “habeas corpus”.

**O SR. EDSON KOSAC BORTOLAI** - Quanto à supressão do “habeas corpus”, eu citei como um exemplo. Mas, veja, a idéia, o espírito da coisa é que se dê condições ao policial de ele poder enfrentar o mister dele com dignidade e com segurança e não sabendo que ele se tornou um alvo.

A idéia foi essa. Quer dizer, isso daí não foi uma proposta. Foi uma idéia que deve ser desenvolvida, deve ser melhor estudada. Mas foi o que me havia ocorrido naquela ocasião. Então, isso daí não é uma proposta. E devo dizer claramente, é muito menor da Ordem, é minha, como cidadão. Já que estamos falando de cidadania.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE CLAURY ALVES DA SILVA** – Nós encerramos esta parte da exposição, esta parte dos debatedores, vamos chamar dos palestrantes. E eu gostaria de consultar os presentes se existem interessados em fazer perguntas. Por favor, só levantar a mão, para termos uma idéia de tempo. (Pausa).

Então, por favor. Vamos pela ordem aqui. Nós vamos ter de falar ao microfone, em virtude das gravação.

**O SR. AMÉRICO NICOLATTI** – Meu nome é Américo Nicolatti, sou Advogado e ousou fazer uma indagação a tão ilustre Mesa e nobres Colegas presentes. Mas sou um Advogado operário da periferia, que milita exatamente na faixa em que há a necessidade do Advogado estar, especialmente sob a ótica

criminal. Na verdade, a nossa sociedade está doente, muito mais pelos nossos governantes do que pelo marginal, sim, marginal que não tem outra alternativa lá na periferia. Pobre, preto, de 18, 19 anos, lotando cadeias e delegacias onde cabem 3 ou 4, lá tem 50 ou 100, os colegas que atuam na área sabem disso. E eu gostaria de fazer uma indagação aos dois candidatos. Como um deles não está presente, eu vou fazer a Vossa Excelência, porque traz aqui a expectativa da nossa classe, da nossa entidade.

Dizer que um processo na área cível demora em média dois anos, já, “data venia”, não é a pura realidade para aquele Advogado operário. Um processo, em primeira instância, se forem usados os artifícios jurídicos, vai levar 3, 4, 5 anos. Então, é realmente um problema sério a falta de Juizes.

Agora, além dessa proposição de aumento, como bem disse Sua Excelência, o nobre Deputado José Roberto Batocchio, Batonier não só dos Advogados da elite, mas Batonier dos Advogados do Estado de São Paulo e do Brasil, nós gostaríamos também, a par de quais seriam as metas, a luta da Ordem, para que se alcançassem e atingissem esses objetivos, a par disso, quero confessar aqui a minha ignorância, eu fiquei estarecido de saber que a Ordem constata que o Poder Executivo surrupia do Judiciário, na cara dura, e a nossa entidade maior nada faz. E muito mais grave do que isso, vem dizer: Olha, nós não podemos fazer nada porque .... E ficamos realmente sem saber. Será que não comportam inclusive medidas diretas judiciais, e como também não comportaria levantar todos os Advogados deste estado, para que se faça um movimento reivindicatório e de pressão junto ao Executivo e junto ao Judiciário? O que Vossa Excelência faria como Presidente? (Palmas).

**O SR. ROBERTO FERREIRA** – Em primeiro lugar, em relação à primeira parte da sua indagação, eminente Advogado Nicolatti, a quem muito admiramos pela sua luta em prol das camadas que têm mais problemas, mais dificuldades, você é um exemplo disso de Advogado e de cidadão, eu quero dizer o seguinte.

Para que você tenha uma idéia, está inserido no nosso programa, já registrado no Registro de Títulos e Documentos, a instalação, a criação de um 0800 Tele Criança e um 0800 Tele Cidadania, exatamente para receber reclamações e informações, para que a Ordem possa estar presente em denúncias dessa natureza, de maus tratos ao menor, de uma forma em geral, e qualquer ferimento à cidadania. De maneira que essas providências estão tomadas, no que diz respeito à primeira parte da sua pergunta. A Ordem estará pronta e mobilizada, moderna e atuante, no que diz respeito a esses aspectos. Aliás, a nossa chapa é integrada por pessoas que têm compromissos dessa natureza. Apenas eu vou tomar a liberdade de mencionar que está ao seu lado a Terezinha Zerbini, que acompanha essa luta. Mas todas as outras colegas e outros colegas aqui também têm o espírito imbuído dos mesmos propósitos.

Em relação à segunda parte da sua pergunta, nós também estaremos criando e instalando um escritório em Brasília, da OAB de São Paulo, para acompanhamento do processo legislativo. Os senhores poderão dizer: Bom! Mas isso é responsabilidade do Conselho Federal da Ordem. A realidade é que São Paulo é a metade da advocacia do Brasil. Somos quase 200.000 Advogados. E qualquer lei nova que venha ferir as prerrogativas do Advogado, e como já disseram outros colegas, fere em última análise a cidadania, a democracia, nós queremos acompanhar de perto. Nós queremos estar atuantes e nos mobilizarmos, para evitar que novas leis que venham em prejuízo da democracia e da cidadania e das prerrogativas do Advogado e ao seu campo de atuação.

Agora, eu confesso a você que no que diz respeito à modernidade e tornar o Poder Judiciário muito mais rápido, atuante, dinâmico e presentes em todas as questões, para diminuir o prazo dessas decisões, nós temos de acompanhar aquilo que o Dr. Batocchio disse. Esta que é a grande realidade. Agora, como fazer, se tudo isso não passou nesse momento na Reforma do Poder Judiciário? Nunca é tarde. As coisas são como elas são. Nós é que as tornamos boas ou más. Nós vamos empreender essa luta, nós vamos continuar nessa luta, nós vamos nos



mobilizar. Nós temos o Dr. Batocchio na Câmara Federal. Nós queremos conversar com todos os parlamentares que são Advogados, que são Bacharéis em Direito. Até hoje eu não tenho conhecimento de uma reunião de Advogados que atuam na Câmara Federal. E aqui também no Estado de São Paulo, por que não, têm leis e mais leis que nós precisamos cuidar e tratar, que são de interesse de toda a cidadania e de toda a população aqui em São Paulo também. A Ordem se propõe a ser atuante nesse aspecto. Mas nós precisamos, evidentemente, seguir nessa linha, porque não adianta nenhuma proposição de reforma do Código de Processo Civil ou Penal sem mudança estrutural. É nesse campo, é com esse objetivo que nós vamos unir as forças. Pode ter certeza absoluta. Precisamos de você para isso também.

Muito obrigado. (Palmas).

**O SR. EDSON KOSAC BORTOLAI** – Eu queria fazer um esclarecimento ao colega Nicolatti. O que acontece é o seguinte. A ordem não ficou inerte. Quando ela não recebia as informações da Secretaria de Finanças, nós entramos em contato com o Secretário da Casa Civil e ele ficou de resolver esse problema. Então, ele nos telefonou e pediu que entrássemos em contato com o Tribunal de Justiça, que nos daria esse esclarecimento, pois esses números eles deveriam ter, já que a Secretaria de Finanças deveria repassar para lá. Então, já num primeiro momento, eu estranhei porque o Tribunal de Justiça, como trabalha com dotações orçamentárias, se o Estado arrecada de custa um ou um milhão, para ele é a mesma coisa. Então, por desengano de consciência, nós entramos em contato com o Tribunal de Justiça, eles não têm esse controle. E depois nos foi informado, pela Secretaria da Casa Civil, que a Secretaria de Finanças também não tem esse controle. E no meu modo de ver, isso é um sofisma. Eles estão sofismando porque realmente não querem mostrar os números.

Agora, como isso já consta no anteprojeto de Constituição, nessa PEC última da Deputada Zulaiê, lá consta que as custas serão destinadas ao Judiciário. Na nossa proposta seriam as custas judiciais, dentre outras receitas, porque não

queríamos eliminar as dotações orçamentárias, porque existe uma grande diferença entre um Estado rico como São Paulo, que tem uma arrecadação ímpar, e um Estado como Sergipe, que tem uma arrecadação muito menor.

E com relação à velocidade de tramitação em primeiro grau, eu quero lembrar ao Doutor o seguinte. Eu falei em dois anos em média. Então, entre um e três anos é um bom número. Mas isso a causa tramitando em primeiro grau. Também se o senhor pegar um Juiz do Ceará, que ele vai à praia de manhã, de tarde ele vai dormir e não sei o que, uma causa lá pode demorar cinco anos. Mas não é a realidade paulista. A realidade paulista é na média dois anos, e isso é científico. Eu não estou falando com chutometria não. Isso são dados.

Agora, em segundo grau é que o problema é vergonhoso, porque uma causa demora, por ser um recurso, demora dois anos para ser distribuído. Vai para o Relator, entre ser colocado em pauta para julgamento, no mínimo seis meses. Então, nós podemos considerar dois anos e meio, dos quais dois anos o processo parado, uma perda de tempo irreversível. Agora, o senhor considere isso no STJ e no STF. Nós temos seis anos de processo parado.

Então, a propósito, por isso que eu acho, no meu modo de ver, eu sou um estudioso do assunto, não estou falando de alegre, quer dizer, estudo com dados, no meu modo de ver precisaria ser aumentado o número de Juizes nos Tribunais. Aí, sim, aquele cálculo matemático que o Deputado Batocchio fez, se dobrássemos, nós teríamos o prazo reduzido pela metade. Se triplicássemos, restaria um terço do prazo. E assim sucessivamente.

Agora, parece-me que a chave da questão está realmente na destinação das custas do Judiciário.

Teria mais uma observação que me passa agora, mas eu me reservo o direito de esclarecê-la em seguida.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCCHIO** – Eu quero aproveitar a oportunidade para dizer aqui algumas coisas acerca desse tema. Eu me lembro que quando eu

era Presidente da Ordem dos advogados aqui em São Paulo houve uma greve de funcionários do Poder Judiciário. A reclamação, a reivindicação era salarial, era uma reivindicação justa. O Presidente do Tribunal de Justiça naquela época era o Desembargador Aniceto Lopes Aliende e o Governador era o hoje Deputado Luiz Antônio Fleury Filho. O Fórum Cível paralisou, porque os funcionários entraram em greve. O Fórum Criminal também. Então, nós tínhamos aí gente com direito de ganhar a liberdade, que se conservava na prisão, devido à greve dos funcionários. Eu fui falar com o Presidente do Tribunal e disse: Olha, Presidente, a Constituição lhe dá autonomia. O Poder Judiciário é um poder que precisa se assumir como um poder político do Estado. O senhor baixe um ato dando o aumento e mande o Executivo cumprir. Ah, mas tem o problema da harmonia entre os poderes e tal. Não quero causar nenhum arranhão nisso. Mas, Presidente, os serviços judiciários estão paralisados. Os funcionários têm razão, o que eles ganham não é suficiente para pagar aluguel e vir para o trabalho no Fórum, E não era mesmo. Ah, mas então o senhor vai comigo ao Governador. Eu vou imediatamente. Vamos já. Então, fomos ao Governador. O Governador puxou lá o orçamento de arrecadação do ICMS, naquele tempo era só ICM, não havia o “s”, e mostrou lá que o Estado estava numa situação econômica dramática. Então, eu disse: Olha, nenhuma situação pode ser mais dramática do que a paralisação da Justiça. Eu estou aqui sugerindo ao Presidente do Tribunal que baixe o ato administrativo dando o aumento e encaminhe ao Executivo a conta, para que seja feito o pagamento. Bem! Depois desse diálogo, que ficou inconcluído, o Presidente do Tribunal baixou realmente o ato e o Governo acabou arrumando os recursos para pagar e a greve foi assim resolvida, atendidas as reivindicações dos trabalhadores do Poder Judiciário.

Então, é preciso haver vontade política para equacionar essas questões.

Nós estávamos dizendo que não houve, digamos assim, um aumento de Juizes e Tribunais nesta reforma do Poder Judiciário. Mas pior do que isso é essa Lei de Responsabilidade Fiscal que veio aí, contra a qual eu votei na Comissão de Constituição e Justiça e votei em Plenário na Câmara. Porque transformar em crime

o ato de gestão do Prefeito, do Administrador, do Agente Público que aumenta o salário do seu corpo funcional, tendo e, vista a variação econômica ou o desgaste da moeda, e punir isso com perda de mandato e prisão, em homenagem a uma chamada meta fiscal que tem de ser cumprida a qualquer custo, eu pergunto quem é que estabelece essa meta fiscal? Para os Municípios, o Governo Federal. Para os Estados, o Governo Federal. Ah, está bom. E para o Governo Federal, quem é que estabelece as metas fiscais? São os credores internacionais. Eles não querem que o dinheiro público seja revertido em atendimentos de ordem social, em educação, em saneamento básico, em cultura, em saúde. Eles querem, primeiro que sobre o excedente das receitas líquidas, para pagar os serviços da dívida externa. Isto é o fundamental. Então, meta fiscal serve para isso. Serve para gerar dinheiro para atender os serviços da dívida internacional. E vem essa Lei de Responsabilidade Fiscal, no Artigo 20, e estabelece, engessando o crescimento do Poder Judiciário, um percentual de 6% das receitas líquidas para as despesas do corpo funcional do Poder Judiciário.

Ora, aqui em São Paulo, isso é menos do que o Poder Judiciário vem gastando atualmente. É bom que saiba disso, Deputado Claury.

Naquela época em que eu fui Presidente da Ordem aqui em São Paulo, eu defendi aqui em São Paulo a autonomia orçamentária do Poder Judiciário. E propunha naquela época um percentual de 12% sobre as receitas líquidas, para atender o Poder Judiciário, não apenas na sua funcionalidade, mas sobretudo no seu crescimento vegetativo e no seu crescimento expansivo, que é uma necessidade social no nosso estado hoje.

Ora, o Artigo 20, cuja suspensão foi pleiteada numa ação direta de inconstitucionalidade, pelos partidos de oposição, junto ao Supremo Tribunal Federal, por diferença de um voto, teve a sua eficácia mantida. De modo que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Judiciário está proibido de crescer, está proibido de contratar funcionários para atender as necessidades dos

seus serviços, se esses atos de gestão ultrapassarem o percentual de 6% das receitas líquidas do Estado. Isso é um absurdo.

Efetivamente, eu lamento que em nome da necessidade de uma moralização no trato da coisa pública, na Administração, nós estejamos com esta aparência resguardando os interesses dos credores internacionais, que querem, excedentes monetários nos cofres públicos, para não haver retardamento no pagamento dos serviços da dívida. Isso que é a realidade. (Palmas). A aparência de moralização. Tem lá também um conteúdo de moralização. Mas a essência, o fundo é de efetivamente gerar recursos para atender aos serviços da dívida.

Só me permita concluir, com relação ao problema da violência na sociedade, meu querido Professor Bortolai, como Vossa Excelência mesmo disse, eu estou aí na área trinta e poucos anos, não há lei que possa mudar a violência da sociedade. Não há lei que possa mudar, não é? Não vou nem invocar o exemplo dos Estados americanos que adotam, no princípio que rege Federação americana, a pena de morte. Os Estados que mais executam a pena de morte, o campeão é o Texas e é o Estado onde há maior incidência de homicídios. O segundo estado é a Flórida e o terceiro é a Lousiana. Todos eles são campeões em taxas de homicídios.

O efeito intimidativo, abstrato da sanção penal não demove o criminoso. Aliás, o Caril Chesmann, só os mais idosos aqui se lembram, o Corredor da Morte, é um condenado à morte nos Estados Unidos que ficou no Corredor da Morte e formou-se em Direito e escreveu vários livros, ele escreveu uma coisa que me impressionou muito. Ele disse assim: Vi mais de quarenta companheiros caminharem os seus últimos passos por este corredor da morte e em nenhum deles eu encontrei aquele que tivesse pensado na quantidade ou no rigor da pena que ele iria sofrer pelo crime que estivesse praticando.

Então, na verdade, o criminoso não conta com a pena cominada. Ele acha que ele não ser pego, ele acha que ele não vai ser apanhado. Portanto, a pena para ele pode ser de um, de dez, de cem, de mil, de morte, de prisão perpétua, ele está convencido de que as malhas da lei não vão apanhá-lo

Então, essa função dissuasória funciona para nós, que temos consciência ética, que conhecemos as coisas e tal. Mas para eles não funciona.

Então, existem duas modalidades de violência, Há no Congresso Nacional, hoje, essa larga discussão acerca da redução da maioridade penal. Sempre vai haver um cidadão com 17 anos e 364 dias que comete um homicídio bárbaro. Se nós reduzirmos a maioridade penal para 16 anos, vai existir sempre um cidadão com 15 anos 364 dias que vai cometer um crime bárbaro. E assim sucessivamente. E vamos chegar até ao cidadão de um ano de idade, que vai no berço e sufoca o irmãozinho e mata o irmão. Que que nós vamos fazer? Nós vamos matriculá-los todos na escola do crime, nos estabelecimentos prisionais? Não é a solução.

Nós temos duas violências. A violência presente, esta que já é o resultado do descaso que nós estamos vivendo em certos setores da nossa sociedade. E nós temos a violência na qual nós podemos interferir, no seu efeito, na sua ação fenomenológica, na sua ação causacional, que é a violência futura.

Se nós adotarmos esse programa, sito aqui não é proselitismo, se nós adotarmos o programa do PDT e adotarmos escolas de período integral, com nutrição para as crianças, nós não estaremos disponibilizando essas crianças para a marginalidade. Nós tiraremos essas crianças da rua e é uma violência que nós não teremos daqui a quinze anos, daqui a vinte anos, não é?

Então, esta é a forma de interferir no sentido de prevenir a violência.

Quanto à violência que nós já temos, esta nós vamos ter de arrumar uma Polícia mais ágil, uma Justiça mais ágil. Nós vamos ter de equipar a nossa Justiça Penal, a nossa Polícia para que ela seja mais eficiente. Mas acredite que não haverá ninguém que possa viver num mar de opulência e de tranqüilidade, numa ilha de tranqüilidade social e de opulência, cercado por um mar de miséria. (Palmas).

Fecho aqui com o que disse o Peres Esquivel, esse genial pensador argentino, que definiu bem esse quadro, quando ele disse assim: Há os que não

dormem porque têm fome. E há os que não dormem porque têm medo dos que têm fome. Esta é a realidade da violência no nosso país.

Não adianta, eu não acredito em alteração legislativa que possa resolver este problema da violência. Acredito em prevenção. Acredito em escola de período integral para evitar, para dar valores éticos.

Eu vou até me permitir a contar uma história aqui. Eu fui contratado para acusar um cidadão que num assalto matou o filho de um conhecido meu. O sujeito chegou num assalto desses que eu já sofri 5 aqui: Me dá o relógio, a carteira e tal. Está aqui o relógio. Toma carteira e tal. O sujeito deu, o ladrão atirou e matou. Pai de família, com dois filhos pequenos e tal. Eu fui acusar o sujeito. E aí eu fiquei intrigado e fui perguntar a ele: Mas por que razão que você atirou? Você pediu o relógio, ele deu o relógio. Você pediu a carteira, ele deu a carteira. Por que razão você fez isso? É um pai de família. Dois filhos pequenos vão ficar sem pai. Ele falou: Doutor, eu não sei o que é pai. Eu nunca tive. Eu nunca tive família. Que negócio é esse? Para mim isso não está dizendo nada. Não tinha padrões de confronto, não tinha referências. Só conhece uma lei, a lei da sobrevivência.

Então, é este o problema que nós temos de atacar para resolver o problema da justiça penal, da criminalidade, da violência.

Este é o quadro.

**O SR. PRESIDENTE CLAUDY ALVES DA SILVA** – Eu quero comunicar aqui aos presentes que após o encerramento, teremos um “coffee break” .

Então, eu solicito que as perguntas sejam as mais objetivas possíveis, para que nós possamos prosseguir.

**O SR.** - Posso propor uma questão de ordem?

Para as pessoas intervirem e depois em grupo as respostas serem dadas, o que dará maior chance para um maior número de pessoas falarem e em menor espaço de tempo.

**O SR. PRESIDENTE CLAURY ALVES DA SILVA** – Eu acho interessante. Então, vamos fazer o seguinte. Vamos fazer umas três perguntas e em seguida os debatedores poderiam anotar as perguntas.

**A SRA. TEREZINHA ZERBINI** – Eu sou Terezinha Zerbini. Eu sou Advogada e eu sou conhecida por ter liderado a luta pela anistia no País. Eu sou mais conhecida por isso, numa hora em que combater a ditadura, hoje é muito fácil, temos os valentes por aí, que antes estavam todos debaixo das camas, morrendo de medo. Hoje, não. Hoje todo mundo combateu a ditadura, mas eu era conhecida como louca. Eu era assim uma coisa bem desagradável e eu enfrentei tudo o que achei que devia. Hoje eu faço um registro “sui generis” aqui. Não posso perder a oportunidade porque Direito e Cidadania têm muito a ver. E essa Mesa é tão rica, Claury, e você como um Deputado do PTB, você tem de honrar a carga histórica do PTB que é Getúlio, que é Getúlio nacionalismo.

Não posso deixar de aproveitar a presença de um Deputado Federal aqui, combativo, que quando se apaixona pelas coisas, pelo correto e pelo certo, e é difícil não se apaixonar pelo que eu vou falar. E também não posso perder a oportunidade quando temos aqui dois líderes de chapa de oposição, e que deverá ganhar essa eleição, então nós seremos um contingente muito grande. E nós um contingente de mulheres, está aqui a Gisela Zilki (Palmas), e as mulheres vão ser a força da vitória, mesmo porque o que eu vou falar é uma coisa muito séria. Vocês peguem a Folha de ontem, na página Brasil, e está lá, começou hoje, de 19 a 21 estará se realizando uma reunião de todos – Não, não. Não é painel, não. É coisa séria. Não é nem seminário. Estão se juntando todos os Chefes de Defesa do Hemisfério. Então, estarão lá todos eles.

Olhem, não somos bobos, não é? Os nossos ancestrais portugueses, eu sou neta de português com muito orgulho, de porrete na mão defenderam a nossa soberania. Estão lá e vão-se reunir. E está lá, como representante do Brasil o Ministro da Defesa, um Advogado, é o Quintão, estará lá o Quintão. Então, a folha



publica e eu até me assustei, pela primeira vez todos os Chefes de Estado da Defesa do Hemisfério, todos terão o mesmo direito, terão a mesma categoria.

Ora, meus Deus do céu! É no nosso chão. É em Manaus que está começando isso.

Olha, o cidadão tem direitos e deveres. Os nossos deveres, nós devemos cumprir todos. E direito tem de se exigir. E tem de exigir que pelo menos sejamos cidadãos de primeira classe, respeitados, vivendo num país soberano, com as leis do País vigindo e que não vamos ficar aí à mercê de uma estratégia do imperialismo americano querendo sufocar, e na verdade querendo nos tomar a nossa Amazônia.

Eu fico muito feliz em falar isso porque isso está sendo gravado e é bom para ver se esses Deputados acordam um pouco e fiquem um pouco espertos.

E eu gostaria de até dizer que as mulheres estão espertas. A Amazônia é nossa. Nós sabemos disso. E eu tenho certeza que ganhando essa eleição, eu acho que eu vou dar muito trabalho, mas eu acho que eu vou fazer alguma coisa de bom também.

Então, eu faço um apelo aos homens e às mulheres, para os Advogados que estão aqui, pois a cidadania se exerce com soberania. E nós não somos quintal dos Estados Unidos. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE CLAURY ALVES DA SILVA** – Muito bem. Parabéns à Dra. Terezinha Zerbini.

**O SR. WELLINGTON CANTAL** – Eu sou Advogado. Eu ouvi atentamente aqui as exposições. Em primeiro lugar, quero dizer que a iniciativa da nossa Assembléia Legislativa e de Vossa Excelência é uma das iniciativas mais importantes que eu tenho presenciado nos últimos anos. Porque é a representação do povo com o povo travando um debate sobre o Poder Judiciário e cidadania. E isto nos dá a possibilidade de ouvir por exemplo, sobre a intervenção do eminente Badunier, deputado federal e José Roberto Badol. Tenho acompanhado as

intervenções deste deputado no Congresso Nacional., E tenho visto que, quando ele assume a tribuna, no Congresso Nacional, o Congresso pára. Pára a situação, pára a oposição, porque os enfoques, as abordagens que presenciamos hoje à tarde, ele os faz com tal veemência no Congresso Nacional. E luta e consegue demover, às vezes, setores conservadores do Congresso Nacional. Isso abre para nós uma perspectiva grande. Quando vejo o nosso eminente Dr. Roberto Ferreira dizer que a “ordem poderá ser um instrumento dinâmico na sociedade, aglutinando não somente os advogados, mas a cidadania, para ajudar, quem sabe, os porta-vozes no Congresso Nacional. Isso me entusiasmou, Sr. Presidente, de vir até aqui e dizer que esse exemplo é um exemplo realmente dos mais importantes que podemos presenciar. Agora, o que falta, e quero só completar o pensamento, com duas palavras somente do Deputado, Dr. José Roberto Badol, quando aborda de maneira tão profunda a questão da violência. Falta distribuição de renda nacional, porque se se distribui a renda nacional vai se conseguindo matar a fome, resolver o problema da habitação, da saúde, da educação, tirar as crianças da rua. E outra coisa, eminente deputado, quando V. Exa. diz que não é questão partidária, mas o PTD tem em seu programa a escola de tempo integral. E a Coligação São Paulo também tem, adotou. E a gora, a nossa Marta Suplicy também adotou. Estamos caminhando. O momento é agora. E acho que temos todas as possibilidades de dar vários passos à frente em São Paulo. e haveremos de dar, com esta Assembléia fazendo o seu papel, com a Ordem dos Advogados, oxigenada, bem dirigida, nós haveremos de romper as barreiras para impedir que transformem o nosso continente em mais um Vietnã, e que é o grande risco que estamos correndo. De maneira que, Srs. e Sras, me permitam esse entusiasmo, mas é que senti. E essa é a minha contribuição. Muito obrigado. (palmas.).

**A SRA. GISELA CIUTI** - Sou advogada militante em São Paulo, procuradora do Estado aposentada. E vou retomar uma fala que foi iniciada no sentido da ausência injustificada do outro concorrente. Não farei isso, porque sou da

chapa-oposição, mas acho que foi uma deselegância não estar presente e não justificar a ausência. Mas, mais que isso, diria parafraseando Napoleão, e já citado pelo Sr. Batocchio, que acho que foi uma retirada estratégica. E diria, também, que fico muito satisfeita em estar aqui presente, o Dr. Edson Corsaque Bordolai, a que muito respeito, meu colega de curso de mestrado na PUC, meu amigo. E diria que ele foi muito corajoso em estar aqui protegendo a seccional de São Paulo aqui sozinho. Parabéns pela coragem. Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Edson e ao Sr. Torres, sobre a questão da menoridade penal, da agravação ou da mudança da idade para dizer o seguinte, já foi lembrado que a função do Estado é educar. A função do Estado educador, na verdade, não está sendo cumprida. O Sr. Batocchio já mencionou este programa do PDT, já foram mencionadas outras iniciativas, no sentido de se colocar a criança numa escola em tempo integral, inclusive com a alimentação e tudo o mais que ela necessita. Esta função do Estado não está sendo cumprida, mas diria que uma outra função do Estado, tão grave quanto essa, não está sendo cumprida. E sobre isso eu queria a opinião dos Srs. O Estado sancionador, já conhecemos. Conhecemos as FEBEMs. Queria saber do Estado reeducador, o que a Ordem dos Advogados, como instituição pode e deve fazer, e exigir que o Estado faça, nesse intuito de reeducação dos menores. Porque aquele mal da violência que vai vir, é o que nos assusta, e muito! Nos assusta pelos nossos filhos. Nos assusta pelos filhos dos nossos amigos e nos assusta pelas crianças que estão abandonadas nas ruas. Acho que isso é um importante papel que a Ordem dos Advogados deve desempenhar, o mecanismo de pressão junto ao Poder Executivo, para que seja exercida essa função do Estado reeducador. Queria fazer, também, uma outra pergunta, sobre a questão desses processos rápidos. Gostaria de saber a opinião dos senhores sobre a questão da nova lei de arbitragem, como ela está sendo concebida e que resultados isto trará, quando se pensa que a figura do árbitro não será necessariamente um advogado? Eram essas as colocações que queria fazer para que os Srs. pudessem refletir e colocar algo a respeito.

**O SR. WILSON BARBOSA** - Minha pergunta é para o Sr. Deputado Federal, José Roberto Batocchio, que disse aqui que gostaria de escancarar o Judiciário. Então, gostaria de saber dele qual a posição dele no projeto da lei de mordaza e gostaria que o representante da Ordem comentasse a respeito, se a Ordem é a favor ou contra à lei de mordaza.

**O SR. FLORIANO MONTEIRO DE ARAÚJO** -Sou do Tribunal de Contas e gostaria de encaminhar duas perguntas, a primeira é para o Dr. Edson Bortolai, se hipoteticamente ele acredita naquela informação dele de que tem que haver essa presunção de que a polícia não é arbitrária, e que o sujeito que levantou a mão, tem que ser executado. Se pode, e se ele confiaria, se ele teria confiança de que algum ente querido seu, filho, sobrinho e tal, saindo de festas, altas horas da noite, encontrasse com alguma patrulha policial, se ele acha que haveria condições de que estaria assegurada a essa operacionabilidade da polícia, essa presunção de que toda ação policial é boa. Então é isso que gostaria saber dele. E encaminhar ao Sr. Batocchio a seguinte questão, se a implementação da lei da responsabilidade fiscal, ultimamente, com a aprovação das sanções, se isso já não era uma previsão do Executivo de que teria ampla derrota. E até essa questão da lei de responsabilidade fiscal ser flexibilizada pela jurisprudência administrativa, as prefeituras de oposição é que vão sofrer imediatamente o reflexo dessa lei. Gostaria de saber se ele concorda com essa posição. Muito obrigado.

**A SRA. RENATA** - Sou terceiro anista do curso de Direito. E a minha pergunta vai para os Srs. Edson e ao Roberto Ferreira. Diante de tudo o que foi dito aqui, podemos perceber que essa reforma do Judiciário ainda vai se arrastar por muito tempo, assim como a reforma do Código Penal, e sabemos que a luta da classe dos advogados será muito grande. Diante disso, gostaria de saber se a Ordem tem algum planejamento para a próxima geração que está se formando, porque como estudante de Direito o que vejo hoje, é que estamos totalmente sem

nenhuma ajuda de nenhum órgão envolvido ao Direito. Porque um dos compromissos da Faculdade, e até mesmo dos professores, em estar passando as matérias para a gente, vi aqui as citações de Aristóteles, de Rousseau, e vários outros autores, que, muitas vezes, na faculdade não chegamos a ver. E ficamos numa perseguição imensa sobre assuntos relativos a Direito e que não chegam a nós na faculdade. Então, gostaria de saber qual o compromisso da Ordem dos Advogados, não só com os advogados, mas com os futuros advogados, que serão a nova geração que tocarão essa reforma e essa difícil luta do advogado dentro do nosso país. Essa é a minha pergunta. (palmas)

**A SRA. ODETE CARVALHO -** Não sou advogada, mas sou pedagoga e professora de História. Então, falarei dentro da área da Educação. Como foi dito aqui por nosso querido Batocchio, o PDT se preocupa com a criança em período integral na escola. Mas, a minha preocupação também são com os professores, que não têm reciclagem. E o Estado não investe no professor, para que ele possa ter maiores condições para estar passando as informações para a criança. Então, vejo pelas minhas sobrinhas, que estão terminando o Magistério, e que é um Magistério fraco. Então, elas vão estar ensinando os seus filhos, seus netos e aí por diante. E isso também seria uma luta da Ordem dos Advogados que estão preocupados na reforma e também na educação. Porque nós, professores, não temos essa reciclagem, como firmas estrangeiras que investem em seus funcionários. (palmas.).

**O SR. -** Muito bem, passando então, aos componentes da Mesa. Gostaria de dizer que foi muito importante a participação de todos que aqui perguntaram e muito importante as colocações feitas aqui pelos debatedores. Então, passarei a palavra ao Sr. Batocchio e, em seguida, ao Dr. Edson e ao Dr. Roberto Ferreira. E, em seguida, passarei ao Dr. Raimundo. E já nessa participação que os Srs. estão fazendo, já solicito que façam as considerações finais.

**O SR. ROBERTO BATOCCHIO** - Muito bem. Vamos responder em primeiro lugar a questão da arbitragem. Acho que a introdução da arbitragem, como forma de resolução de conflitos entre nós, ou seja, a penetração da arbitragem no nosso direito positivo, no direito posto, é, sem dúvida nenhuma, uma exceção que se faz à estatização da jurisdição. Ou seja, a jurisdição estatal sofre aí um hiato, uma exceção, uma vez que a solução dos conflitos são resolvidos por um órgão na estatal, aceito pelas partes em conflito. Tenho visão de que há certas atividades estratégicas de que o Estado não pode abrir mão. Portanto, não vejo com simpatia esta forma de resolução de conflitos, que pode vir emoldurada com uma série de anunciadas vantagens, tais como, descongestionar o Judiciário, aliviar a máquina estatal da jurisdição. Mas, o Estado não pode ausentar-se desse tipo de atividade. Como não deve ausentar-se da execução das penas nos presídios. Privatizar presídio, jamais! Essa é uma tarefa típica do Estado. O Estado é que tem que administrar a execução das penas, como o Estado, com exclusividade, tem que administrar a tarefa jurisdicional. A arbitragem serve nos conflitos internacionais, inter-estados, estados no sentido amplo, uma vez que não existe um tribunal com poder de coerção sobre os Estados que participam do conflito. Então, na esfera internacional, a arbitragem faz sentido e preenche um vazio. Mas, tirarmos os juízes togados, tirarmos o Estado da atividade jurisdicional, para substituímos pelo tribunal arbitral, estamos fazendo uma privatização da Justiça. E se privatizarem a Justiça, aparecerão concessionárias estrangeiras para explorarem o serviço. De modo que estou fora dessa idéia. Na a vejo com simpatia. Com referência à lei da mordaza, sou um homem de formação humanista. Me permitam o cabotinismo, sou um dos 4 brasileiros que detém a medalha de ouro dos direitos humanos, cunhada pelo Governo de Israel, em comemoração ao cinquentenário do Levante de Varsóvia. E ganhar ouro de israelita não é fácil não! Pois bem, e isso tudo pela denúncia do Carandiru; pelo trabalho feito na OAB em relação aos menores espancados, à apuração da chacina de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, que fui como membro da comissão da defesa dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça; da descoberta

dos assassinatos dos homossexuais em Alagoas, onde as comunidades que não aceitavam vereadores homossexuais, matavam por arrancamento da cabeça! Imaginem! Amarravam o sujeito numa árvore e tracionavam com um trator. O problema da castração dos adolescentes em Altamira, no Pará. Enfim, todas essas ações em favor dos direitos humanos, acabaram por mostrar esta formação. E é exatamente por ter compromisso com os direitos humanos, que eu sou, sim, favorável à lei da mordaza, mas sou mesmo. Sou, fui, e continuarei a ser sempre! Porque está escrito no art. 5º, inciso X, da nossa Constituição que todo ser humano tem direito à privacidade, à imagem e à sua intimidade. É o mais fundamental de todos os direitos humanos. Então, quando a imprensa vem pela necessidade de fechar a redação, pela necessidade de ter um furo jornalístico, pela necessidade de atender a esta voluptuosidade sádica que existe em certos setores da opinião pública que não ligam a mínima importância para uma manchete como essa : “Milionário doou toda a sua fortuna para os pobres da favela tal.” Nem lê a notícia. Agora, se vê: “Arrancou o pescoço do vizinho”. Sucesso campeão de vendas no jornal. Então, quando vejo este massacre público da honra do ser humano, meu semelhante, por pessoas irresponsáveis que querem vender jornal, ou fazer sensacionalismo, sou sim, favorável à defesa deste fundamental direito da pessoa humana, que é o direito à honra. Prefiro ficar sem vida do que ficar sem honra. (palmas). Portanto, acho que mais importante que dinheiro, que automóvel, do que a casa, do que os bens, a honra é o mais fundamental de todos os direitos da pessoa humana. Com isto, eu, que sempre fui contra qualquer restrição à liberdade de imprensa, tanto assim, que na Ordem dos Advogados do Brasil, fui o único dirigente que não aceitou uma lei de imprensa para o Brasil. Prefiro o modelo americano, onde a emenda número um da Constituição americana está escrito: “É proibido ao Congresso Nacional produzir qualquer lei que de qualquer maneira constitua obstáculo à liberdade de informação.” Só que nos Estados Unidos dar uma informação como essa da escola de base, que trucidou os professores inocentes, que linchou os professores inocentes, esta é uma ação que fecha o jornal. São cem,

duzentos milhões de dólares. E aqui, a nossa lei de Imprensa diz que a indenização é até 800 salários mínimos. Dá até para pensar em contratar um cidadão que não tem nenhum patrimônio para atacar a honra dos outros, porque a consequência é pequena. Agora, se roubar 5 quilos de arroz no supermercado, tem dois anos de cadeia. Matar, assassinar a honra dos outros, não tem nenhuma consequência em nome da chamada “liberdade de imprensa.” Liberdade sim, mas com responsabilidade. E outra coisa, lei da mordaza não tem nada a ver com a lei de Imprensa e com a liberdade de informação. Se o jornalista quiser ir ao Fórum e copiar o processo todo, ir à Delegacia e copiar o Boletim de Ocorrência, o inquérito, ele tem ampla liberdade para fazer isso de acordo com a chamada lei da mordaza, que deveria ser chamada Lei do Respeito à Pessoa Humana. O que não se admite são as vedetes, que exercem função pública, ficar chamando jornalista para dar notícias agressivas e lesivas à honra do cidadão e da pessoa humana. Estou aqui para anunciar mais uma vez: sou favorável à Lei que tutela a honra do meu semelhante. Se querem chamar isso de lei da mordaza, eu sou favorável à lei da mordaza. E daí? (palmas.). E daí, eu pergunto? Porque, efetivamente, temos que colocar as coisas em seus devidos lugares. Já disse na Câmara dos Deputados que dou os meus votos de acordo com a minha consciência. Não estou preocupado com os senhores da imprensa. Os senhores não me pautam. Eu pauto os senhores. Eu sou um representante do povo e os senhores irão escrever sobre o que fazemos aqui. Não é ficarmos com medo do que os senhores vão escrever aqui e fazermos aquilo que sabemos que os senhores querem. Comigo não. E até a Folha de São Paulo publicou: “Deputado Batocchio e diz que está se lixando para o que a Imprensa escreve depois dos votos.” E estou mesmo. E é por isso que tenho a consciência tranqüila a respeito dos conceitos que emito e dos votos que dou. Está na Constituição do meu país. O que vamos fazer com esses professores que foram linchados? Um está no sanatório fazendo tratamento psiquiátrico. O outro não consegue emprego. O outro nunca mais conseguiu trabalhar. foram acusados de estuprar, de violentar, atentado sexual contra crianças. Foram apedrejados. As suas



casas foram apedrejadas. A escola foi destruída. E era tudo mentira! E as bicicletas do Ministro Alceni Guerra? Que não havia bicicleta nenhuma e ele caiu do ministério por causa dessas notícias falsas. E as esmeraldas do Ministro Abi Ackel? Que existiram só nos noticiários da imprensa. E que não existiram na realidade. E o caso do Bar Bodega, aqui em São Paulo, em que jovens foram apresentados como latrocidias, assassinos, bandidos e depois se descobriu que não era nada disso!? E quem concerta isso? Para você que me perguntou da lei da mordança, quero lembrar de um caso que foi veiculado na televisão há pouco tempo, há pouco mais de um ano. Apareceu num determinado programa “mundo cão” da televisão, uma mulher que disse assim: “Ah, seu “gatinho”, o problema é o seguinte, o meu marido me trocou pela cachorra da família.” “Como é que é!? Atenção telespectador, não perca o marido que trocou a mulher pela cachorra da família! Um caso inédito!” E várias chamadas. E foi lá a mulher e disse que o marido praticava zoofilia com o animal da família. E, depois o sujeito foi lá e disse: “Eu estou me separando dela e ela quis se vingar de mim e veio aqui e contou essa história, e o senhor contou isso para o Brasil inteiro!” “Não, então vamos esclarecer. Era tudo mentira. A mulher estava se separando porque ele arrumou uma mulher mais bonita.” E etc, e falou: “Muito bem, Sr. “gatinho”, só que eu não passo em qualquer rua do meu bairro sem escutar um “au-au””. Os senhores acham que isso está certo? observem mais responsabilidade. (palmas.).

**O SR. EDSON** - Respondendo à professora Gisela, quanto ao aspecto do menor, considero tudo o que foi dito pelo Sr. Batocchio, muito, realmente, correto., temos que preparar a geração de menores, que é a próxima geração, dando escola, alimentos para os estudantes, animando a família a enviarem os estudantes à escola e os tirando da rua. Mas, a minha preocupação é imediata. O que podemos fazer agora. Porque estamos sendo chacinados e não temos condições de reagir. Não podemos usar porte de arma, não apenas sobre os menores, mas também sobre o maior delinqüente. Então, o período de majoração são a cada 25 anos. Nós

vamos morrer durante 24 anos até termos a próxima geração preparada? É essa a preocupação que tenho agora e acho que temos que dar uma resposta a isso. todos nós, principalmente cidadãos paulistas e cariocas, porque essa violência está se alastrando pelo país inteiro. Outra coisa, não cuido da redução da menoridade. Não é pretensão. É que o menor reincidente no mesmo delito, que ele seja julgado como maior. Fica a maioridade como está, aos 18 anos. Mas, o menor de 16 anos, que queima duas vezes cidadãos diferentes, em ocasiões diferentes, o famoso “Chico Churrasquinho”, vamos dizer assim, como poderemos manter um menor desse solto? Ele vai para um juizado, para uma Febem da vida e fica solto!? Não podemos permitir isso. Essa é uma realidade fática. Então, não me comove, absolutamente, o argumento que o menor não tem parente, não teve pai, não teve mãe. O fato é que há uma legítima defesa da sociedade. Ela tem que lançar a mão disso. O Estado é obrigado a dar essa segurança e ele tem se negado a dar essa segurança. Então, os cidadãos precisam fazer alguma coisa, inclusive com a participação da Ordem dos Advogados. Então, essa é a ponderação que eu havia feito. Agora, com relação à arbitragem, também sou absolutamente contra. Acho que o Código de 1973, ele tratava em 15 ou 16 artigos, aí pelo artigo 1085 até ao artigo 1101, da arbitragem, que era muito bem descrita pelo professor Buzaid. Só que não vingou em nosso país pelo movimento do judiciário. Há o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, pelo qual nenhuma lesão ao direito individual pode ser afastada do controle do judiciário. Então, o que acontecia? Se entrava com o pedido da arbitragem, o árbitro julgava, o devedor dizia que não aceitava a decisão e recorria ao judiciário. Então, era chover no molhado. Era um *bis in idem*. Era uma duplicidade de julgamentos. Então, isso caiu em desuso entre nós. E, hoje em dia, acho que, o Sr. Batocchio lembrou muito bem, há um movimento no sentido de voltar à arbitragem porque há um interesse internacional nisso. de repente, começa-se a fazer cortes internacionais de arbitragem aqui para direito privado nacional. Então, ora, a General Motors preferirá um árbitro brasileiro ou um americano? Se ela é uma multinacional americana? Então, acho que o Brasil

ainda é um país desprotegido e não é da nossa tradição a arbitragem. E sou contra. Até mesmo porque não tenho visto muito resultado da arbitragem como vigente atualmente. Espero que tenha respondido à pergunta da ilustre professora. Agora, foi feito um questionamento do colega do Tribunal de Contas a respeito da lei da mordaza, na parte que me pertine. E vou ousar discordar do nosso conselheiro nato, o Dr. José Roberto Batocchio. Por quê? Com toda a verve, concordo com tudo o que ele falou. Só que vejo a coisa sob um enfoque diferente. Acho que quantitativamente, se ponderarmos os fatos trazidos à tona pela imprensa, e não só pela imprensa. Vejam os senhores os membros do Ministério Público e alguns magistrados, porque a lei da mordaza não atingiria só os jornalistas. Atingiria também os promotores, os juízes, etc.. Mas, pelos precedentes que temos tido, o Ministério Público acaba chamando a imprensa, dá uma dica e os jornalistas vão lá e levantam, então, eles têm feito um certo trabalho social, um certo trabalho de relevância social. Agora, é verdade que temos que tomar cuidado com os excessos. Precisamos tomar cuidado com os desleixo com a prestação da informação, que pode se cair num caso como este da Escola Base, ou no caso do ex ministro da Saúde, conforme citou o Dr. José Roberto. Com relação àquela situação se eu ficaria confortável em meu filho sendo enfrentado por um policial. Devo dizer o seguinte, é uma questão, como foi dito anteriormente, de educação do policial. Mas, do jeito que está, é a mesma coisa, o senhor sabe. Se o senhor disser: “Eu sou policial”, o senhor irá tomar um tiro. Então, diante de um delinqüente, você se omite. O sujeito está assaltando alguém como vemos cotidianamente no trânsito. Você vê um sujeito sendo assalto e você chama um policial e o policial: “Eu sou do 4º Batalhão, não estou aí. o meu lugar é outro.” Quer dizer, o policial vai para o lado oposto aonde está a ocorrência, porque ele está desmoralizado. Meu Deus do céu, se ele for enfrentar esse bandido e der um tiro, tiram-lhe a arma. Ele terá que fazer um curso de psicologia não sei quanto tempo, terá que responder a um processo. Enfim, acho que temos que colocar um sistema de contra peso. É evidente que ninguém pretende que um policial seja um imperador. Mas, temos que dar poder a

ele, um certo poder discricionário, para ele ter a liberdade de ação na função dele. Porque se damos a obrigação, temos também que dar o meio para que ele possa cumprir a sua obrigação. Então, e isso diria que precisamos entender com “granus salis”. Com um grãozinho de sal, com tempero. Não tão objetivamente. Temos dois tipos de polícia. Temos o policial civil, que é o policial de investigação. E tem-se o policial militar que é o policial da ação. Então, há de se distinguir aí também. Como temos as delegacias lotadas, o pessoal da polícia civil não tem tempo para investigar. Quer dizer, um crime que ocorre fica lá entre as dezenas de outros e aquilo irá ficar no esquecimento. Mas, é um problema de organização. Nós não temos as condições legais para modificarmos isso. Quem sabe, talvez, uma unificação de polícia? Não sei. Mas, aí é uma questão que precisa ser estudada. Eu estou dando um primeiro passo. Falei intuitivamente pela matéria que veio à tona. Pela matéria que era objeto do debate. Agora, não acho que devemos ser radicais e permitir tudo ao policial. Não é isso. até colocaria em sentido contrário para o senhor raciocinar. O senhor teria coragem de deixar um filho seu, mesmo que o seu filho seja maior, com um menor desses que queimou o nosso imigrante, se não me engano, vietnamita? Quando comecei a falar aqui, e essa parte é muito delicada, e estou falando em meu nome, porque não tive contato com os colegas para falar, mas aqui, o Dr. Roberto Batocchio é conselheiro nato. Ele é conselheiro como eu. Ele é mais conselheiro que eu, porque agora no final do ano termina o meu mandato e o dele continua. Então, quer dizer, estou agindo com lealdade, e não gostaria que colocassem cascas de banana em meu caminho. Porque isso é um princípio que deve reger os colegas.

(trecho inaudível de alguém da platéia)

**O SR. EDSON** - Mas, não é clima de histeria. Com perdão, só para encerrar, veja bem, estamos com uma população, em São Paulo, de 12, de 15 milhões de habitantes. Então, não é normal, a natureza, a quantidade dos crimes

que acontecem aqui. Vi uma estatística que o que acontece em São Paulo, acontece cento e tantas vezes mais do que acontece nos Estados americanos. Então, em um final de semana, tem-se 58 homicídios em São Paulo contra o número de homicídios em Texas no ano inteiro! Por exemplo.

**O SR. EDSON** - Bom, quanto à doutora estudante, que fala a respeito da reforma do judiciário, o que a Ordem tem feito, qual o compromisso com os futuros advogados, a Ordem tem a Comissão do Jovem Advogado, em que ela acolhe todos os jovens advogados. Inclusive dando cursos e palestras de aperfeiçoamento, não só para o advogado, quer dizer, aquele que está inscrito na Ordem, como também ao bacharel de Direito, aquele recém formado que não fez o exame de Ordem, ou o que tendo feito o Exame da Ordem, não tenha sido aprovado. Então, a Ordem, hoje, ela tem a professora Ada Pellegrini Grinower, que é a coordenadora dos cursos da Ordem dos Advogados, e que criou cursos em todo o Estado de São Paulo. Então, toda a subseção hoje, inclusive a seccional de São Paulo, tem esses cursos, e os senhores lá serão muito bem acolhidos. Essa angústia do recém formado é muito natural e é procedente, porque, realmente, é um mercado de trabalho disputado, mas, sem dúvida, a partir do primeiro emprego, isso torna-se um problema superado. Os senhores irão até esquecer por essa angústia que estão passando no final do curso. Isso é algo natural. Eram essas as colocações que tinha a fazer. Quero agradecer a todos a tolerância com que me ouviram e pedir desculpas por eventual limitação de conhecimento, que não possa ter esclarecido a vossas senhorias. Muito obrigado. (palmas.).

**O SR.** - Com a palavra o Dr. Roberto Ferreira.

**O SR. ROBERTO FERREIRA** - Procurarei ser o mais objetivo possível. Em relação à questão da lei da mordaza, não sou a favor à lei da mordaza. Sou a favor do absoluto controle das manifestações e da responsabilidade do Ministério Público,

do delegado de polícia, do juiz, que na busca incessante da mídia, que virou algo doentio, dizem até os advogados, que têm feito esses comentários nos corredores dos fóruns, que um promotor, hoje em dia, acordar à noite com um pouco de sede e abrir a porta da geladeira, ele começa a falar pensando que são as câmaras da Rede Globo. Essa que é a grande realidade. O que queremos é responsabilidade do Ministério Público, porque como disse bem o Batocchio, a honra é a coisa mais importante que cada um de nós tem e que devemos lutar sempre para preservá-la. E mais, como advogados, e como atuantes na advocacia, todos nós, cidadãos, devemos nos colocar ao lado de quem pensa assim. A denominação lei da mordação foi um expediente utilizado pela mídia até para desmoralizar e dar uma conotação jocosa à lei. “É a lei da mordação, que vai proibir que o Ministério Público atue, que vai proibir que os juízes tenham plena eficácia nas suas atuações. Que vai proibir o delegado de polícia de investigar. Absolutamente. Queremos a investigação, queremos o Ministério Público atuante, queremos que os juízes tenham preservados todos os seus mandamentos. Agora, queremos responsabilidade. Até irei acrescentar, e não sou filiado a nenhum partido político, e por isso o que direi agora não tem nenhuma conotação de ordem política. O Sr. Batocchio mencionou vários casos e esqueceu de mencionar o caso da filha do Sr. Paulo Maluf. Agora, a questão da arbitragem, também serei bem objetivo. Está me parecendo a questão da arbitragem como a questão dos grandes escritórios internacionais de advocacia que estão invadindo o país. Algo seríssimo, porque vem com um potencial econômico que supera, evidentemente, e até os grandes escritórios nacionais. Então, é algo que precisamos criar mecanismos para evitarmos essa avalanche de escritórios internacionais no Brasil. Não sei como poderíamos fazer isso. Teríamos que tomar uma série de medidas. Teríamos que criar mecanismos. E quero saber o seguinte, e a reciprocidade? Nós, advogados brasileiros podemos montar os nossos escritórios em Nova Iorque, em Washington? (palmas.). É isso que quero saber. Muito obrigado. Porque os americanos: “É democracia, é liberdade, é globalização.” Mas, não temos esses direitos. Se tivermos a intenção de montarmos um escritório

em Miami, por exemplo, onde evidentemente, os brasileiros têm mais facilidade, inclusive da língua, mesmo assim a dificuldade será muito grande. De maneira que queremos a reciprocidade. Se pudermos montar os nosso escritórios também nos Estados Unidos, em igualdade de condições, também facilitaremos. Caso contrário, temos que nos posicionar e impedir que esses grandes escritórios internacionais, e estou fazendo esse paralelo porque acho que a questão da arbitragem é mais ou menos por aí. Gostaria que a nossa querida estudante, terceiro anista de Direito, Renata, primeiro quero cumprimentá-la porque você, como terceiro anista, encontrou uma consciência política do papel não só da cidadã, mas do advogado. E não tenho a menor dúvida de que você será uma grande advogada. Essa questão da menção de grandes escritores, de grandes pensadores, de grandes filósofos, com o tempo, com o estudo, tenho certeza absoluta de que você irá somar à sua experiência, à sua inteligência, à sua cultura, todos essas informações, que lhe darão, evidentemente, uma base maior, um sustentáculo maior para você desenvolver o seu trabalho como advogada. Mas, queria, já de antemão, convidá-la, mesmo como terceiro anista, a incorporar à nossa luta, convidá-la para participar dos nossos trabalhos no nosso escritório político, na Avenida Liberdade, 91, 8º andar. E dizer mais a você, que estamos saindo do discurso para a prática. No nosso programa, que já está registrado, tem lá, um capítulo especial ao jovem advogado, que tanto se diz que irá se fazer algo pelo jovem advogado, mas é só discurso. Na prática, o nosso grupo vem, inicialmente, o jovem advogado terá uma anuidade diferenciada, até com 5 anos de inscrição na Ordem. Diferenciada quer dizer, uma anuidade menor. (palmas.) Num momento de grande dificuldade em montar o seu escritório, de ter os seus clientes, o advogado precisa do amparo da Ordem. Na questão do nível, do volume dos jovens advogados, de bacharéis que se jogam no mercado, é evidente que essa é uma grande preocupação de todos nós. Então, precisamos criar todos esses mecanismos de fiscalização. Mas, mais que isso, queremos a qualidade de ensino. A questão do número é preocupante. Mas, mais preocupante que isso, é a questão da qualidade de ensino e a Ordem vai fazer

valer o artigo 44, do estatuto, e que é lei federal e que nos obriga a fiscalizar e acompanhar as leis, e tudo o que está acontecendo. E a ordem irá acompanhar tudo isso efetivamente. Diariamente, constantemente, com muita força, representando a entidade, a cidadania do nosso país. Muito obrigado. (palmas.) Agora, para encerrar, reitero, mais uma vez, o meu profundo agradecimento ao Sr. Deputado, cumprimentando-o, mais uma vez, por essa feliz iniciativa. Muito obrigado a todos que estiverem presentes (palmas.).

**O SR.** - Com a palavra o Dr. Raimundo.

**O SR. RAIMUNDO** - Acho que o Sr. Alberto quis encerrar duas vezes para ser aplaudido por duas vezes. (risos). Em primeiro lugar, quero agradecer os conhecimentos hoje aqui trazidos pelo ilustre Deputado Federal José Roberto Batocchio. Confesso a todos que aprendi muito. Quero também agradecer a iniciativa do presidente desta Mesa, Deputado Clarey. Quero agradecer a paciência do meu ilustre colega, o professor Bortolai, que compreende muito bem a situação, que hoje a situação dele, realmente, é muito ingrata, do indefensável. E, finalmente, gostaria, antes de agradecer ao plenário e dizer à doutora Gisela que a Ordem e a Caixa dos Advogados poderão criar mecanismos de pressão para fazer com que o jovem abandonado tenha a sua casa de assistência; para que o infrator tenha a sua liberdade assistida. E isso está previsto no Código da Criança e do Adolescente. Mas, queria dizer a todos da minha alegria, do meu contentamento, de tantos colegas incorporados na nossa campanha, que eu peço licença para dizer o seguinte, muito obrigado mesmo. Todos juntos, unidos, com a oposição, porque com Robertom Ferreira, a Ordem irá mudar. Muito obrigado. (palmas.)

**O SR. PRESIDENTE CLAURY ALVES SILVA** -Encerrando o nosso encontro, quero, para não cometer uma injustiça, fazer uma correção. Me chegou às mãos, um ofício do Dr. Carlos Miguel Aidar, e que passo a ler aqui então. “Agradeço



à V. Exa. a gentileza do honroso convite para participar do debate público sobre o tema Reforma do Judiciário e a Advocacia, no dia 19 de outubro. Lamentavelmente, estou impossibilitado de comparecer em face de compromisso anteriormente assumido pela OAB de São Paulo. No ensejo, renovo à V. Exa. os protestos de estima e de alta consideração.” Aqui disse dia 19. Mas fica registrado aqui. Realmente houve algum lapso, mas a Mesa tomou o cuidado de registrar o ofício encaminhado à Assembléia. Gostaria, em nome da Assembléia Legislativa, em nome do nobre Deputado Vanderlei Macris, agradecer a presença de todos e, especialmente, a presença do excelentíssimo Sr. Dr. José Roberto Batocchio, ilustre deputado federal e conselheiro nato da OAB. Quero agradecer a presença do ilustre Dr. Edson Cossaque Bortolai, que se fez como representante do Dr. Rubens Aprobato Machado. Agradecer aqui a ilustre presença do Dr. Roberto Ferreira nessa caminhada de campanha e que dentro de um mês estará sendo votado para ocupar o cargo mais ilustre de presidente da Ordem. E agradecer, também, a presença e as palavras do Dr. Raimundo Hermes Barbosa. E, em nome da Assembléia Legislativa, dizer que o grupo temático Cidadania, se enriqueceu muito com o debate que aqui foi levado a efeito, uma vez que temos debatido muito essa questão da cidadania com justiça. Temos debatido muito a questão da educação, que foi levantada já pela Sra. Odete. E tantos outros assuntos que nos levam a discutir o tema cidadania. Cidadania com educação. Cidadania com justiça, com a justiça, com o emprego. Enfim, é importante, com a soberania, que muito bem lembrada a questão da Amazônia. E é isso que nos leva a continuar nessa luta de debater as questões nesta Casa parlamentar que pertence ao povo e que aqui devemos realmente trazer as nossas idéias, debatê-las, mas ficar, acima de tudo, registrado para que aqui os eventos, para que as idéias, sejam extraídas e colocadas a público. Debatidas, quem em plenário, quer na imprensa. Enfim, em todos os setores. Quer nos órgãos de imprensa de bairros, de Interior, na grande imprensa, e mesmo nos órgãos de divulgação dos diversos sindicatos, entidades que possam levar a efeito e levar a público os debates que aqui são feitos e que, acima de tudo, são debatidos com

essa autonomia de um regime democrático. Muito obrigado a todos. Convido-os, mais uma vez, para um café para o encerramento deste debate. (palmas.)

**30.11.2000**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS** -Convidamos o Deputado Claury Alves da Silva, coordenador desse Grupo Temático - Cidadania, para compor a Mesa de Abertura, convidamos também o Deputado Dimas Ramalho, relator deste mesmo grupo cidadania, o Professor Hubert Alqueres, Secretário Adjunto da Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo, a Sra. Dina Lida Kinoshita, Conselheira do Grupo Temático Cidadania do Fórum São Paulo Século 21. Lembramos, mais uma vez, a participação dos telespectadores através do fax 11-3884-1885 e opor e-mail: [fórum@al.sp.gov.br](mailto:fórum@al.sp.gov.br) para fazer a abertura deste Seminário, passo a palavra ao nobre Deputado CLAURY Alves da Silva, Coordenador deste grupo temático.

**O SR. CLAURY ALVES DA SILVA** - Bom dia a todos, quero neste momento cumprimentar os componentes da Mesa, a Professora Dina, o relator do Grupo Temático Cidadania, do Seminário São Paulo Século 21, Deputado Dimas Ramalho, quero também aqui agradecer, cumprimentar, a presença do Professor Hubert Alqueres, que é Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Educação, e cumprimentar e agradecer também a presença dos alunos professores da Escola Estadual Professor Volni de Carvalho Ramos da Água Rasa e da Escola Estadual Padre Manoel da Nobrega, Casa Verde, que estão presentes neste plenário, Teotônio Vilela e também agradecer a todas as escolas que estão interligadas hoje no Estado de São Paulo, com este evento que visa acima de tudo dar um embasamento bastante concreto no relatório que o Grupo Temático Cidadania estará realizando, efetivando, terminando nas próximas semanas.

Falar de cidadania, é fala da cidade, de cidadão. A cidade onde vivem a maioria dos cidadãos brasileiros e onde tem que se praticar a cidadania. E como praticar a cidadania? Praticar com seus conhecimentos, com a plenitude dos

conhecimentos, para que se tenha uma consciência crítica e a partir dessa consciência crítica fazer valer os seus direitos e fazer valer também as suas obrigações como cidadão. É isso que gostaríamos, aqui neste debate, de nos inteirarmos com os alunos, com os estudantes, com os jovens, com os professores, enfim, com todos aqueles que estiverem interessados no nosso próximo milênio, no nosso próximo século que estaremos iniciando brevemente.

Quero aqui, simplesmente, para complementar, dizer como estamos falando com relação à Educação, em que no nosso relatório, que tivemos a ajuda da Fundação SEAD, na sua elaboração, diz o seguinte, no documento sobre os objetivos do ensino fundamental, documento esse do MEC, da Secretaria de Educação Fundamental, parâmetros curriculares nacionais, uma série de 10 itens descreve o que a Educação deve propiciar ao aluno. O primeiro é que seja capaz de compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos civis e sociais, adotando no dia-a-dia atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

É mais ou menos nesse sentido que gostaríamos de dar início a esse evento. Agradecendo, mais um vez, a presença de todos, de todos aqueles que estão aqui nos assessorando, todos os conselheiros que também participaram deste evento desde o início, há mais de um ano que a Assembléia Legislativa em discutindo sob a liderança do Presidente Vanderlei Macris, essa questão do Fórum São Paulo Século 21, que é, estamos pensando São Paulo, que Estado queremos para o próximo milênio, que Estado queremos preparar para os próximos habitantes, para os próximos governantes e é isso que nós aqui, nesse sentido, estamos trabalhando. E hoje aqui, sobre Cidadania.

Muito obrigado a vocês e muito obrigado a todos aqueles que participaram e estão participando deste evento.

**O SR. COORDENADOR** - Estas foram as palavras do Deputado Claury Alves da Silva, coordenador do Grupo Temático Cidadania. Convidamos agora o nobre Deputado Dimas Ramalho, relator deste mesmo Grupo Cidadania, do Fórum São Paulo Século 21.

**O SR. DIMAS RAMALHO** - Queria saudar o coordenador deste Grupo Temático, Deputado Claury Alves da Silva, que tem coordenador com grande competência os trabalhos sobre esse tema Cidadania, queria saudar os conselheiros presentes, a Conselheira Dina Kinoshita aqui presente, saudar o Secretário Adjunto Rubert da Secretaria da Educação, Srs. Alunos das Escolas: Escola Estadual Professor Volny de Carvalho Ramos na Água Rasa, Escola Estadual Padre Manoel da Nobrega, Casa Verde, e todos aqueles que nos acompanham neste momento, são mais de 6 mil escolas que estão acompanhando neste momento este debate na Assembléia. Queria ressaltar a importante participação que está tendo, neste momento, a Secretaria Estadual da Educação, a qual queria agradecer na pessoa do Secretário Adjunto, queria agradecer aqui o Tribunal de Justiça, na pessoa do Professor Lavendowisk, que realmente nos deu orientação para que isso ocorresse, as condições, dizer que o Deputado Vanderlei Macris, por motivos alheios à sua vontade não está presente, mas estará presente ainda hoje, o Presidente da Assembléia, o Deputado Arnaldo Jardim que é coordenador do Fórum Século 21.

Este Fórum tem como objetivo discutir com a sociedade quais são os caminhos de São Paulo, quais são os caminhos para o nosso País, o que a Assembléia Legislativa de São Paulo, através dos deputados, que são eleitos pelo povo, pode propor para essa sociedade e, ultrapassando a questão eleitoral. É a primeira vez, que após uma eleição, a Assembléia Legislativa abre o debate com a sociedade, nos mais variados setores, nos mais variados campos de atuação, para que seja formulado um projeto para 2001. Isso é uma coisa importante, porque vai ter interferência direta no nosso dia-a-dia. É a prática concreta da cidadania, que é a

participação efetiva de todos os segmentos, todos os setores da sociedade nos rumos do nosso País, do nosso Estado, através da participação com legislação específica, mostrando onde é importante ter orçamento ou não. Esse grupo cidadania é muito importante porque mais do que qualquer outro, demonstra, reafirma a importância da participação política do cidadão, do estudante, de todos os setores da sociedade. É por isso que esse debate que vai se estender por todo dia, esse debate que está sendo feito, volto a repetir, em mais de 6 mil escolas do Estado de São Paulo, vai ser de fundamental importância para reafirmarmos que é fundamental a participação, a discussão, o debate de idéias. E mais do que isso, é fundamental que, cada vez mais, reafirmemos a prática democrática do debate. Queremos, cada vez mais, transparência, debate, que, cada vez mais, esta Assembléia seja a Casa realmente representativa da população de São Paulo.

Por isso, ao iniciar este debate, queria agradecer imensamente a todos aqueles que colaboraram por isto e dizer que esse seminário, com certeza, vai abrir possibilidades outras de fazermos seminários semelhantes a este, conversando ao mesmo tempo com todo Estado de São Paulo, sobre temas importantes como cidadania, participação popular, como Educação. Não dá para falar sobre cidadania, sem Educação, não dá para falar de Educação sem cidadania. É por isso que acho fundamental que todos nós estejamos aqui esta manhã, porque com certeza o nosso trabalho será muito profícuo.

Parabéns a todos. Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** - Convidamos agora, o Professor Rubert Alquieres, Secretário Adjunto da Secretaria da Educação, representando a Professora Rose Neubauer, Secretária da Educação do Governo do Estado de São Paulo.

**O SR. RUBERT ALQUERES** - Gostaria de dar bom dia a todos, o Deputado CLAURY Alves da Silva, que é coordenador do Grupo Temático Cidadania, Deputado Dimas Ramalho, que é relator do Grupo Temático Cidadania, Dr. Roberto

Mônaco que é da Subcomissão da Criança e do Adolescentes, da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Henrique Lavendowisk, Desembargador, representando o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Conselheiro, através de quem gostaria de cumprimentar todos os demais conselheiros, Professora Dina, Professores e Alunos da Escola Volny e da Escola Manoel da Nobrega. Gostaria, cumprimentando os alunos, os professores que aqui estão, estender o meu cumprimento a todas as escolas que estão neste momento nos assistindo. Estamos em linha com a Embratel, que está retransmitindo este sinal e no Estado de São Paulo, temos 6 mil escolas, são 6 milhões de alunos, em todos os 640 municípios do Estado. É uma quantidade absolutamente gigantesca, é uma rede muito grande e que, diariamente temos que fazer um trabalho bastante intensivo, com relação não só à Educação, mas principalmente com relação à cidadania. Como muito bem colocou o Deputado Dimas e o Deputado Claury, Educação e Cidadania são pontos absolutamente fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado e para que seja mantida a pujança e a liderança que nosso Estado tem perante todo Brasil.

Estou muito feliz com esse convite, a Secretaria da Educação tem feito alguns projetos que merecem ser discutidos e debatidos e gostaria de parabenizar a Assembléia por mais essa iniciativa, acho que realmente nos últimos anos a Assembléia tem se mostrado profundamente atendida em todos os sentidos com a população do Estado, a Assembléia que antigamente era muito isolada, hoje, percebemos, nos últimos anos, uma aproximação muito grande da população e uma preocupação em estar desenvolvendo o debate mesmo, seja ele na área da Educação, da Saúde, da Segurança, e isso é um papel fundamental que realmente esperamos dos nossos deputados.

Então, mais uma vez, gostaria de parabenizar a Assembléia por mais essa iniciativa.

Gostaria de agradecer a presença das duas escolas e dizer que daqui a pouco vamos ter, inclusive, um espaço que acho que é um espaço bastante

importante para trocarmos idéias, na medida em que se pretende disponibilizar a palavra a todos.

Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** - Estas foram as palavras do professor Hubert Alqueres, Secretário Adjunto da Educação, representando a Secretária Rose Neubauer. Ouviremos agora, as palavras da Sra. Lida Kinoshita, Conselheiro do Grupo Temático Cidadania, representando os demais conselheiros deste mesmo grupo temático.

**A SRA. DINA LIDA KINOSHITA** - Nobres Deputados, representante da Secretária da Educação, queridos professores, meus colegas e queridos alunos, gostaria de complementar o que disse o Deputado CLAUDY, no seguinte sentido: vivemos durante um período longo, uma ditadura, um governo autoritário neste País e a retomada da democracia e a discussão da cidadania, a garantia dos direitos políticos e civis, foi muito importante, porque, não faz muito tempo, neste País não se podia nem ter uma liberdade de locomoção, nem de expressão e hoje é possível fazer esse tipo de reunião com a população.

Entretanto, gostaria de acrescentar que num País em que há uma iniquidade enorme, com uma distribuição de renda perversa, não é possível pensar em cidadania apenas civil e política. Temos que começar a discutir também os direitos sócio-econômicos para ter uma sociedade mais justa. E, por outra parte, pensando nas futuras gerações, das quais vocês fazem parte, acho que nós também deveríamos discutir a questão ambiental. Pensa num projeto ambientalmente equilibrado e auto-sustentável. Então, queria acrescentar isso, porque acho que sem essas questões, não há uma verdadeira cidadania.

É só isso. Muito obrigada.



**O SR. COORDENADOR** - Convido a todos agora, para ouvirmos uma breve saudação do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. VANDERLEI MACRIS** - São Paulo é um Estado pujante, São Paulo é um Estado Poderoso, mas, só fará jus a essa postura se tivermos a preparação de todos vocês jovens que a partir deste momento participam deste grande seminário que realizamos na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, através do Fórum São Paulo Século 21. O exemplo de cidadania que queremos tem que partir necessariamente de uma discussão muito aberta, transparente com todos vocês jovens que participam deste seminário. A Assembléia tem dado uma contribuição importante, interessante para que possamos ter o entendimento de que cidadania queremos para o Século 21. E não há como pensar em que formatação de cidadania queremos para o Século 21, se não discutirmos com todos os jovens, que neste momento, de maneira inteligente, por uma grande articulação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com o Governo de São Paulo, com a Secretaria da Educação, levam em conta toda essa massa de jovens que serão aqueles que vão ter responsabilidade no futuro.

Portanto, quero deixar uma mensagem de otimismo a todos vocês que participam deste seminário, como Presidente do Parlamento Paulista, que possamos ter sucesso, porque a apresentação final deste relatório do Fórum, especialmente deste tema Cidadania, queremos que eles seja a espinha dorsal daquilo que queremos para o cidadão do Século 21.

**O SR. COORDENADOR** - Queremos agradecer, mais uma vez, a presença das escolas, a Escola Estadual Professor Volny de Carvalho Ramos, da Água Rasa, e a Escola Estadual Padre Manoel da Nobrega da Casa Verde. E, lembrar o número do Fax para perguntas que é 11-3884-1885 e o e-mail [Fórum@al.sp.gov.br](mailto:Fórum@al.sp.gov.br).

Veremos agora, uma reportagem feita na Escola Estadual Professor Volny de Carvalho Ramos.

-É exibida a reportagem.

"São Paulo possui uma das maiores redes públicas de ensino do mundo. É responsável por 80% das matrículas dos ensinos Fundamental e Médio do Estado. Uma estrutura que abrange mais de 6 mil unidades escolares, no total são 6 milhões e 6 mil estudantes e 223 mil professores. É exatamente neste ambiente que um dos conceitos mais importantes para convivência em sociedade ganha mais força a cada dia: a cidadania,

Esta escola aqui na Zona Leste da Capital Paulista, representa, por meio de uma série de atividades, um exemplo prático de resgate da cidadania. Este ano ela foi vencedora do desafio escolar 2000 pela cidadania. Evento jornalístico, cultural e esportivo, promovido desde de 95, pelo Estado de São Paulo, em parceria com diversas entidades.

Aqui na Escola, os projetos voltados à prática da cidadania são variados. As exposições de trabalhos artísticos estão espalhados pelo pátio. Do lado de fora do prédio, as pinturas trouxeram uma nova roupagem para os muros.

As atividades esportivas também fazem parte desse processo de entrosamento com a cidadania. O mesmo acontece na elaboração deste jornal que busca desenvolver a leitura e o senso crítico. No intervalo das aulas, apresentações musicais que pretendem resgatar a auto estima, além de incrementar a criatividade.

Como surgiu esse projeto de implantar a cidadania aqui na escola?

É uma necessidade que surgiu a partir de atitudes que percebíamos que deveriam ser mudadas. Muita pichação na escola, muita agressividade entre os alunos, até entre professores e alunos. A partir daí começou a se pensar em projetos, em trabalhar com projetos na escola. Um dos primeiros projetos que envolveu toda a equipe escolar, todos os professores, alunos, comunidade, foi o projeto "Volny apagando a violência". Esse projeto consistia, então, em pintar o muro

da escola, passando alguma mensagem, uma mensagem de paz para a comunidade, para os alunos, enfim, para todos. Então, foi feito esse projeto junto com professores e alunos. Os alunos então, foram para a rua e passaram essa mensagem, pintaram o muro, faz um ano e meio que ele está assim impecável. Está estampada lá a história da humanidade com uma proposta de paz também.

No início a senhora sentiu alguma resistência por parte de pais ou alunos, ou até mesmo de professores, para implementar esse projeto de cidadania aqui na escola?

-Não resistência, não. Pelo contrário, houve a vontade de estar junto, os pais compareceram e os professores aderiram, os alunos também. Mudou até a rotina da escola, as pichações começaram a diminuir, até se percebe que diminuíram por completo, desapareceram.

- Quais eram as expectativas na implementação desses projetos? O que se esperava de resultado com isso?

- Diminuir a agressividade, as pichações, a depredação dentro da escola. Isso aconteceu realmente, houve um resultado satisfatório, bom.

- Hoje, quais são as atividades desenvolvidas aqui na escola, para tentar resgatar essa noção de cidadania.

- A escola sempre trabalhou com muitos projetos. A partir desse, até, inclusive, foram desencadeando outros projetos, porque uma vez que houve o resultado positivo, outros projetos surgiram como a prevenção, como mostra de arte. Isso fez com que o ambiente na escola fosse um ambiente

amistoso, os alunos convivem amistosamente, se respeitando mutuamente e levando para fora, não só na escola, mas para fora dos muros da escola também o que eles aprendem na escola. Assim eles estão praticando a cidadania.

Este ano a escola concorreu com outras 90 escolas o prêmio desafio da cidadania. Como é concorrer com tanta gente e ter esse resultado vencedor?

- Isso é gratificante, foi uma idéia que partiu de uma das alunas da escola, falou com uma das professoras também e logo todos abraçaram a idéia e resolveram se inscrever no desafio escolar, que este ano o tema foi pela cidadania e pela paz. E aí houve o envolvimento maciço de todos e o resultado foi esse, o primeiro lugar no desafio escolar.

- Essas atividades relacionadas à cidadania já refletem no rendimento escolar dos alunos?

- Isso, nós percebemos na participação maior nas aulas, na freqüência, eles são alunos assíduos e nas avaliações também. Eles têm conseguido demonstrar, inclusive, no Sares (?) tiveram bom resultado. E esperamos que com isso vá melhorando cada vez mais.

- Não podemos nos limitar só no trabalho teórico dentro de sala de aula. A partir do momento que levamos o aluno a participar de outras atividades, percebemos que trabalhamos a auto-estima e trabalhar a auto-estima é uma forma de trabalhar a cidadania. Porque o aluno se sentindo mais valorizado, o relacionamento que ele vai ter com os outros é diferenciado também.

- Mas, elaborar essas atividades não dá ainda mais trabalho para os professores? Não é um acúmulo de atividades?

-Sem dúvida, o tempo fica mais apertado com esse tipo de atividade. Mas também sentimos que é gratificante. É ruim trabalhar quando percebemos que o aluno não tem estímulo. E quando trabalhamos esse tipo de projeto, eles vêm nos procurar na hora do intervalo. Isso acaba sendo gratificante, ainda que aumente a carga de trabalho que temos.

Que projeto você destaca que os alunos tenham tido um contato mais de perto com a realidade?

-Acho que o trabalho de escolher o projeto para o Parlamento Jovem, foi um momento de coroação disso, principalmente para os alunos de ensino fundamental. Tivemos oportunidade de discutir com alguns alunos alguns projetos, escolhemos uma única aluna, indicamos esse projeto para os organizadores do projeto, para os coordenadores e tivemos a felicidade de ela ser a escolhida dentre as 94 e defender o seu projeto lá no Parlamento.

- Na sua opinião o que ela tira dessa experiência?

-O contato com o trabalho de um parlamentar. Ela vivenciou isso, teve a oportunidade de viver aquilo que alguns alunos nossos não tiveram, nas visitas que fizeram ao Parlamento. Porque a Assembléia Legislativa estamos visitando desde maio, acompanhamos um pouco a CPI da Educação e esses alunos, eles puderam perceber os parlamentares que estão trabalhando, lutando para que os problemas sejam apurados e outros obstruindo os trabalhos. Então, isso foi interessante. E a Tais que foi a aluna escolhida, teve a oportunidade de vivenciar essa experiência como um deputado. Acho que foi interessante. Então, a cobrança a ela foi bem

maior, ela teve que organizar todo um discurso, condensar esse discurso em três minutos. Então, acho que é uma oportunidade única que ela teve. Acho que isso vai ficar e para a escola foi muito importante isso, porque fechou esse nosso trabalho.

Como você avalia essas atividades que a escola faz para desenvolver essa idéia de cidadania?

-É muito interessante, porque os projetos são sempre em parceria com os alunos. Então, os alunos é que desenvolvem a maioria dos projetos e os colocam em ação, só com o auxílio dos professores. Então, intera a ação entre alunos, professores e a direção e a sociedade dando uma conscientização coletiva.

-Todo mundo se une a favor de uma coisa e está todo mundo ligado a isso, juntando prevenção, meio ambiente etc. Os alunos aprendem com isso, a sociedade, os pais aprendem com os alunos, todo mundo aprende.

-Incentiva, traz o aluno mais para a escola, os eventos aproximam o aluno mais do estudos e faz o aluno se interessar pela cidadania.

-Tem escola que não desenvolve nada. Então, os alunos acabam se afastando da escola para ficar na rua, fazendo outras coisas que é de má índole. Acho que é legal, mãe, pai participarem da nossa vida também na escola.

Essa é a mãe da Lilian. Como é que a senhora avalia essa relação no colégio, participando das atividades que o colégio desenvolve sobre cidadania?

-Acho ótimo. Simplificando, pais praticantes, filhos atuantes. Então, eles estando dentro da escola, não estão na rua e estão trazendo os da rua para dentro da escola. No meu conceito acho muito bom.

Lilian, como você avalia essa participação da sua mãe aqui no colégio?

-Se todos os alunos tivessem a companhia dos seus pais na escola, acho que tanto a escola quanto os alunos se desempenhariam mais."

**O SR. COORDENADOR** - Muito bem, voltamos ao vivo aqui no auditório Teotônio Vilela, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, lembrando que essa transmissão está sendo feita via satélite, através da Embratel, para todo interior do Estado de São Paulo e algumas cidades de Minas Gerais. Já estamos recebendo alguns fax, e-mails. São mais de 6 mil escolas em todo interior de São Paulo, ligadas neste evento do Grupo Cidadania do Fórum São Paulo Século 21. Convidamos agora a todos para assistirmos a um depoimento gravado de autoridades e figuras representativas da nossa sociedade.

É exibida a gravação.

A Cidadania de uma forma geral não corresponde apenas à condição ou à situação daquele homem que vive em determinado lugar. É o sujeito de direito e obrigações e tem o reconhecimento dos seus deveres cívicos e da sua participação efetiva na sociedade. Em relação à justiça, é imprescindível que o homem do povo tenha o acesso fácil, rápido e célere ao ver os seus conflitos de interesse, os seus dissídios individuais resolvidos, definidos pela atuação jurisdicional. É a justiça para o povo, para todos.

A cidadania desejável no Século 21, é a mesma cidadania desejável nos séculos passados. Os direitos, os deveres dos cidadãos não se alteram com o passar do tempo. O que significa para mim a cidadania desejável? Em primeiro lugar colaborar para o bem da sociedade; cuidar da propriedade pública, como se fosse sua própria, e na verdade é de todos nós. Mas, respeitar o próximo, respeitar o espaço, os direitos dos seus concidadãos, respeitar as leis e exigir que os outros as respeitem. Cidadania, é pagar os impostos, e exigir que cheguem ao seu devido destino. Cobrar dos dirigentes eleitos o cumprimento fiel de suas funções. Estas são as bases imutáveis da cidadania.

- Cidadania é uma conquista, é a conquista da capacidade de poder efetivar as escolhas. E, para isso, precisa de condições da sociedade, precisa de uma boa escolaridade pública, para que todos possam ter acesso, não só aqueles que podem pagar, precisa de uma boa saúde pública para que todos possam ter acesso e não só aqueles que pagam. Mas, antes de mais nada, é preciso aprender a capacidade de fazer as escolhas, de fazer opções. Para isso é preciso informação.

**O SR. COORDENADOR** - Voltamos a falar ao vivo do auditório Teotônio Vilela, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, lembrando mais uma vez o fax para as perguntas é o código 11-3884-1885 e o e-mail [forum@al.sp.gov.br](mailto:forum@al.sp.gov.br). Vamos dar início agora aos debates, convido para fazer parte da Mesa, o Sr. Roberto Vomero Mônaco, da OAB - SubComissão da Criança e do Adolescente, e também o Sr. Henrique Levandowisk, desembargador, representando aqui o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Conselheiro do Grupo Temático Cidadania. Para mediar os debates convido o jornalista Roberto Lima, jornalista da TV Assembléia, para o qual passo imediatamente a palavra.



**O SR. ROBERTO LIMA** - Bom dia a todos, queria inicialmente, agradecer a presença no auditório Teotônio Vilela, dos alunos das duas escolas estaduais que participam ativamente do projeto da Cidadania, a Escola Estadual Professor Volny de Carvalho Ramos, da Água Rasa e também a Escola Padre Manoel de Nobrega da Casa Verde. Agradeço também a presença de todos os membros da Mesa e aos 6 mil colégios que acompanham também ao vivo, neste momento, esta transmissão. Lembrando, mais uma vez, que houver interesse em participar deste debate, mande um fax para o nº 11 - 3884-1885 e o e-mail fórum@al.sp.gov.br. Está aberta a participação a todos os interessados. Dando continuidade aos trabalhos, vamos acompanhar agora, mais uma seqüência de depoimentos.

É exibida a seqüência de depoimentos.

A cidadania, a pessoa só exerce quando ela tem os seus direitos mínimos respeitados: tem uma moradia decente, tem uma educação decente, tem uma saúde decente. E essa população ela tem muita dificuldade para ser considerada um cidadão no efetivo e pleno gozo dos seus direitos, porque ela precisa lutar muito para ter esses direitos respeitados. E luta com muita dificuldade. E nós atuando no juizado de conciliação, ficamos orgulhosos em poder dar uma colaboração da nossa parte, do Poder Judiciário, para que essa cidadania seja efetivamente exercida. Colaboramos para que as pessoas possam ver os seus direitos respeitados.

Cidadania, para nós do Poupa Tempo, é possibilitar que o cidadão tire uma carteira de identidade, uma carteira de trabalho sem intermediários, com rapidez, com qualidade e que ele possa ser muito bem atendido nesse sentido. Esse é um papel do Estado e nós achamos e gostaríamos que no Século 21, esse cidadão possa retirar, emitir todos os seus documentos, fazer todos as suas interfaces com o Estado de uma forma ágil, rápida, sem burocracia, democratizando o atendimento ao cidadão. Para nós, cidadania no Século 21, tem que ser isso, tem que ser um

cidadão pleno dos seus direitos e com uma facilidade muito grande na sua relação com o Estado.

Cidadania, para nós, é se manifestar, intervir no social, mostrando quando se está sendo violentado, quando se está sendo abusado, demonstrando para a comunidade a sua insatisfação. O brasileiro precisa demonstrar mais a sua insatisfação e empinar o seu nariz enquanto cidadão. Esse é o meu sonho, o brasileiro de cabeça erguida.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Passo agora a palavra ao Secretário Adjunto de Educação do Estado de São Paulo Hubert Alqueres, que dispõe de 10 minutos.

**O SR. HUBERT ALQUERES** - Queria começar dizendo que chegam a emocionar os depoimentos. E as cenas que o Roberto Lima pegou lá na escola, na Volny, são cenas muito expressiva da importância de um trabalho de desenvolvimento de cidadania. Até lamentei que não tivesse uma seqüência semelhante da Escola Manoel da Nobrega. Porque temos conhecimento que a Manoel da Nobrega também tem alguns trabalhos na área de cidadania, que são muito interessantes. Por exemplo, agora há pouco, a Manoel da Nobrega fez uma grande gincana e arrecadou alimentos, uma série de gêneros para serem distribuídos para comunidades carentes. E foi uma atividade da escola que até gerou polêmica. Teve até um jornal aqui em São Paulo que criticou a gincana do Manoel da Nobrega. Ao contrário, acho que a escola está trabalhando, fez um trabalho sério, posso até dizer que (a professora está contando há pouco) lá foram arrecadadas duas toneladas e meia de alimentos, 10 mil fraldas, 3 toneladas de jornais, 600 quilos de latinhas e o material foi doado para mais de 15 instituições. E as cenas do Volny, elas falam por si só. O que percebemos ali? Uma escola extremamente integrada, alunos e professores trabalhando com muita consciência e preocupados com a questão da cidadania, da prevenção, da segurança e com um

detalhe que é absolutamente fundamental, que é a presença e a participação dos pais. Uma escola, ela não pode funcionar com a presença do Estado onipotente que quer interferir em tudo. A boa escola funciona quando ela tem pernas próprias. Quando o Estado faz um papel de dar uma retaguarda, o Estado disponibiliza materiais pedagógicos, disponibiliza recurso para a APM, o Estado faz toda uma retaguarda. Mas, ele não precisa ficar aparecendo. O grande ator, a personagem principal, são os alunos, os professores e a participação da comunidade. Então, eu gostaria de começar dizendo que estão de parabéns as duas escolas, os trabalhos são belíssimos e mostram bastante bem como a comunidade, como uma escola pode fazer a diferença. Quero dizer também que não são só essas duas. Existem inúmeras escolas em São Paulo, escolas na capital, na Grande São Paulo, no interior, muitas escolas, inclusive, que estão nos assistindo agora, via Embratel, que sabem do que estou falando, estamos falando de trabalho que as escolas desenvolvem e o fazem com muita qualidade. O que a Secretaria tem feito em termos de trabalhos de cidadania? São vários projetos. Existem 3 que gostaria de citar aqui. O primeiro deles é o "Parceiros do Futuro". Destacamos 130 escolas em regiões de risco. Fomos junto com a Secretaria de Segurança Pública, detectamos e mapeamos as escolas que estão em regiões onde os índices de violência são muito grandes. Essas escolas se transformaram em pólos. São 130 escolas pólo, elas agregam 10 escolas no seu entorno. E o que acontece nessas escolas? Elas ficam permanentemente abertas. Durante a semana para o trabalho pedagógico dos professores e alunos e aos finais de semana, a escola se abre para a comunidade como um todo. E como é esse negócio do "Parceiros do Futuro"? São gincanas, apresentações artísticas, mas, é sobretudo uma grande parceria com a sociedade civil. Isso está dando resultados fantásticos. O que é a parceria? Grandes empresas como a Telefônica, a Microsoft, elas são uma série de subsídios. A telefônica, por exemplo, desenvolve conosco um jornal em cada uma dessas escolas nos finais de semana, onde alunos e comunidade expressam as suas necessidades, as suas problemáticas. Microsoft nos ajudou com cursos de informática. Então esses são os

grandes parceiros. Agora, existem os parceiros locais, o que é uma coisa fantástica, porque de repente é o barbeiro que funciona no bairro há tanto tempo e que de repente agora está dentro da escola no final de semana ensinando jovens a cortar cabelo. E assim por diante. É a própria comunidade que vai para escola e começa a desenvolver uma série de atividades. São discussões que refletem os problemas do dia-a-dia daquele bairro, e assim por diante. Esses são os "Parceiros do Futuro". Ele já existe há um ano e meio e nos locais onde foi colocado, caíram muito os índices de violência. A Secretaria de Segurança tem acompanhado o dia-a-dia das ocorrências nesses bairros e o que percebemos é que, tirando a criançada da rua, levando para a escola nos finais de semana, eles conseguem estar canalizando a sua energia para coisas, atividades muito mais positivas. O segundo projeto que gostaria de citar, é um projeto, inclusive, que a professora da escola, comentou, "Prevenção também se ensina". Não acreditamos que exista uma fórmula que se bola no gabinete e passa para todas as escolas seguirem, mas acreditamos que cada escola, diante da sua realidade, diante das suas necessidades têm condição de desenvolver projetos de prevenção. E o "Prevenção também se ensina" funciona exatamente nesse sentido. Ele capacita professores, supervisores de ensino para que eles desenvolvam de acordo com suas realidades projetos de prevenção a Aids, as doenças sexualmente transmissíveis, e ao uso de drogas. O último projeto, dentre vários, mas que acho que merece um destaque, é o projeto das "Classes de aceleração". Hoje, estamos acompanhando pelos jornais, os resultados do SAEB, que é o Sistema de Avaliação do Ministério da Educação, que é feito no Brasil inteiro. O que acontece? As escolas hoje em São Paulo, e no Brasil como um todo, estão recebendo uma quantidade nunca vista antes de alunos. Para terem uma idéia, hoje, São Paulo atende 98,5% de todos os alunos em idade escolar. Apenas 1,5% está fora das escolas. Isso, ninguém contesta. Até os mais duros críticos, até os mais duros opositores, reconhecem que nos últimos anos foi feito um esforço enorme para trazer as crianças para a escola. Os índices de evasão despencaram e a quantidade de pessoas que antes estavam fora, hoje estão dentro da escola. O

"Classes de aceleração", é um projeto que visa diminuir a defasagem da idade com a série que o aluno deveria estar cursando. Aos 7 anos deveria estar na primeira série, aos 8 anos na segunda, aos 9 anos na terceira, o problema é que alguns alunos, por acumular muitas reprovações, eles têm 9, 10, 11 anos de idade e estão na primeira série. Bolamos esse projeto: "Classes de aceleração". Esses alunos de idade maior, são colocados em uma sala com 25, 30 alunos no máximo e eles têm uma série de materiais pedagógicos que são muito diferentes das classes do dia-a-dia. Isso é cidadania, isso é cuidar das pessoas. Isso é o cuidado que a Professora Daniela do Volny falou, de auto-estima do aluno. Não tem nada a ver um menino, uma menina de 11 anos de idade na mesma classe, com a criança de 7 anos. Os mundos começam a ser diferentes. Enquanto uma está pensando já em namorar, a outra ainda está fazendo desenho de florzinha. Naquela classe de 7anos, tem que ter criança de 7 anos. E o pessoal que estiver defasado, é preciso criar toda uma dinâmica que respeite essas pessoas e que faça com que eles avancem nos estudos. O "Classes de aceleração", recebeu um prêmio do UNICEF, que é o prêmio "Betinho", que é talvez o nosso maior símbolo de cidadania aqui no Brasil. Então, queria estar falando um pouco sobre esses três projetos, deixando a palavra para os demais participantes.

Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Agradeço ao Secretário Adjunto da Secretaria de Educação de São Paulo, Hubert Alqueres, passando agora a palavra par ao membro da Subcomissão da Criança e do Adolescente da OAB, Roberto Vomero Mônaco.

**O SR. ROBERTO VOMERO MÔNACO** - O meu bom dia a todos, em primeiro lugar gostaria de parabenizar a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pela realização deste Seminário Cidadania Educando para o Século 21, e agradecendo ao Deputado CLAUDY Alves da Silva que coordena esta Fórum pelo

convite feito. Mas, antes de mais nada, os senhores me permitirão, uma evoção histórica. Aqui nesta Mesa de debates está o Deputado Dimas Eduardo Ramalho, com o qual tive a felicidade de compartilhar uma experiência de cidadania que é muito singular, ou seja, a responsabilidade de dirigir uma entidade estudantil, a entidade estudantil mais tradicional deste País, o Centro Acadêmico 11 de Agosto, num momento, em que, falar na palavra liberdade era enfrentar exatamente uma ditadura militar perigosa e correr todos os riscos possíveis e imagináveis. Portanto, a minha maior felicidade pessoal, é ver que esta luta e esta afirmação de cidadania e de vontade política deu um maravilhoso resultado. Quando vejo cada um de vocês nessa sala, a buscar entender e buscar realizar o que é cidadania, eu realmente digo, valeu a pena a luta é a história da cidadania. E, a cidadania no Século 21, como disse o Sobel, ela não é diferente da do Século XX, nem da Século XIX, ela é sempre uma pedagogia permanente de direitos, é sempre a buscas incessante daquelas conquistas que são essenciais para a qualidade e a dignidade da vida humana. Portanto, meus amigos, meus jovens, a história da cidadania no Século 21, é exatamente a busca incessante de que cada um daqueles direitos que chamamos diariamente de direitos humanos sejam realidade. Quando falamos na absoluta indispensabilidade, de negarmos a violência como expressão cotidiana, quando falamos exatamente na necessidade de termos uma educação de qualidade, acesso à cultura, ao lazer, à criação, enfim, a tudo aquilo que transforma cada um de nós, num ser humano capaz de exercer com toda força e sensibilidade o seu papel dentro da sociedade. Isto não pode ser nem discurso, nem palavrório, tem que ser verdade. E acho que a geração do Século 21, é uma geração verdade, é uma geração que não se acomoda diante de qualquer promessa vazia, não se acomoda diante de qualquer espécie de intimidação. Ou seja, vocês são exatamente a expressão da busca incessante do direito à cidadania. E espero que cada um de vocês, ao longo das suas respectivas vidas, nunca venham a trair este compromisso.

Gostaria, neste momento, de dar uma especial ênfase a uma conquista de vocês que a todos dia corre riscos neste País. Este País foi capaz de construir o Estatuto da Criança e do Adolescente a partir de uma escolha que é o da prioridade absoluta e o da proteção integral da criança e do adolescente. Nenhum País do mundo tem uma legislação tão perfeita e que serve hoje de modelo para debate mundial. No entanto, a realidade que vemos é a realidade mais iníqua, é a realidade mais degradante. Por que? Porque, de fato a prioridade absoluta não se transforma em realidade. E para se transformar em realidade é indispensável que cada um de nós e em especial vocês, sejam capazes de cobrar, cobrar de cada um dos responsáveis. E esses responsáveis são exatamente, a família, o Estado e a sociedade, para que isto aconteça com toda força que precisa acontecer. Quando se fala de maneira muitas vezes dura em relação à qualidade ou à insuficiência das políticas públicas, na área de educação, saúde, cultura, assistência social, nós não estamos realizando um exercício de disputa política, nem tampouco realizando uma crítica contundente. Estamos, isso sim, dizendo a cada uma daqueles que têm a responsabilidade, seja no âmbito do Poder Legislativo que acaba por definir o conteúdo definitivo do Orçamento, quanto ao Poder Executivo que tem a responsabilidade de executá-lo, que as prioridades precisam realmente se transformar em realidade. E, para mim, esta é a palavra síntese da cidadania para o Século 21, as prioridades têm que se transformar em realidade. As prioridades devem ser sentidas a cada dia, em cada momento, e em cada espaço que cada um de nós vive. O respeito à diferença, o respeito à sensibilidade e à singularidade de cada uma das pessoas, é exatamente o pré-requisito para a vida em sociedade no espaço escolar, no espaço do bairro, no espaço da cidade. E é exatamente descobrindo cada uma dessas peculiaridades que nós vamos realizar a grande tarefa, que é a tarefa de construir um País cuja identidade é a identidade da cidadania e não a identidade do sofrimento, da exclusão. Hoje, seguramente, temos à nossa disposição meios tecnológicos infinitamente muito mais ricos do que qualquer outra geração teve. Ou seja, a nossa possibilidade de tratar a informação,

distribuir a informação, disseminar a informação é enorme. A um toque de dedos visitamos uma biblioteca, seja em Paris, um museu na Itália, e assim sucessivamente. Mas, o que quero é exatamente que esteja ao alcance da nossa mão, a um toque de dedo o exercício da dignidade de cada um dos jovens, cada uma das crianças, cada um dos cidadãos deste País.

Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Agradecendo as palavras do Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Roberto Vomero Mônaco, passo agora, por último, nesta primeira parte destes debates, a palavra ao desembargador Ricardo Henrique Levandoswisk, representando o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**O SR. RICARDO HENRIQUE LEVANDOWISK** - Inicialmente, gostaria de agradecer o convite que me foi feito, foi feito ao Tribunal de Justiça, para participar deste importante evento, e gostaria de parabenizar também logo de início, os incansáveis, combativos deputados Claury Alves da Silva e Dimas Ramalho, cumprimentando também, antes de adentrar no tema propriamente dito, os componentes da Mesa, os prezados alunos, professores que nos ouvem. Exercer a cidadania, para mim, significa basicamente participar das decisões que afetam a vida da comunidade. E ao contrário do que possa parecer, participar dessas decisões, não significa apenas atuar nos órgãos governamentais. Mas, significa realmente participar já no seio da família, na escola, no bairro, nos clubes, nas entidades de classe, nos sindicatos, nos partidos políticos, é preciso estar sempre ligados, sempre participando dessas decisões importantes que afetam a sociedade.

Lembro que a nossa Constituição de 88, a nova Constituição de 88, ela criou uma série de instrumentos importantes, eficazes para a participação da cidadania, na gestão da coisa pública. Deu um salto qualitativo extremamente importante de uma democracia meramente representativa, que é aquela em que o cidadão participa do Poder através de representantes eleitos exclusivamente, ela passou a



realmente consubstanciar uma democracia participativa, em que o cidadão pode participar diretamente da gestão da coisa pública, em determinadas circunstâncias e através de certos instrumentos, como por exemplo, o plebiscito, o referendo, a iniciativa legislativa popular, que significa a possibilidade de encaminhar projetos de lei ao Parlamento Nacional, Estadual e Municipal, através da participação do Planejamento Municipal, através da fiscalização da gestão do dinheiro pública, de defesa do patrimônio ambiental, cultural, histórico. De maneira que há uma série de instrumentos hoje criados, que possibilita, inclusive, a participação numa série de conselhos na área do meio ambiente, na área da educação, na área da saúde. Portanto, é preciso participar. Mas, para participar é importante que conheçamos os nossos direitos. E para que conheçamos os nossos direitos é importante que nós leiamos a Constituição Federal, que nós nos informemos dos direitos que existem também na Constituição Estadual, que é extremamente avançada, que inclusive, contempla para os cidadãos paulistas mais direitos ainda do que a própria Constituição Federal. É importante que nós conheçamos também a Lei Orgânica do Município, e também o Estatuto da Criança e do Adolescente como lembra a Professora Dina. Então, são textos importantes, fundamentais e é importante dizer isto, são textos fáceis de serem lidos, não são textos de compreensão exclusiva para os especialistas. É importante que esses textos sejam discutidos nas escolas, através de seminários, através de grupos de estudos formais e informais. Portanto, como minhas palavras iniciais, gostaria de dizer que este nosso Brasil só vai mudar, mudar para melhor, mudar em direção ao pleno atingimento do bem comum, através de uma intensa participação da cidadania na gestão da coisa pública.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Muito obrigado ao desembargador Ricardo Henrique Levandowisk, representando aqui neste evento o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Lembrando, mais uma vez, você que acompanha essa transmissão ao vivo, que pode enviar perguntas pelo Fax 11 - 3884-1885 e também por e-mail [forum@al.sp.gov.br](mailto:forum@al.sp.gov.br). Lembrando também aos participantes aqui do

Auditório Teotônio Vilela, que também vão poder fazer perguntas durante a realização deste evento. Agora, vamos acompanhar uma nova seqüência de depoimentos gravados.

É exibida a gravação dos depoimentos.

Cidadania é o indivíduo que tem consciência do papel dele dentro da comunidade política em que vive. É ter consciência dos seus direitos, dos seus deveres e principalmente ter consciência de que a Nação Brasileira, vai ser construída com base na justiça e na solidariedade. De todos os segmentos de violações de cidadania que hoje vivemos em nosso País, aqui vai a questão da moradia, a questão da Educação, as carências em geral, acabei canalizando a minha experiência para a questão carcerária, que é onde se vê dentro da questão carcerária, onde se encontram as pessoas que são mais violadas nesses direitos fundamentais da pessoa humana, violadas na sua dignidade, violadas na ausência de assistência às suas necessidades mais básicas. E, dentro da questão carcerária, o que eu busco, o que eu acredito é o que o meu trabalho me levou hoje a tratar, na Secretaria de Administração Penitenciária, é criar mecanismos de re-socialização, mecanismos em que se possa fazer com que o indivíduo encarcerado, compreenda a razão desse encarceramento, compreenda que a partir daquele momento ele tem a grande chance de se tornar um cidadão e lutar pelos direitos e cumprir os deveres dele.

Cidadania, é a possibilidade de que todos os seres humanos sejam tratados com dignidade, respeito e com absoluta igualdade. Igualdade de direitos e igualdade de oportunidades.

Na área de portadores de deficiências, cidadania significa o direito de ir e vir, significa ter acesso à educação, acesso à profissionalização, ao trabalho. Porque

hoje, esse segmento está marginalizado ainda da sociedade. Então, ser cidadão brasileiro, significa ter os direitos que quaisquer um dos cidadãos têm. Só que esse segmento parece que ainda não é assim, não são cidadãos, ou são tratados como meio cidadãos. Então, para o Século 21, o que esperamos? Que o portador de deficiência viva plenamente, tenha todos os seus direitos resguardados como tem qualquer cidadão "normal". Então, acho que não existirá Século 21, não existirá nova era, se essa população não estiver incluída na sociedade.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Gostaria de comunicar que o Deputado Dimas Ramalho do PPS, teve que se ausentar do evento por alguns instantes, porque ele é Presidente da CPI do Narcotráfico da Assembléia Legislativa, que começa a ouvir depoimentos neste instante. Neste momento, abro a palavra à platéia, quem tiver alguma pergunta, por favor se identifique e identifique qual o entrevistado, qual membro da Mesa deseja que responda a pergunta. (Pausa) Alguma pergunta já, por favor levante a mão, para podermos identificar. Enquanto a pergunta vai sendo formulada, passo a palavra, mais uma vez, para a Professora Dina Lida Kinoshita, que vai fazer algumas considerações.

**A SRA. DINA LIDA KINOSHITA** - Gostaria de dizer que estamos vivendo num mundo complexo e interdependente e que a globalização em curso, ela engendra uma série de problemas, mas ela também traz perspectivas novas que bem encaminhadas, podem levar, inclusive, a uma cidadania mundial. A cidadania deixa de ser uma questão local, nacional. As migrações que têm havido pelo deslocamento do mundo do trabalho e uma série de outros problemas, têm levado a esse tipo de problema. Agora, essa sociedade mais complexa e mais interdependente, ela necessita de um conhecimento profundo de novas realidades. Então, eu queria fazer uma mensagem, como professora, acho que para vocês jovens, um ato de cidadania, é estudar para ter uma formação de bom nível e poder entender bem o que está acontecendo no mundo e como interferir nele no sentido

positivo, porque, podemos ter tanto soluções que leve até à barbarie, como soluções que vão no sentido de um conagraçamento mundial, de uma justiça para todos. Então, eu reitero que uma das tarefas cidadãs dos jovens é levar a escola a sério, estudar e se aprofundar no conhecimento. A outra coisa que gostaria de dizer, é que, em função das considerações que falou o representante da Secretaria da Educação, é que eu não vejo mau nenhum no fato de um jornal estar criticando uma escola. Eu acho que as críticas fazem parte desse aprendizado e as vezes aprofundam as questões. É claro, existem muitas pessoas que criticam o assistencialismo e recolher víveres pode ser uma mera ação de assistencialismo. Mas, dependendo de como ela é encaminhada, se deu uma série de elementos aqui, ela pode levar a uma série de outras considerações. Quando se recolhem latinhas, pode-se discutir a questão da reciclagem que hoje é uma das questões centrais do meio ambiente equilibrado. Quando se recolhe jornal a mesma coisa. Mas, no momento em que se distribui víveres para determinadas associações, pode-se discutir, inclusive, questões alimentares com a população, questão de saúde. Então, as vezes uma crítica, ela faz parte da questão democrática e aí ela dá uma abertura para toda uma nova discussão. Então, eu acho que é salutar que haja opiniões diferentes na sociedade e isso enseja novas soluções para as problemáticas que vêm surgindo.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Agradeço à conselheira, Dina Lida Kinoshita, pela participação mais uma vez e comunico que já estamos recebendo uma seqüência de e-mails e fax. Então, pediria aos membros da Mesa que fossem, na medida do possível, breve nas respostas. Inicio com um e-mail que não está identificado, direcionado ao Professor Hubert, Secretário Adjunto de Educação. A pergunta é a seguinte: A Secretaria da Educação não poderia fazer parcerias com a Secretaria da Justiça, com a Assembléia e com o Poder Judiciário para incrementar a cidadania nas escolas?

**O SR. HUBERT ALQUERES** - O que acontece é o seguinte, não só poderia como tem procurado fazer. Aqui mesmo o pessoal da Volny participou do Parlamento Jovem. O que é o Parlamento Jovem? A Assembléia tem 94 deputados, se não me engano, e anualmente fazemos uma grande divulgação nas escolas estaduais de São Paulo, as 6 mil, contando o que é a Assembléia, como é esse processo de elaboração de leis. E aí os alunos e as escolas se inscrevem para terem eleitos os deputados jovens das escolas. Isso sempre acontece no final do ano, a posse simbólica dos 94 deputados e é interessantíssimo, porque depois na Secretaria, passamos a receber propostas e projetos desses estudantes. A Secretaria da Cidadania, a Secretaria de Justiça é um secretaria com a qual temos feito várias parcerias para distribuição de materiais para as escolas. Imprimimos esses materiais em conjunto, e depois levamos para as escolas e se capacitam professores para poderem trabalhar com esses materiais. Por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que o Dr. Roberto citou e elogiou com toda propriedade aqui.

Agora, é claro que tudo o que se possa fazer e que tem sido feito, é sempre pouco, porque queremos mais. Temos que fazer mais coisas, temos que dinamizar cada vez mais essa questão da cidadania. Então, as sugestões sempre serão bem vindas e vamos procurar estudar e implementá-las na medida do possível.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Muito obrigado. Passo agora, uma pergunta que chegou, também não está identificada, para o Desembargador Dr. Ricardo Henrique Levanowisk. Dr. Henrique, o que o Poder Judiciário pode fazer para divulgar nas escolas a importância do trabalho dos juizes? Em seguida vem uma outra pergunta: como podemos ter acesso aos juizes para fazer parcerias?

**O SR. RICARDO HENRIQUE LEVANOWISK** - Pergunta excelente e quero dizer desde o início que o Magistrado, o juiz é o último baluarte do cidadão injustiçado. É o último defensor, representa a última trincheira de proteção dos

direitos fundamentais. Mas o juiz e o Judiciário, são realmente os ilustres desconhecidos. Eles não vão à televisão, não vão ao rádio, não vão à mídia de modo geral, isto por uma razão muito clara, que é exatamente a proibição legal do juiz se manifestar sobre casos que ele esteja julgando. O juiz não pode se pronunciar sobre questões que ele esteja analisando justamente para defender as partes, para evitar um pré-julgamento. Então, o Judiciário e o Juiz são os ilustres desconhecidos. Mas, eu acho realmente que há muito que se fazer e é importantíssimo que a comunidade, que a cidadania de modo geral conheça o Judiciário, conheça o trabalho dos juizes. Eu acho que nós podemos inaugurar agora, através aqui do Fórum da Cidadania, quem sabe, um programa de visitas das escolas por todo Estado de São Paulo, aos juzados especiais, os antigos juzados de pequenas causas, aos tribunais de juri, aos trabalhos dos juizes cíveis e criminais e mesmos aos trabalhos dos juizes de segunda instância. Proponho-me desde logo, temos carta branca do Presidente do nosso Tribunal de Justiça, o Desembargador Márcio Bonilha para colaborar amplamente com a Assembléia Legislativa e com o Fórum da Cidadania nesse sentido.

Fica, então, em aberto essa proposta e teremos o maior prazer em concretizarmos a mesma.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Muito obrigado. Passo agora uma pergunta que vem de São Pedro, está direcionada ao Dr. Roberto Mônaco. Dr. Roberto, como esperar que o menino da FEBEM não seja um eterno delinqüente se a sociedade não quer saber dele?

**O SR. ROBERTO VOMERO MÔNACO** - A pergunta contém em si a própria resposta. Ou seja, quando a sociedade é incapaz de assumir a sua responsabilidade e conseqüentemente resgatar este adolescente que cometeu um ato infracional, ou seja, quando na verdade, não se foca na idéia permanente de resgatar da exclusão social a situação do adolescente que está internado na

FEBEM, nós teremos um problema de natureza permanente. Portanto, temos que caminhar com toda rapidez e com toda avidez necessária para mudar esse cenário que vemos hoje no Estado de São Paulo, no qual o espaço de uma instituição como a FEBEM, longe de representar a possibilidade do resgate deste adolescente é exatamente a porta de entrada de um sistema que vai excluí-lo para sempre do convívio social, ou seja, que é o espaço inclinado da marginalidade, o espaço deprimente do crime. Portanto, vamos ter que agir com muita determinação, com muita força e com muita disposição para reverter essa realidade, no mais curto espaço de tempo.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Passo agora às perguntas da platéia. Por favor, levanta a mão se identificando.

**O SR. TIAGO LUIZ SANTORO** - Escola Volny de Carvalho Ramos - Gostaria de perguntar ao Sr. Hubert Alqueres, o senhor falou de as escolas abrirem de final de semana que tem um projeto no qual 130 escolas já foram abertas e está sendo super útil. Nós também já fizemos esse projeto, só que a Diretora falou que a Secretaria da Educação não permite assim, precisa fazer um projeto grande, porque são algumas escolas só que são escolhidas para isso. E nós gostaríamos de implementar na nossa. Só que também tem o problema do dinheiro, porque precisaríamos pagar funcionários para estarem lá tomando conta do espaço físico da escola e além de voluntários, lógico, professores ou pais de alunos estarem lá. Precitaria de alguém para estar lá. E a escola não tem esse dinheiro. Tem que fazer projetos, festas para arrumar dinheiro e não se tem condições para isso. Gostaria de saber, porque os próprios professores dão curso de teatro, os próprios alunos dão curso de música. Como o senhor mencionou do barbeiro dar o curso, os pais podem fazer isso e os alunos, a sociedade. Mas eu gostaria de saber porque precisa de uma verba e precisa acabar com essa burocracia, para não ser só 30 escolas e sim

cada escola que tiver capacidade e quiser fazer isso, poder fazer isso junto com a Secretaria de Educação.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Obrigado, pode responder, professor.

**O SR. HUBERT ALQUERES** - Está super bem colocado, O que acontece é o seguinte, tenho explicado, Tiago, que são 135 escolas que fomos junto com a Secretaria de Segurança Pública, mapeando. São regiões bastante complicadas. Ali onde o Volny fica é uma região que não tem a mesma problemática, a mesma gravidade de problemática que essas outras todas. E cada uma dessas 130 é um pólo para 10 escolas do entorno. Na verdade, 130 escolas, estamos falando na realidade em 1.300 escolas da capital e grande São Paulo.

Agora, com relação ao que você está dizendo, acho que a primeira característica para uma escola participar como parceiro, sempre foi assim, é ela querer. Ela tem um capital, um potencial humano ali dentro que possa dar continuidade e desenvolvimento a atividade, abrir a escola no final de semana e tem muita gente da comunidade entrando, saindo, em atividade. A Secretaria tem repassado recurso para as escolas e ela tem repassado recursos, inclusive, em quantidades nunca antes vista. Quando conversamos com qualquer diretor de escola Estadual em São Paulo, ele vai reconhecer que nunca a escola dele recebeu tanto recurso como na administração do Governador Covas. Para se ter idéia, de 90 a 94, foram 16 milhões de reais. Agora, de 95 até agora, foram 600 milhões de reais, 100 milhões de reais por ano direto para as escolas, por causa daquilo. A escola tem que saber qual é a prioridade dela. Qual é a prioridade do dinheiro que ela recebe. E não pode ser o diretor, tem que ser a APM - Associação de Pais e Mestres, porque assim se tem todo conjunto desenvolvendo as suas prioridades. Se acontece, não sei, essa é a idéia, de passar recurso. Aqui para a Volny, inclusive, tenho uma tabela, que posso passar daqui a pouco, com todos os valores que foram repassados para a escola anualmente. Isso deveria estar na entrada principal para



que pais, mestres tomassem conhecimento. A sugestão é boa e vamos analisar a possibilidade do Volny estar no projeto.

**O ROBERTO LIMA** - Mais alguma pergunta na platéia? (Pausa)

**A SRA. NEUSA ALEIXO SALOVITZ** - Somos do movimento que se chama "Voto Consciente". E aproximadamente 9 anos, freqüentamos a Assembléia, acompanhando as comissões, acompanhando o plenário, todo movimento aqui da Assembléia. Temos notado que nesta legislatura, realmente, número de audiências públicas, levantamento de problemas têm sido extraordinário, mais do que já tínhamos visto nos outros anos. Agora, gostaríamos de saber até que ponto realmente todas essas audiências e toda essa movimentação, inclusive de especialistas das mais diversas áreas, que fazem com que aprendamos muito também, até que ponto isso influencia realmente nas leis e tudo isso? Porque realmente, notamos por exemplo, acompanhamos o Legislativo e quando muitas vezes vemos o Executivo vindo aqui, há uma discrepância muito grande nas informações deles e no que acompanhamos aqui no dia-a-dia. Então, é isso que gostaríamos de saber, até que ponto todas essas audiências públicas podem influenciar no andamento das leis, no andamento do Estado?

**O SR. ROBERTO LIMA** - Obrigado. Passo, então, a palavra ao Deputado CLAURY Alves da Silva, do PTB, coordenador desse Grupo Temático, do Fórum e que responde aqui no momento pelos parlamentares.

**O SR. CLAURY ALVES DA SILVA** - Antes de responder, gostaria de cumprimentar o movimento "Voto Consciente" e dar o testemunho de que realmente temos visto, com uma freqüência muito grande a presença das senhoras, dos componentes do Movimento "Voto Consciente", no plenário, que têm acompanhado o trabalho desta Casa, não só em plenário, mas também nos diversos eventos que

são realizados. Especificamente com relação à pergunta da Da. Neusa, a influência é ela que baliza os trabalhos dos deputados, uma vez que quando transformamos a Assembléia Legislativa numa caixa de ressonância, não só das questões de governo, mas das questões da sociedade, passamos, então, a balizar as decisões de plenário. Nas deliberações, é lógico que vem à tona toda a questão reivindicatória por parte da sociedade. Como governar é eleger prioridades e isso temos visto aqui com muita seriedade em todos os setores, ontem ainda tivemos uma audiência pública com relação à criação da agência chamada "APTA" - Agência de Agro negócios, que envolve 6 institutos de tecnologia, especialmente na área da agricultura e nós da comissão de cultura, ciência e tecnologia realizamos uma audiência pública para ouvir a comunidade científica com relação a essa questão, a criação da agência que visa, acima de tudo, integrar as ações dos institutos de pesquisa na aplicabilidade das suas ações, das suas pesquisas, no que se refere ao desenvolvimento, ao progresso, especialmente do interior de São Paulo. Uma das questões levantadas lá e que passamos a refletir bastante, é tirar do eixo São Paulo/Campinas as questões de pesquisa do Estado de São Paulo. Elegemos o Estado de São Paulo como um todo, desenvolvendo as diversas regiões, desde o Pontal do Paranapanema, desde as questões dos assentados, dos pequenos produtores rurais. Portanto foi uma audiência pública extremamente importante, que a própria comunidade científica encarou ontem, após 5 horas de audiência, de depoimentos, de reivindicações, de acalorados debates, a importância dessa questão. E o resultado foi que sem dúvida, todos os deputados membros da comissão passaram a balizar de acordo com aqueles depoimentos as suas posições com relação a esse projeto. Portanto, a Professora Neusa está de parabéns por suas colocações, as suas posições com relação a isso. Quero dizer que a Assembléia Legislativa na pessoa do seu Presidente, Deputado Vanderlei Macris tem feito um esforço muito grande nesse sentido. O próprio Parlamento Jovem que aqui foi citado, é um exemplo de fazer com que a Assembléia Legislativa não seja nenhuma caixa preta, pelo contrário, que nós aqui sejamos realmente uma caixa de

ressonância da população no que se refere às suas reivindicações, as suas prioridades. É a isso que a Assembléia Legislativa está cumprindo o seu papel, não tenho dúvida nenhuma disso.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Deputado CLAURY, aproveitando, chegou uma pergunta de Piracicaba, da professora Rogéria Bastos, que, acho que mais ou menos o senhor até já respondeu, caso queira apenas complementar. A pergunta é a seguinte: como a Assembléia e os deputados podem resgatar a importância do Parlamento junto à população?

**O SR. CLAURY ALVES DA SILVA** - Em primeiro lugar é isso que estamos fazendo aqui. É preciso que possamos contribuir para a construção da consciência crítica do cidadão. É importante que cada cidadão, cada jovem, cada pessoa que ao assistir, ao ler uma notícia, ele possa ter a sua própria consciência crítica, possa analisar a que se leva as questões colocadas numa notícia, numa informação. Essa consciência crítica é que nós estamos aqui querendo produzir, através desse Grupo Temático Cidadania. É levar o cidadão a conhecer os seus direitos com a maior plenitude possível para que ele possa ter essa consciência crítica. Se levarmos em consideração um dado que temos aqui no caderno que vamos distribuir, em que existe 400 mil paulista numa situação de indignância, ou seja, com uma renda per capita menor do que 80 reais, como fazer com que esse cidadão, esteja incluído também nesse rol de direitos que ele tem, assegurados por um conjunto de leis e pelas próprias Constituições, a Federal, Estadual e mesmos as leis orgânicas dos municípios. Então, a participação da Assembléia justamente é construir isso. É fazer com que o Poder Legislativo passe a ser um poder forte, porque já disseram isso, que não existe um poder mais forte do que o outro, existe um poder mais fraco do que o outro. É um pouco diferente nas colocações. Se o Poder Legislativo fica subserviente a outras questões, não estaremos contribuindo com a democracia. É preciso que aqui nós possamos fazer realmente aquilo que é governar, ajudar a

governar, naquilo que reflete os anseios da população, mas de uma maneira muito clara e transparente. O Poder Legislativo tem que ser entendido como um Poder importante, porque é o que está mais próximo da população. É isso que precisamos sempre entender. A quem interessa - essa é uma pergunta importante, principalmente aos jovens - desmoralizar as instituições? A quem interessa desmoralizar o Poder do povo, do Legislativo, cujos componentes são eleitos de forma direta, pela própria população? A quem interessa, a desmoralização do Poder Judiciário? Essas questões precisamos analisar com muito critério, muita calma e dessa forma, conhecendo os nossos direitos, os nossos deveres como cidadão, para que possamos realmente praticar uma democracia justa para todos.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Passo agora a pergunta ao Secretário Adjunto da Educação. A pergunta vem do Bruno Lucas de Campinas. Secretário, como a Secretaria da Educação repassa as experiências positivas de escolas como a Volny, para as outras da rede estadual?

**O SR. HUBERT ALQUERES** - Uma das formas de fazermos essa vitrine de experiências, são nas inúmeras reuniões que são feitas com dirigentes de ensino, com supervisores e com diretores de escola. Agora mesmo fizemos uma rodada com 15 mil diretores e supervisores, o que chamamos de "Circuito Gestão", no qual foram abordadas exatamente as melhores experiências, experiências interessantes, de boa gestão de uma escola. E, além disso, temos feito algumas publicações. Recentemente saiu uma publicação com os 50 melhores trabalhos na área de prevenção. Então, selecionamos, inúmeras escolas mandaram seus trabalhos e 50 das escolas foram selecionadas para que pudéssemos descrever a experiência. O prevenção, também fizemos uma amostra que foi ali na própria estação República do Metrô, onde ficaram exibidos cartazes e experiências, jovens fizeram algumas oficinas ali para mostrar que tipo de trabalho de prevenção as escolas estão fazendo. Recentemente, nos inscrevemos em diversos congressos, em prêmios,

procuramos mostrar o trabalho de São Paulo, para ver que tipo de reconhecimento que se tem ou não. Então, por exemplo, a revista Nova Escola que está nas bancas, ela mostra experiências de sucesso no Brasil inteiro. Várias delas são das escolas estaduais de São Paulo. Então, sempre que possível, procuramos fazer isso. A semana passada estivemos na França, mostrando alguns projetos na área de informática e a audiência foi muito interessante porque eram de países subdesenvolvidos, muitas pessoas da África e onde pudemos mostrar as nossas experiências de São Paulo. Então, na medida do possível, temos procurado mostrar, porque como diz o Professor de Campinas, é importante que quem não tenha ainda tido aquela idéia, de repente vendo o que uma outra escola está fazendo, acaba por ver que é uma boa idéia e resolve fazer também. Aí isso dá uma melhoria significativa no dia-a-dia na qualidade de ensino da escola.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Muito obrigado. Peço, mais uma vez, aos membros da Mesa que tentem, na medida do possível, serem breves nas respostas por conta da quantidade de e-mails e perguntas da platéia que temos. Na continuidade, passo a pergunta do Paulo Sérgio, da Escola Estadual Cida Marques. Ele pergunta ao Dr. Henrique: o senhor disse que a Constituição é fácil de entender. Como então, fazer as autoridades cumprirem seus deveres e também os cidadãos para termos os nossos direitos? E também pergunta como fazer cidadania na prática?

**O SR. RICARDO HENRIQUE LEVANDOWISK** - Penso que o primeiro passo realmente para fazer com que todos cumpram a Constituição e a leis, é fazer com que a própria cidadania conheça a Constituição e as leis. Se o cidadão não conhece os seus direitos e os seus deveres e também as obrigações das autoridades constituídas ele não tem como cobrar isto delas. Então, é preciso realmente que nós nos informemos dos nossos direitos enquanto cidadãos, dos direitos da cidadania. Insisto muito nesse aspecto, a Constituição é fácil de ler, é importante começar a ler a Constituição, comecem a ler o artigo 5 e 6 da Constituição que são os artigos

fundamentais no que diz respeito aos direitos da cidadania. E, tomando gosto realmente por essa lei, avancem texto a dentro e comecem a ler a Constituição e vão verificar o quanto é um texto rico, interessante, estimulante. Esse é, sem dúvida nenhuma, o primeiro passo para cobrar das autoridades efetivamente o cumprimento dos respectivos deveres.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Muito obrigado. Passo agora a pergunta ao representante da OAB. A pergunta vem do Professor Enzo Aurélio Fitipaldi, de Ourinhos. Diz o seguinte: o Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxe vários benefícios para a consolidação da cidadania. Mas, que pontos foram destacadamente mais privilegiados?

**O SR. ROBERTO VOMERO MÔNACO** - O Estatuto é propriamente a definição mais singular de cidadania. Ou seja, se você não permitir o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, você não terá o cidadão. O Brasil, ao definir no texto constitucional como prioridade absoluta o desenvolvimento integral da infância e da adolescência, ele se coloca numa situação de vanguarda legislativa. Mais uma vez volto a insistir, esta vanguarda legislativa, este texto tanto o constitucional quanto o do próprio estatuto, tem que ganhar as ruas, tem que virar realidade, tem, exatamente, que transpor o espaço que separa um cenário de violência, dentro e fora das escolas, de desestruturação familiar, de falta de qualidade quando não falta acesso à Educação, à Saúde e à Cultura. Ou seja, a cada uma das atividades que são desenvolvidas no cotidiano, o ato de educar, o ato de criar, o ato de praticar esportes, em cada um desses momentos está a afirmação do conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, cada um de nós, tem a responsabilidade, não só de colocar em prática, de um lado, como de outro lado cobrar resultados. Ou seja, é uma lei que envolve a todos nós. Se o destinatário da proteção é a criança e o adolescente, a responsabilidade pelo cumprimento é de todos nós, sem qualquer espécie de exclusão.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Muito obrigado. Temos agora uma pergunta na platéia. Pode falar, identificando-se por favor.

**A SRA. RENATA BRANCA SANTORO** - Tenho uma pergunta a fazer ao Sr. Hubert Alqueres. Sendo Secretário Adjunto da Educação, o que você responderia para os jovens que vivem nas ruas e não têm oportunidade de exercer a cidadania, por exemplo, o estudo, saneamento básico, a cultura?

**O SR. HUBERT ALQUERES** - Renata, acho que não se consegue resolver todos os problemas do mundo estalando os dedos. É um caminho, é um processo. Nos últimos 6 anos, na Secretaria da Educação, temos procurado trilhar um caminho de melhoria, de atrair para a escola a maioria das pessoas que estão fora da escola. E, estamos sendo bem sucedidos nesse caminho. Hoje temos 98,5% das crianças em idade escolar dentro da escola. Uma das coisas que fizemos dentro da Secretaria, que foi muito importante, foi levar o período de aula para 5 horas. Todo mundo sabe que quanto mais tempo na escola, mais o aluno aprende. E, mais tempo está fora da rua e dos problemas das ruas. Fizemos, por exemplo, a reorganização das escolas. Acho que isso para os jovens foi uma coisa muito importante. Porque, quando houve a separação de primeira a quarta série e de quinta série em diante, o que acabou acontecendo? Pode-se criar escolas com a cara da clientela que ela recebe. Então, escolas de primeira a Quarta, hoje quando você no Estado de São Paulo, são escolas que são para crianças, que tem a carteira, que tem o canto de leitura, que tem o pátio de recreação. E passamos a aplicar muito recurso também às escolas dos jovens, de quinta série em diante. Por isso que desabou os índices de evasão nas escolas de São Paulo. Antigamente, tínhamos índices de 25% de evasão. De cada 100 alunos, chegava setembro, só tinha 75, 25 já estava na rua novamente. Hoje, os índices de evasão são muito menores no sistema de educação de São Paulo. Estão resolvidos todos os problemas? Não. Tem muitos problemas ainda para serem enfrentados, a questão

da qualidade, mais ainda a qualidade nas escolas de São Paulo. E, criança na rua, a sociedade inteira de São Paulo tem que lutar contra, não é só a Secretaria da Educação, não é só o Governador Mário Covas, mas toda sociedade juntos trabalhando para tirar as crianças da rua.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Muito obrigado. Temos outra pergunta aqui.

**O SR. CONSTANTINO** - Escola Volny de Carvalho Ramos - Gostaria de fazer a pergunta para o Deputado Claury Alves da Silva. Gostaria de saber como ficará a cidadania para os deficientes par ao senhor , no Século 21.

**O SR. CLAURY ALVES DA SILVA** - Essa é uma outra questão. Tem sido objeto de estudos dentro desse Grupo Cidadania a questão das minorias, as chamadas minorias, aqueles que têm uma dificuldade maior de acesso, até porque eles têm uma dificuldade maior de mobilização. Então, vemos a questão específica dos deficientes. Temos vários tipos. Vamos falar dos deficientes visuais. Quanta dificuldade eles têm para que sejam incluídos como consumidores, só, por exemplo. Quando um deficiente visual vai a um supermercado, como ele pode ser um cidadão comum, se mal ele tem condições de identificar os produtos que estão nas prateleiras para ele comprar, pagar? Hoje, temos aí e já fez 100 anos já, foi comemorado 100 anos do Braile e no entanto, vemos a dificuldade dos deficientes visuais em ter acesso ao Braile. Até um maquininha Braile que custa 1.400 reais eles têm dificuldade para poder fazer essa leitura. Então, toda essa questão, e aqui nesta Casa está sendo já elaborado um projeto nesse sentido em que as embalagens passem a ter caracteres em Braile identificando aquele produto, aquele alimento. Um deficiente visual não vai saber identificar uma lata de ervilha de uma lata de milho em conserva. Ele não vai conseguir identificar isso. Portanto, essa seria uma forma, através da lei, através do Poder Legislativo, de fazer com que os produtores, os industriais na área de alimentos possam incluir esses 800 mil



deficientes visuais para que eles possam também exercer mais a sua cidadania, principalmente como consumidor, a partir do momento em que tenham condições eles mesmos de identificarem os produtos que eles querem adquirir ou que querem consumir. Então, essa questão, para não me estender mais, com relação a outros, aos deficientes físicos que têm dificuldades até na sua locomoção, que é um direito constitucional de ir e vir, todas essas questões têm que ser abordadas, têm que ser colocadas para que possamos fazer realmente uma inclusão. Acho que esse é o caminho e não podemos, quando se falar de cidadania, nunca nos esquecer das minorias. Essas minorias que também têm direito como qualquer um de nós de praticar a cidadania.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Agradeço ao Deputado CLAURY. Vamos fazer uma pequena pausa na seqüência das perguntas para assistir uma nova seqüência de depoimentos.

É exibida a gravação de depoimentos.

- Cidadania na nossa experiência, significa que as mulheres possam ter os seus direitos, que têm sido bastante violados, principalmente na área do trabalho, na área da violência doméstica e também em outras áreas, na área da política, principalmente. Então são participações que as mulheres devem ter, principalmente buscando garantir que cada vez mais elas possam ter acesso a esse poder. Para nós, as mulheres que têm sido discriminadas, principalmente nesses direitos, significa ter os direitos humanos violentados.

- Cidadania sempre é complicado de definir. Porque nessa palavra cabe tanta coisa. E acho que cabe tanta coisa porque estamos falando de direitos e deveres e como é que se concilia essas coisas todas. Então, dentro dessa perspectivas de entender quais são esses direitos, quais são esses deveres hoje, o

Instituto sou da paz que começou com a campanha de desarmamento e que tem a questão simbólica por trás, violência não se combate com violência e nós precisamos, se queremos construir uma sociedade pensar no processo de participação de cada um para desenvolver essa cidadania. Hoje ampliamos os projetos e estamos trabalhando dentro da perspectiva dos jovens, dos alunos da escola, como é que cada um nesse processo de formação pode entender os seus direitos, os seus deveres e estar construindo aí um mundo melhor.

- Cidadania é a participação da sociedade civil dentro da deliberação da vida do Estado e do País também.

- O melhor exemplo de cidadania que podemos ter para os jovens, para os estudantes, acho que é participação nos grêmios, nas escolas estaduais, nos centros acadêmicos, nos diretórios acadêmicos, nos DCEs. Os jovens participando dessas entidades eles vão ter noção da ética, da cidadania, da participação. Isso é extremamente importante para eles próprios e para o País. Esperamos que os estudantes participem desses grêmios. Existe um projeto da Secretaria Estadual da Educação para fortalecer os grêmios, para criar os grêmios, o GOGÉ, o Grupo de Organização dos Grêmios Estudantis. E nós, na União Estadual dos Estudantes, estamos sempre procurando criar novos grêmios, incentivar a criação de Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos para que os estudantes, os jovens possam ter esse contato, essa participação efetiva na sociedade, nos problemas do País e deles próprios.

- Cidadania para mim é a participação da comunidade em todos os setores sociais, na educação, carcerário, hospitalar, em todos os setores. E essa participação conjunta da comunidade, da sociedade civil, representada pela comunidade nesses setores, trazendo de volta o sentido de comunidade em si, o

sentido de ser humano, de cidadão dentro de uma comunidade sua, ser co-responsável com o Estado para gerir esses problemas dentro do seu meio social.

- Cidadania no Século 21, o grande pensador italiano, Norberto Bobel, dizia que é muito difícil prever o que será cidadania. Mas o importante é trabalhar por ela no dia-a-dia, trabalhar por ela nas nossas relações pessoais e sociais e principalmente acreditar que somos capazes de construir um futuro melhor.

- Cidadania na nossa visão, é um conjunto de elementos legais, garantidos constitucionalmente, mas também a capacidade das pessoas e das comunidades se organizarem e desenvolverem alternativas comunitárias, tendo em vista a qualidade de vida num sentido mais geral. Daí a importância de que cada pessoa se sinta cidadão. Talvez o principal elemento da cidadania seja a auto-estima, a valorização do indivíduo como cidadão e a auto-percepção de que ele tem direitos e tem deveres. Seria como que criar um novo pacto social de responsabilidade individual e coletiva no cuidado com a cidade, no cuidado com o bairro, no cuidado com as relações sociais.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Antes de voltar com as perguntas da platéia, vou dar um minuto para a Professora Dina Lida Kinoshita, ela que é conselheira deste grupo temático, ela quer fazer algumas considerações que podem responder uma série de perguntas que já estão sendo formuladas.

**A SRA. DINA LIDA KINOSHITA** - Quero fazer uma consideração, logo depois da ditadura, o primeiro governo democrático deste País, ele fez uma vinheta. Essa vinheta dizia: dever do Estado e um direito do cidadão, diferentemente do que está sendo dito aqui pelas pessoas que estão sendo entrevistadas da sociedade civil. E, nas perguntas que têm surgido eu noto que há um viés que tem a ver com a

tradição brasileira de esperar sempre que as autoridades façam as benesses para o povo. Eu quero dizer que o povo tem que se organizar, a sociedade civil tem que se organizar e exigir as coisas que ela pensa que são justas, mas também ela tem que cumprir os seus deveres. Os deveres não são só do Estado. Então, vejo aqui muita pergunta, o que a Secretaria da Educação pode fazer por nós? O que a Justiça pode fazer por nós? Claro, o Estado tem que subsidiar e dar uma série de elementos. Mas, a sociedade civil tem que se organizar e exigir os seus direitos. E não contemplar esperando que as autoridades façam tudo.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Obrigado. Perguntas da platéia.

**O SR. EDSON ZANDONAR** - Sou aluno da Escola Pe. Manoel da Nobrega, e gostaria de perguntar ao Sr. Hubert Alqueres. Se ele tem alguma perspectiva de mudança com relação a facilitar o acesso às universidades públicas? Porque quando o aluno se forma no ensino médio ele tem poucas chances de entrar em uma. E, ao mesmo tempo não tem poder aquisitivo para cursar uma universidade privada.

**O SR. HUBERT ALQUERES** - Isso é interessante, o Professor La Rosca, Secretário da Educação, publicou na Folha, um artigo falando exatamente sobre isso. Na UNESP e na UNICAMP o universo de alunos que presta o vestibular, é mais ou menos na seguinte proporção: 70% dos alunos que prestam vêm de escolas particulares e 30% vêm de escolas públicas. Quando se pega o resultado de quem entrou lá dentro dá 70% das escolas particulares e 30% da escolas públicas. Se mantém a proporção. O que temos percebido é o seguinte: é que muitos alunos da escola pública, eles simplesmente não prestam o vestibular, porque eles têm uma auto-estima, têm um pouco essa visão que você colocou de que: não vou conseguir, não vou ser competitivo com os alunos da escola particular. Isso não é verdade. Quando você pega, por exemplo, a tua escola, o Volny, você vê

as imagens, são imagens de uma escola com muita participação, limpa, bonita, com as classes cheias de materiais pedagógicos pelas paredes, os professores envolvidos, a família envolvida. O que se percebe é que existem escolas pública ruins como tem escolas particulares ruins. Mas, existem escolas públicas muito boas, que estão fazendo um excelente trabalho, e os alunos deveriam prestar o vestibular, porque vão se surpreender, porque vão entrar na faculdade.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Outra pergunta da platéia.

**A SRA. SABRINA PERES** - Escola Volny de Carvalho Ramos - Gostaria de fazer uma pergunta para o Deputado Claury Alves da Silva. Vocês sabem que os aposentados ganham apenas 151 reais por mês p que é muito pouco. Enquanto isso, um político está ganhando o que um aposentado ganha num ano, isso o político ganha num mês. Tenho visto muito na televisão que os políticos não estão gostando nada da idéia de ser descontado deles para poder dar para os aposentados. Eu acho que vocês deveriam pensar que isso também seria uma cidadania da parte de vocês. Porque um aposentado ganha 151 reais por mês e ajuda uma pessoa na rua. Então, acho que também não custaria nada vocês fazerem isso. Então, a minha pergunta seria o que vocês acham em relação a isso e por que vocês acham errado descontar de uma pessoa que ganha razoavelmente bem, para dar para uma pessoa que precisa bastante, para pagar remédios, despesas escolares e outras coisas mais. (Palmas)

**O SR. ROBERTO LIMA** - Passo então, para resposta, ao Deputado Claury Alves da Silva.

**O SR. CLAURY ALVES DA SILVA** - Muito boa pergunta. Acho que essa é uma das questões em que temos que esclarecer. O salário mínimo de 151 reais, o salário dos aposentados essa é uma decisão, é uma discussão que é feita no

Congresso Nacional. Portanto em Brasília e são os Deputados Federais. Esse é o primeiro passo. Em segundo lugar, essa é uma questão que tem de realmente ser discutida. E essa discussão está sendo dada lá. Não se pretende de forma nenhuma, quando a Assembléia Legislativa atua nessa parte, abrindo essa discussão é justamente essa é a questão que se quer colocar, incluindo o Poder Legislativo como poder que merece críticas. Agora, é preciso que se apresente. Como aqui na Assembléia Legislativa, o Parlamento Jovem, os deputados que participaram do Parlamento Jovem, os chamados deputados mirins, apresentaram projetos de lei. Cada um deles apresentou um projeto de lei discutindo isso no plenário e aqui foram elencados projetos extremamente interessantes. E é justamente essa abertura do Poder Legislativo, principalmente da Assembléia Legislativa, que queremos discutir o futuro de São Paulo, do Estado de São Paulo, o futuro dessa população, são 17 milhões de habitantes, queremos discutir os excluídos, não é só a questão dos subsídios dos deputados, ou dos subsídios dos agentes políticos, é discutida toda uma questão maior, toda uma questão que envolve a inclusão. É justamente isso que estamos fazendo aqui, inclusive recebendo críticas do Poder Legislativo. Mas não é só o Poder Legislativo. E se partirmos para a questão também, será que é justo os juros que estão sendo cobrados daquelas pessoas que quase que já sem crédito, vão procurar alternativas para ter recursos, para que possam continuar a sobreviver? Será que é justo isso, esses juros extorsivos que estão sendo pressionados à população, principalmente à população de baixa renda? Então é essa a discussão que queremos. Não simplesmente a crítica pura e simples da questão da comparação do que ganha um deputado, do ganha um aposentado. São essas desigualdades. Essa é uma das desigualdades. E tantas outras que existem que queremos aqui avaliar. E é justamente o que a Assembléia Legislativa está fazendo ao abrir aos jovens. Porque se nós comprometemos a instituição, podemos criticá-la. E aqui recebemos sempre muitas críticas. Não posso, é lógico, aceitar a crítica no que se refere ao que você levantou, justamente porque aqui não é o foro que se discute o salário mínimo, ou

os proventos dos aposentados. Mas, aceito a crítica como Poder Legislativo e tudo aquilo que vier. Como devemos também estar envolvidos em todas as questões de cidadania. Como praticar a cidadania? Como incluir os jovens? Como incluir os negros? Como incluir a questão das mulheres? Como incluir os deficientes físicos? É justamente isso que nós queremos fazer, uma sociedade mais justa. E é justamente nessa consciência crítica. Mas, nunca comprometer, nunca desqualificar as instituições. Porque essas instituições, principalmente aquela, quando existe por exemplo, o poder autoritário, qual é o primeiro poder, qual é o primeiro ato de um poder ditatorial? É fechar o Poder Legislativo, porque ele é o poder do povo. E isso não podemos nunca fazer. É desacreditar do poder que o povo elege. O povo elege nas suas eleições democráticas, diretas, os seus representantes. E é a eles que devemos sempre estar inteirando nas informações, nas críticas, mas também participando como cidadãos de todas as decisões e de todas as discussões no que se refere ao desenvolvimento, ao direito e justiça social.

**O SR. ROBERTO LIMA** - Agradeço ao Deputado Claury e peço mais uma vez aos membros da Mesa agilidade nas respostas, uma vez que estamos chegando próximos ao final do evento, e as perguntas chegando cada vez mais. Tem uma pergunta aqui para o Deputado Dimas Ramalho, aproveito que ele acaba de voltar a fazer parte da Mesa. Deputado Dimas, a pergunta vem do Mário Sérgio de Araraquara e diz o seguinte: o senhor está na CPI do Narcotráfico investigando os criminosos. Como acabar com o crime? O senhor sempre lutou pela cidadania? A sua escola tinha professor de cidadania?

**O SR. DIMAS RAMALHO** - Queria, primeiramente, me desculpar com os senhores alunos, professores, senhores da Mesa, sou Presidente da CPI do Narcotráfico do Estado de São Paulo e no dia de hoje, quinta-feira, estamos ouvindo as pessoas responsáveis, supostamente responsáveis por deixarem fugir da detenção o traficante preso, condenado até o ano de 2018. Ele saía, passeava, saía

da penitenciária, ia no bairro, tomava cerveja e nós todos achando que estávamos protegidos. E estamos todas as pessoas envolvidas, no dia de hoje. Estava, exatamente neste momento num outro plenário. Os senhores podem imaginar a dificuldade que se tem de se ouvir as pessoas envolvidas, os agentes públicos, funcionários públicos. Estamos deixando totalmente nu esse problema, dizendo que ninguém foge de uma penitenciária, se não for com conivência de quem está lá para tentar segurá-lo. De qualquer maneira, quero dizer, respondendo para Araraquara, que realmente não tive uma cadeira específica de cidadania. Tive sim, professores que me ensinaram a ser cidadão. Por exemplo, tinha a professora da antiga primeira série do primeiro grau, professora de português, Eleuza, que me dizia que era necessário ler, jornal, livros, informar-se, não ficar restrito, sobretudo, simplesmente às matérias que tinha nas disciplinas, mas eu tinha que me integrar como cidadão na sociedade. E, eu participei desde garoto, como presidente do Centro Acadêmico da Escola, chama-se: "Liga Estudantina Machado de Assis". Posteriormente, na universidade, já disse aqui o meu amigo Roberto da OAB, compartilhamos de uma discussão profunda pela redemocratização do Brasil. E, acho que todos aluno, todo estudante, todo jovem, deve, principalmente, se situar no mundo, saber o que está ocorrendo ao seu redor, ler os jornais com olhos críticos, questionar os professores, os políticos, as autoridades do município. Isso é cidadania, é se informar. Eu tive uma orientação dos meus professores, todos eles, desde o início da minha vida, que antes de decorar aquelas fórmulas que todo mundo tem que decorar, você tem que saber o que acontece no seu dia-a-dia lendo jornais, livros, informando-se, criando grupos musicais, criando associações estudantis. Tudo isso faz parte da formação política, da formação de cidadão. Como combater o crime? O crime você vai combater dando condições ideais ou razoáveis de vida para toda a população, vai combater acabando com a impunidade no nosso País. qual é o maior exemplo que temos hoje no nosso Brasil? Que quem rouba bastante não vai preso.

Essa é a realidade que acontece infelizmente ou seja, se você coloca um pequeno bandido, o ladrão de galinhas ou que furta o botijão de gás na cadeia e deixa fugir o



traficante, como aconteceu na semana passada, condenado até o ano 2018 com bastante dinheiro, o que o jovem pode esperar disso? Qual é o exemplo que o jovem pode esperar disso? O descrédito absoluto nas instituições. É criar condições para que realmente a legislação seja aplicada, é criar condições para que a polícia possa operar com dignidade, é criar condições melhores para que o Ministério Público enfim criar condições para que o aparelho do Estado que são as instituições não deixem os traficantes, não deixe, os criminosos tomarem o lugar do Estado, ou seja, fazer realmente que o Estado seja melhor aparelhado e, sobretudo na época da juventude, na época dos jovens na escola que é onde começa tudo em termos de drogas e uma série de coisas possamos dar ocupação, dar condições para que sejam criados outros tipos de atividades como esporte, lazer, cultura que possa combater a criminalidade. Por outro lado são situações como essa que vivemos no dia de hoje que podemos contribuir com uma discussão como essa e o jovem de Araraquara que me fez essa pergunta enfim discussões como essa estão ajudando a melhorar a cidadania, melhorar a sua escola e sobretudo melhorar as condições de vida do povo brasileiro. Obrigado.

**A SRA. JACIRA** - Vice Diretora da Escola Padre Manoel da Nóbrega. A minha pergunta vai para o Dr. Roberto Mônaco, da Sub-Comissão da Criança e do Adolescente.

Aprendi desde muito pequena que direito e dever são intrínsecos e a gente percebe hoje na legislação uma evidência muito grande ao direito e o dever ficar de lado. A família se vê meio perdida porque ela acha que o filho só enxerga no estatuto os direitos e deveres praticamente não conhece, quando o normal seria: direito e dever caminhar lado a lado. Essa é a minha pergunta.

**O SR. ROBERTO MÔNACO** - Antes de mais nada é preciso entender que jamais se fala de direito dissociado de dever e nunca um precede o outro, ou seja, toda pessoa que tem direitos tem deveres e simultaneamente essas duas coisas precisam claras e afirmadas. Muitas vezes nesse país quando estamos diante de

uma nova legislação, de uma nova realidade há uma certa dificuldade em compreender novos conceitos, aceitar novos métodos, enxergar novas realidades.

Quero deixar muito claro e preciso é que os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente exigem responsabilidade, exigem integridade, exigem respeito. Os conteúdos do estatuto não conteúdos de impunidade, de facilidade, de simples descompromisso. Quando nós falamos nos conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente nós falaremos essencialmente numa pedagogia de direitos e uma pedagogia de direitos que jamais será desacompanhado de uma pedagogia de deveres, agora, o importante é ter claro que aquilo que é novo no estatuto precisa ser absorvido e trabalhado pela sociedade com toda a propriedade de um educador, daquele que vê crescer o seu filho, daquele que vê crescer o seu aluno, sabe que ele vai indagar, sabe que ele vai questionar, sabe que ele vai cobrar e é está a história do crescimento e da afirmação de todo ser humano.

**O SR. MÁRIO** - Sou da Escola Padre Manoel da Nóbrega. A minha pergunta é para o Alberto Alqueires sobre a iniciativa privada. Se há realmente projetos concretizados ou a para se concretizar de integração da iniciativa privada com a escola porque citado que a escola tem que funcionar por si mesmo, mas com uma boa retaguarda do Estado. Como é que a sociedade na escola pode buscar essa ajuda da iniciativa privada. A segunda pergunta é sobre o remanejamento que está sendo votado da Cidade de São Paulo de quinze por cento para um por cento e se isso vai afetar nos investimentos da educação na Cidade de São Paulo.

**O SR. ...** - Esse remanejamento não afetar porque a cidade de São Paulo ou seja, o poder municipal precisa aplicar trinta por cento dos seus recursos em educação e isso não mudou. Continua sendo trinta por cento. O que está em discussão é uma questão de coerência porque o partido se elegeu e sempre pregou um por cento e agora está falando em quinze por cento. A grande discussão é em termos de coerência.

Com relação à questão da participação da iniciativa privada o que temos feito é incentivado, quer dizer, nós não temos nenhum preconceito com relação à iniciativa

privada porque achamos que ela dever ser bem vinda, que é diferente do passado quando existia uma postura muito ruim nesse sentido que alegava que a participação da iniciativa privada seria lucro, é tubarão e não queremos esse pessoal aqui. Esse tipo de postura muito em relação à iniciativa privada e é bem vindo. Se querem ajudar a escola, se querem melhorar a escola, querem fazer parceria com a escola estamos de braços aberto. É claro que é preciso colocar limites mas sem dúvida a participação é muito importante. Portanto, temos procurado incentivar sempre desde um Parque como o Play Center que é da iniciativa privada e tem procurado levar alunos, levar professor de física para fazer um trabalho com os seus alunos, empresas como a Natura, a Yakult e outras empresas. A idéia é incentivar e receber todo esse pessoal porque na maioria das vezes não é pelos recursos que eles trazem mas pelo símbolo, ou seja, participação uma vez que todo mundo está preocupado em melhorar a escola e é isso que nós queremos, uma grande participação de todos.

**O SR. ...** - Neste momento encerramos as perguntas da platéia. Quem tiver alguma pergunta pode fazê-lo, por escrito, e na seqüência iremos encaminhar para cada um dos convidados.

Tenho uma pergunta para o desembargador do Herbert Saruachi do Colégio Volni. É a seguinte: Gostaria de saber se daqui alguns anos a nossa lei será mais rigorosa com os casos de estupro e assassinato? Para esses casos seria melhor a pena de morte?

Cada membro mesa tem dois minutos para responder.

**O SR. HERBERT SARUACHI** - Inicialmente gostaria de dizer que a pena de morte está proibida pela Constituição Federal. O direito à vida é um dos direitos básicos do cidadão, é uma cláusula pétrea, portanto, não existe nenhuma possibilidade dentro do ordenamento jurídico vigente hoje no país de instituímos a pena de morte no Brasil. Também não é possível instituímos a pena de prisão perpétua. São penas vedadas pela Constituição Federal, se inserem dentro dos direitos fundamentais dos cidadãos, constituem cláusula pétrea e são imodificáveis.

O que é possível fazer realmente é mudarmos, talvez para os crimes violentos, sem dúvida nenhuma é exacerbar talvez um pouco mais as condições carcerárias, claro que temos hoje condições carcerárias desumanas não nesse aspecto, mas os privilégios que têm hoje os detentos, segundo a lei de execução penal, podem ser eventualmente exacerbados, podem ser um pouco agravados para aqueles que têm realmente cometido crimes violentos.

Em contrapartida aqueles crimes que não são violentos, aqueles crimes que não agridem a sociedade podem ser punidos através de formas alternativas, como por exemplo, pagamento de multas, cerceamento ou restrição de direitos ou prestação de serviços à comunidade.

**O SR.** ... Na seqüência temos uma pergunta para o representante da OAB da Tatiana Falcão da Escola Padre Manoel da Nóbrega. É a seguinte: Gostaria de saber se hoje em dia a Febem é um castigo ou um centro de reabilitação educacional?

**O SR.** ... - Qualificar a Febem de São Paulo é uma das tarefas mais difíceis para qualquer ser humano. Vou tentar resumir numa palavra: Degradação. A Febem é degradante. A Febem longe de possibilitar o resgate, a ressocialização de possibilitar finalmente a reeducação porque é o que se busca sempre. Quando se fala em restringir através de uma medida sócio educativa a liberdade do adolescente autor de ato infracional o que se quer exatamente é que ele não volte a delinquir. O que se quer é exatamente que ele não entre definitivamente na escola fundamental da criminalidade.

A Febem de São Paulo tem sido essencialmente a escola fundamental da criminalidade. Isso é inaceitável. Isso é abjeto. Isso é degradante. Isso é desumano. Portanto, de uma vez por todas nós que temos que dar um basta nisso e exigir dos responsáveis que efetivamente resgatem, ressocializem enfim façam o trabalho que a lei e a sociedade deles exige.

**O SR.** ... - Tenho uma pergunta do Tiago Pereira, vestibulando da Cidade de Ourinhos, para o Deputado Claury Alves Silva, Coordenador desse grupo temático.

É a seguinte: Como a cultura pode ser utilizada como ferramenta na construção da cidadania?

**O SR. CLAURY ALVES SILVA** - Tiago acho muito importante a sua pergunta ainda mais que vem lá da minha terra Ourinhos.

A cultura tem um papel fundamental. Ouvimos há pouco um depoimento que o professor que sabe tocar violão pode dar aulas de violão para os seus alunos, para comunidade. O que pode ser feito na área da cultura é justamente fazer com que o jovem possa extravasar as suas habilidades, as suas potencialidades na área cultural, enfim, nas diversas áreas, desde artes plásticas, artes cênicas, na música só que ele precisa ter oportunidade e para isso existe uma lei de nossa autoria que foi aprovada no ano passado que cria as escolas de músicas nas prefeituras em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado e as prefeituras municipais visando dar ao menor município do Estado de São Paulo a possibilidade de ter uma escola de música onde um filho de cortador de cana possa praticar um instrumento musical desde piano, violino, trompete, saxofone enfim dar oportunidade e isso é incluir e fazer com que esse jovem, nessa idade, possa se dedicar a uma coisa útil e não ter o seu crescimento desvirtuado na formação da sua personalidade para outras finalidades que a sociedade condena e depois nós teremos mais um problema a ser resolvido, ou seja, Febem é o efeito.

Quais são as atitudes que estamos tomando em relação às causas para evitar que esses jovens cheguem à Febem e chegam à Febem por atos de criminalidade, muitas vezes pelo envolvimento com as drogas que lamentavelmente tira dos jovens a oportunidade de almejar um futuro melhor. Portanto, a cultura é um caminho muito importante e as prefeituras municipais de todo o Estado de São Paulo deveriam se envolver nesse projeto através das escolas dando oportunidade para que o jovem nesse momento que ele precisa extravasar o seu potencial tenha condições de acesso fácil à cultura.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que é importante o envolvimento de todos, inclusive das prefeituras municipais, das comunidades de todos os

seiscentos e quarenta e cinco municípios do Estado de São Paulo, que cada um tenha as suas ações com relação a dar novamente àqueles que erraram, àqueles que estão pagando por alguma pena, por algum ato ilícito que tenham cometido a possibilidade de se ressocializarem através dos trabalhos nas cadeias municipais porque tem muitos jovens presos e qual é a chance que ele tem após cumprir uma pena de dois, três anos para se ressocializar. Qual é o trabalho que a comunidade está fazendo para incluir novamente esse grande contingente de pessoas que estão com o eu futuro comprometido.

**O SR. ....** - Uma pergunta para o Professor Hubert e vem Rolândia do Ênio Rodrigues. É a seguinte: O Ministro Paulo Renato afirmou recentemente que o problema do desempenho dos alunos é que a escola está muito chata e é verdade. A pergunta é: Como estimular professores e estudantes a ter gosto pelo saber e pela cidadania de forma divertida e não por obrigação?

**O SR. HUBERT ALQUERES-** Não conheço essa declaração do ministro mas na minha opinião a escola não é chata, e se for chata teremos que lutar contra isso. Lutar como? Colocando espaços de convivência, o computador, materiais pedagógicos interessantes, vídeo, discussões com os professores porque o jovem gosta de ir para a escola, gosta de estar com os seus colegas e se o professor é carismático, bacana com bons materiais pedagógicos a escola é maravilhosa.

Gostaria de dizer o seguinte: Os alunos que se encontram presentes neste fórum tiveram um exemplo disso, que a escola pode ser maravilhosa, ou seja, os professores os tiraram lá da escola, os trouxeram para cá para discutir e aqui estão presentes a sociedade civil, a OAB, Poder Judiciário, Poder Executivo, Poder Legislativo e todos puderam perceber que a sociedade é complexa, enquanto um diz assim: Se o cara estuprou não é preciso ter pena de morte? Como ficam os meninos da Febem que estupraram em mataram? Ressocializa simplesmente? Como é feito esse caminho? Vamos levar a Febem para o interior mas as cidades não aceitam uma unidade da Febem, quer dizer, tudo isso é muito complexo e é preciso debater, é preciso discutir e é preciso colocar o dedo na ferida, não é? E foi

isso que todos vocês vieram fazer no dia de hoje nesta casa. E tudo isso mostra que a escola não pode ser chata porque a escola é uma coisa estimulante que coloca o dedo na ferida e nos faz raciocinar sobre o nosso dia a dia, sobre a nossa vida.

Portanto, o que eu tenho a dizer para o aluno que fez essa pergunta é que a escola não pode ser chata e é preciso brigar para que ela não seja chata. Gostaria de agradecer a atenção de todos pela paciência e, sobretudo a qualidade das perguntas que foram feitas e falo isso com muita sinceridade. Muito obrigado.

**O SR. ....** - Não seria necessário maior divulgação à sociedade sobre o que é cidadania e sobre os projetos que são bem desenvolvidos?

**A SRA. DINA KINOSHITA-** Com certeza inclusive existe um projeto, não sei se foi aprovado, não sei qual é a tramitação no Congresso Nacional, da inclusão do estudo dos direitos humanos nas escolas. Não é uma disciplina de direitos humanos. Esses conceitos devem ser abordados de maneira transversal nas outras disciplinas que são ensinadas nas escolas, ou seja, mesmo o professor de matemática quando elabora um programa para os estudantes pode estar discutindo quanto custa fazer uma casa popular, como é possível baratear o seu custo, enfim pode-se envolver o conjunto da escola para discutir uma série de problemas nessas questões da cidadania. Presumo que esse projeto será aprovado, talvez já tenha sido aprovado, não tenho notícias mas a idéia é que esses assuntos sejam discutidos na escola sempre.

**O SR. DIMAS RAMALHO** - Gostaria de dizer o seguinte: Está sendo muito importante esta discussão ou seja, o pluralismo é importante: Vamos tomar como exemplo o que acontece lá em casa: Como conciliar Tom Jobim com os Raimundos? Como conciliar Chico Buarque com o Planet Hang? Como conciliar Cole Porter com Nirvana, Sublime? Tenho dois filhos adolescentes e o que acabei de falar estou conseguindo com o aprendizado também, ou seja, discutindo, muitas vezes brigando, mas cada um procurando o seu espaço. Como tirar um pouquinho o filho da Internet para discutir sobre coisas da nossa vida cotidiana. Isso é difícil?

É. É um aprendizado, por isso esse evento também é um pouco de aprendizado para todos nós deputados, nós pais, nós educadores. Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** - Agradecemos mais uma vez a presença de todos os presentes especialmente os alunos das escolas estaduais que compareceram ao Auditório Teotônio Vilella da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e também aos alunos e professores que acompanharam dos seis mil estabelecimentos de ensino do Estado de São Paulo. Lembrando mais uma vez que todas as perguntas que infelizmente não puderam ser respondidas, na seqüência serão repassadas aos membros da mesa.

Está encerrado o Seminário Cidadania, Educando para o Século 21. Muito obrigado.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

***Deputado Vanderlei Macris***

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

***Deputado Arnaldo Jardim***